



SA
RI

III Semana Acadêmica de Relações Internacionais da UNILA
05 a 09 de novembro de 2018

ANAIS DO EVENTO

(revisão dos autores)

Foz do Iguaçu, dezembro de 2018

A III Semana Acadêmica de Relações Internacionais foi realizada em novembro de 2017, na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), nas dependências do campus do Parque Tecnológico de Itaipu (PTI) e teve como temática “Dinamismos nas Relações Internacionais”.

Nessa terceira edição da Semana Acadêmica, foram realizadas as seguintes atividades: Oficina **Pense globalmente e aja localmente**, organizado pelo **Observatório Ambiental Moema Viezzer**; Oficina **Análise de Redes Sociais: um método para o estudo das conexões**, com o Relações Públicas **Ramon Fernandes**; Mesa Redonda **A extrema direita e a crise da democracia no Brasil**, com a Prof^a. **Esther Solano**; **Grupos de Trabalho** nos quais foram debatidos os artigos desse documento, **Simulação** da Conferência de São Francisco; Mesa Redonda com o tema **Hegemonia, Imperialismo e Guerra: impactos para a periferia do mundo**, organizada pelo Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea na América-Latina (**PPG-ICAL**) e pelo Núcleo de Estudos Estratégicos, Geopolítica e Integração (**NEEGI**); Palestra sobre **Oriente Médio, Meios de Comunicação e Geopolítica**, com o jornalista **Ali Farhat**; Palestra com **Lucas Adrián** e **Cintia Sandoval** sobre os **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**; Mesa Redonda com a Prof^a. **Tatiana Vargas Maia** com o título **Nova Luz sobre as Relações Internacionais**.

O evento foi uma iniciativa do corpo discente da Graduação em Relações Internacionais e Integração, responsável pela organização do evento. Contou com o apoio das coordenações dos cursos de graduação em Relações Internacionais e Integração e Pós-Graduação Lato Sensu em Relações Internacionais Contemporâneas. A realização esteve a cargo do Centro Acadêmico de Relações Internacionais e Integração Eduardo Galeano (CARIIEG). Para os debates dos artigos dos Grupos de Trabalho, contou-se com a participação e colaboração de acadêmicos ativos e egressos do Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPGICAL) além de participantes com mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPPD) e pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC/PR.

REALIZAÇÃO:

- Curso de Graduação em Relações Internacionais e Integração
- Pós Graduação Lato Sensu em Relações Internacionais Contemporâneas



COMISSÃO ORGANIZADORA

Ana Paula Winck Alves

Anakelli Gonçalves de Carvalho

Araceli Naomi Gonzalez Martinez

Carlos Iandro Almeida de Oliveira

Danielle Sales Teixeira

Diogo Silva Inamura

Fátima Elizabeth Morínigo Martínez

Hector Enrique Colmenarez Espinoza

Ícaro de Lima Barroso Cavalcanti

Ingrid Lorena Ortega Purmann

Jonathan Ramos Oliveira

José Manuel Hinojosa Pretell

Josiane Ferreira de Souza

Joyce Marilene Mertig Araujo

Kevin Rene Mallorquin Gaona

Leo Valdez Alves da Silva

Lucas Rogério Carrilho Ferreira

Natalia Camila Garzon Sarmiento

Pablo Daniel Vargas

Rosario Guadalupe Pelozo

Soraya Angelica Silva Jordan

COMISSÃO CIENTÍFICA

Alessandro Luiz Chichoski

Aracelli Bianchin

Armando Javier García Gutierrez

Hannah Guedes de Souza

Hugo Alfredo Jimenez Reyes

Issam Rabih Menem

Luciane Ferreira

Marcelino Teixeira Lisboa

Micael Alvino da Silva

Pedro Lucas Gil Silva

Stephany Dayana Pereira Mencato

SUMÁRIO

SEXUALIDADE/GÊNERO EM DIREITO DA INTEGRAÇÃO, DESAFIOS AO MERCOSUL.....	5
Anakelli Gonçalves de Carvalho, Josiane Ferreira de Souza e Stephany Dayana Pereira Mencato	
MULHERES NA POLÍTICA, A REPRESSÃO, A MASCULINIZAÇÃO E A MÍDIA: OS CASOS DE ANGELA MERKEL, DILMA ROUSSEFF, E PARK GEUN-HYE.....	15
Daiane Soares de Lima e Joyce M. Mertig Araujo	
OS IMPACTOS DO NAFTA NA ECONOMIA MEXICANA NOS ANOS 1990	22
Aram Cavalcanti e Patrícia Ferreira Guimarães	
A SITUAÇÃO DOS DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS NO BRASIL: LEGISLAÇÃO E REALIDADE	35
Jonathan Ramos Oliveira, Felipe Martins dos Santos, Fernanda Silva de Moraes e Abiane de Alcântara Carneiro	
COLÔMBIA, BOLÍVIA E PARAGUAI, O BRASIL NA ROTA DO NARCOTRÁFICO INTERNACIONAL	41
Mariana Junqueira e Maysa Rodrigues	
O MOVIMENTO DOS NÃO ALINHADOS E A AMÉRICA LATINA: UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO NA ATUALIDADE	52
Gustavo Carvalho Guimarães e Joyce Marilene Mertig Araujo	
ANÁLISE DOS PERÍODOS PRESIDENCIAIS DA ARGENTINA, BRASIL E URUGUAI	61
Marcelino Teixeira Lisboa	
A CRISE DOS REFUGIADOS VENEZUELANOS SOB A ÓTICA DOS DIREITOS HUMANOS E DA SEGURANÇA INTERNACIONAL	77
Aurélio Alyson Alves Resende e Gustavo Olímpio Rocha Leão	
BRASIL, MÉXICO, COLÔMBIA E O COMBATE AO NARCOTRÁFICO NO PERÍODO DE 2005 A 2017	93
Julia Corina e Michelly Luz	
LÍBANO: UM DOS MAIORES RECEPTORES DE REFUGIADOS DO MUNDO	107
Issam Rabih Menem	
RETROSPECTIVA Y PERSPECTIVA DEL TURISMO EN PARAGUAY	114
Fátima Elizabeth Morinigo Martinez	
O IMPACTO DA GUERRA DA ÁGUA NOS MOVIMENTOS SOCIAIS DA BOLÍVIA.....	128
Gabriela dos Santos Alves e Raquel Nascimento de Oliveira	
A OEA E A QUESTÃO DEMOCRÁTICA NA VENEZUELA DE CHÁVEZ	138
Amanda O. Silva	

SEXUALIDADE/GÊNERO EM DIREITO DA INTEGRAÇÃO, DESAFIOS AO MERCOSUL

*SEXUALIDAD/GÉNERO EN DERECHO DE LA INTEGRACIÓN, DESAFÍOS AL
MERCOSUR*

Anakelli Gonçalves de Carvalho
Josiane Ferreira de Souza
Stephany Dayana Pereira Mencato

Resumo: O trabalho se propõe a pesquisar possibilidades de articulação teórica entre temáticas de sexualidade/gênero e debates de Direito da Integração. A metodologia é a revisão bibliográfica especialmente de legislações internacionais, tratados de Direitos Humanos e teorias de Direito da Integração, sexualidade e gênero. O objetivo é compreender possíveis desafios apresentados ao MERCOSUL, enquanto bloco econômico que se propõem a uma integração para além da econômica entre os países que o compõem. Os resultados esperados são a possibilidade de avanço teórico ao se observar os novos desafios para a consolidação do MERCOSUL.

Palavra-chave: Sexualidade. Gênero. Integração. MERCOSUL.

Resumen: El trabajo se propone a investigar las posibilidades de articulación teórica entre temáticas de sexualidad/género y debates de Derecho de la Integración. La metodología es la revisión bibliográfica especialmente de las legislaciones internacionales, tratados de Derechos Humanos y teorías de Derecho de la Integración, sexualidad y género. El objetivo es comprender los posibles desafíos presentados al MERCOSUR, en cuanto bloque económico que se propone en una integración para más allá de la económica entre sus países miembros. Los resultados esperados son la posibilidad de avance teórico al observarse los nuevos desafíos para la consolidación del MERCOSUR.

Palabras clave: Sexualidad. Género. Integración. MERCOSUR.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho busca compreender sobre as temáticas e os desafios para com as questões de sexualidade e gênero frente a existência e atuação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), por sua ampla integração sul-americana e por sua presença na América Latina, que vem à tona diante das diversas transformações dadas pela consolidação de uma Nova Ordem global.

Pensar o MERCOSUL é dialogar sobre Direito da Integração. Portanto, deve-se considerar outras formas de relações além das econômico-comerciais, como as políticas, sociais e de direitos, ainda mais para a ampliação dos Direitos Humanos dentro dos países do bloco, sendo de extrema importância o Sistema Interamericano de Direitos Humanos e seus aparatos normativos regionais para a promoção e proteção dos direitos e para a promoção de uma integração profunda entre os países de dentro e fora do bloco. Visando fortalecer o MERCOSUL, é importante gerar um debate que fundamente a agenda econômico-social, a melhoria da qualidade

de vida, assim como o comprometimento com a realidade dos indivíduos e da população e para dar atenção aos setores desprotegidos socialmente.

As temáticas vinculadas à sexualidade e gênero, integrantes dos debates de Direitos Humanos e que ingressam na esfera do Direito da Integração devem refletir acerca de desigualdades baseadas na sexualidade/gênero e nas condições historicamente construídas, pelas vulnerabilidades sociais que os cidadãos sofrem para compor a agenda de desenvolvimento e integração do MERCOSUL. Vale considerar também as pautas de luta pela igualdade/equidade de gênero dentro do bloco compreendendo tanto homens como mulheres e suas particularidades, para que não existam impeditivos para o alcance das mesmas possibilidades e oportunidades de controle de recursos e bens sociais, com tratamentos iguais ou diferenciados conforme as necessidades específicas.

Diante disso, este trabalho busca primeiramente dialogar sobre os Direitos Humanos e como esses se conformam diante da integração correspondente ao MERCOSUL e sua presença no continente latino-americano. E após, abordar sobre sexualidade/gênero como desafio para os processos de integração. Com isso, os resultados esperados são a possibilidade de avanço teórico ao se observar os novos desafios para a consolidação do MERCOSUL.

2 DIREITOS HUMANOS E INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA, PARALELOS COM O MERCOSUL

No âmbito das relações internacionais se entende que após a Guerra Fria em 1989, se firmou uma Nova Ordem global, onde a globalização se tornou mais expressiva. Segundo Andrade e Ribeiro (2016, p. 137) esta Nova Ordem possibilitou “*a formação de redes de diálogos políticos, econômicos, comerciais, sociais e culturais entre Estados, instituições e indivíduos, e, por conseguinte, a integração econômica entre regiões internacionais*”.

É neste contexto que se funda o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), criado em março de 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, definido como “*a mais abrangente iniciativa de integração regional da América Latina*” (MERCOSUL, 2018b).

O Tratado de Assunção estabelece um modelo de integração profunda, isso por incluir como objetivos centrais a formação de um mercado comum, caracterizado pela livre circulação interna de bens, serviços e fatores produtivos. Se estabelece a criação de uma Tarifa Externa Comum (TEC) no comércio com terceiros países, além da adoção de uma política comercial comum.

Este ideal de integração profunda, além da integração puramente econômica, se estabelece como foco do presente trabalho, ao se problematizar as ressonâncias entre este processo e as pautas de Direitos Humanos, com especial atenção às temáticas específicas de gênero/sexualidade¹.

Se entende que *“no decorrer do processo de integração, e em grande medida em razão do êxito inicial da integração econômico-comercial, a agenda do MERCOSUL foi paulatinamente ampliada, passando a incluir temas políticos, de direitos humanos, sociais e de cidadania”* (MERCOSUL, 2018b).

A ampliação deste conceito de integração permite que no âmbito do MERCOSUL sejam debatidas temáticas de Direitos Humanos, bem como a utilização de instrumentos normativos vinculados ao Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos dentro dos países do bloco.

O Sistema de proteção voltado à garantia dos direitos humanos começa a se desenvolver internacionalmente em um contexto pós-Segunda Guerra Mundial, quando, em 1945, em substituição à Liga das Nações, funda-se a Organização das Nações Unidas (ONU), com a intenção de impedir outro conflito como aquele, sendo que, em 1948, firma-se durante Assembleia-Geral das Nações Unidas a Declaração Universal dos Direitos do Homem. Ainda em 1948, na cidade de Washington (capital dos Estados Unidos), é fundada a OEA (Organização dos Estados Americanos) organização internacional formada atualmente por 35 países do continente americano, dentre eles todos os países da chamada América Latina, exceto Cuba (MENCATO, 2017, p. 3).

Esses aparatos normativos regionais, que compõem o Sistema Interamericano de Direitos Humanos, como a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica) e seu Protocolo Adicional (Protocolo de San Salvador), surgiram a fim de estabelecer um aparato regional para promoção e proteção dos Direitos Humanos, neste sentido:

Os direitos humanos surgiram para proteger, garantir e legitimar a igualdade de todos os seres humanos, em direitos e deveres, independentemente das diferenças étnicas ou de gênero, cultura, religião, nacionalidade etc., e das inúmeras individualidades que compõem e marcam o *homo sapiens* (ESPÍNOLA, 2018, p. 31).

¹ É importante destacar aqui o marco teórico que levou a escolha da terminologia sexualidade/gênero. Entende-se primeiramente que *“O termo gênero vem sendo empregado progressivamente em substituição ao termo sexo para destacar os aspectos culturais, psicológicos, ideológicos e socialmente construídos e, assim, diferenciá-los dos componentes meramente biológicos. O gênero é um agrupamento social ou um aspecto da identidade social (...). O termo sexo aparece em estudos iniciais (...), mas, a partir dos anos 1980, tem se preferido gênero, o que reflete uma distinção comum feita nas ciências sociais entre ‘sexo’ como atributo biológico e ‘gênero’ como atributo sociológico. O sexo/gênero aparece em diversos estudos variacionistas como uma variável social na análise da variação e da mudança”* (BAGNO, 2017, p. 151). O presente trabalho se vincula ao debate proposto por Judith Butler em sua obra ‘problemas de gênero’, e assim compreende que *“Gênero aqui não deve mais ser compreendido somente como espaço de constructo social, inscrição cultural de significado sobre um corpo naturalmente sexuado, são as relações de poder que produzem o efeito de um sujeito, e deste indivíduo com um sexo supostamente pré-discursivo quando ao mesmo tempo ocultam a própria operação de produção discursiva. Gênero designa assim o aparato de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos”* (MENCATO, 2018, p. 483), indissociável portanto, neste marco teórico, sexo, gênero e sexualidade.

Podem ser percebidos portanto como uma agenda de/para promoção da integração entre os países de dentro e fora do bloco, pois “*a defesa dos Direitos Humanos é um dos objetivos traçados pelos Estados do MERCOSUL para que a integração regional se expanda em outros aspectos tão ou mais importantes quanto o econômico*” (ANDRADE; RIBEIRO, 2016, p. 151).

Neste afã se institui no âmbito do MERCOSUL por meio da Decisão do Conselho de Mercado Comum (CMC) Nº 14/09, sob o âmbito da RAADH e com sede permanente na Cidade de Buenos Aires, pela Decisão CMC Nº 32/09 o Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos (IPPDH) que tem por “*Missão Fortalecer os direitos humanos como um eixo fundamental da identidade e integração regional mediante a cooperação e coordenação de políticas públicas*” (MERCOSUR, 2018), sendo ressaltado ainda que:

os Estados-Partes do Mercosul, além de membros integrantes da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA) são também todos ratificantes do Pacto de Direitos Cívicos e Políticos, do Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e também da Convenção Interamericana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), além de aceitar a jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos, o que corrobora a argumentação jurídica no sentido de que a integração almejada pelas Altas Partes Contratantes no Tratado de Assunção deve contemplar o respeito aos direitos humanos (ALMEIDA, 2014, p. 239-240).

Se firmam deste modo os Direitos Humanos como eixo fundamental aos debates de integração latino-americanistas, em especial aos estudos que buscam fortalecer o MERCOSUL e sua agenda econômico-social, afirmativa que se ressalta ao observar os termos da Carta de Buenos Aires sobre Compromisso Social no bloco, bem como Bolívia e Chile.

Firmada em 30 de junho de 2000, a carta se apresenta com o propósito de contribuir para um maior bem-estar e igualdade social, a través de um desenvolvimento econômico equilibrado e justo, considerando prioritário para os processos de integração aprofundar a dimensão social do MERCOSUL, sendo que, por meio dela:

os Presidentes dos Países do MERCOSUL, Bolívia e Chile se comprometeram a intensificar os esforços de seus Governos para melhorar a qualidade de vida de seus respectivos países e na região, mediante a atenção prioritária aos setores mais desprotegidos da população em matéria de alimentação, saúde, emprego, habitação e educação² (MERCOSUL, 2018a).

² Traduzido livremente pelas autoras, original: “*los Presidentes de los Países del MERCOSUR, Bolivia y Chile se comprometieron a intensificar los esfuerzos de sus Gobiernos para mejorar la calidad de vida en sus respectivos países y en la región, mediante la atención prioritaria a los sectores más desprotegidos de la población en materia de alimentación, salud, empleo, vivienda y educación*” (MERCOSUL, 2018a)

A melhora na qualidade de vida nos países do bloco, e da região, traz ao debate a realidade dos indivíduos e da população de cada estado, sujeitos neste processo de integração, em especial ao se comprometerem os estados a atenção prioritária aos setores mais desprotegidos socialmente.

É aqui que temáticas vinculadas à sexualidade/gênero, já integrantes dos debates de Direitos Humanos, ingressam na esfera do Direito da Integração, se apresentando como possíveis desafios e objetivos estratégicos do MERCOSUL, pois ainda nos termos do texto da Carta de Buenos Aires:

Fortalecer os mecanismos de apoio a grupos sociais mais afetados, dando prioridade aos campos da nutrição, com atenção especial a infância, a juventude, a terceira idade, as mulheres chefes de família e mães menores de idade, (...) e outros grupos sociais vulneráveis. (...) Zelar pelo estrito cumprimento das respectivas normas legais que proíbem a discriminação e resguardam a efetiva igualdade de direitos, tratamento e oportunidades para todos, sem distinção ou exclusão de nenhum tipo. Promover o crescimento de suas sociedades fundado na igualdade entre mulheres e homens na vida social, política, econômica e cultural, conforme uma concepção de cidadania que amplie os direitos das mulheres e afirme a responsabilidade compartilhada entre ambos. (...) Desenvolver política que promovam um tipo de sociedade não excludente (MERCOSUL, 2000).³

Deste modo, refletir acerca de desigualdades baseadas no gênero e historicamente construídas, bem como vulnerabilidades sociais a que se expõem cidadãos LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros)⁴ podem compor parte desta agenda para o desenvolvimento e integração do MERCOSUL, a fim de se promover o crescimento das sociedades que o compõem de modo igual entre todos. É sobre esta tarefa que nos dedicamos agora.

³ Tradução livre, original: “Fortalecer los mecanismos de apoyo a los grupos sociales más afectados, dando prioridad a los campos de la nutrición, con atención especial a la niñez, la juventud, la tercera edad, las mujeres cabeza de familia y madres menores de edad, las comunidades indígenas, las comunidades rurales críticas, los trabajadores migrantes y sus familias, las personas discapacitadas y otros grupos sociales vulnerables. (...) Velar por el estricto cumplimiento de las respectivas normas legales que prohíben la discriminación y resguardan la efectiva igualdad de derechos, trato y oportunidades para todos, sin distinción o exclusión de ningún tipo. Promover el crecimiento de sus sociedades fundado en la igualdad entre mujeres y varones en la vida social, política, económica y cultural, conforme a una concepción de la ciudadanía que amplíe los derechos de las mujeres y afirme la responsabilidad compartida entre ambos. (...) Desarrollar políticas que promuevan un tipo de sociedad no excluyente(...)” (MERCOSUL, 2000)

⁴ A escolha da denominação LGBT utilizada “segue a fórmula recentemente aprovada pela I Conferência Nacional GLBT, referindo-se a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. (...) Embora, com a deliberação da I Conferência Nacional, a sigla LGBT venha predominando nos meios ativistas, ela eventualmente assume outras variantes, que invertem a ordem das letras (colocando o ‘T’ à frente do ‘B’), duplicando o ‘T’ (para distinguir entre travestis e transexuais, por exemplo) ou acrescentam novas letras que remetem a outras identidades (como ‘I’ de ‘intersexual’ ou ‘Q’ de ‘queer’). (...) a presente denominação, como mostra sua trajetória recente, é aberta e sujeita a contestações, variações e mudanças” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 14-15)

3 SEXUALIDADE/GÊNERO DESAFIOS AOS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO

A proposta do presente trabalho é refletir a possibilidade de pautas de sexualidade e gênero se concretizarem como possíveis desafios à realização da integração profunda dentro dos estados que compõem o Mercosul, desafios que não inviabilizam o processo, mas que quando considerados, poderão fortalecer a integração, por meio de perspectivas de Direitos Humanos. Se destaca assim a

relevância dada pelo sistema interamericano de Direitos Humanos ao combate de todas as formas de violências sofridas por mulheres, dentre elas em especial as sofridas no contexto doméstico/familiar enquanto questão de extrema relevância para o desenvolvimento social, econômico e cultural do continente e da América Latina. Sistema este que guiará, por meio de suas resoluções, decisões e recomendações, à aplicação jurídica dos Direitos Humanos em todos os países signatários (MENCATO, 2017, p. 5).

O Sistema Interamericano de Direitos Humanos, composto pelos países integrantes do MERCOSUL, compreende o combate a todas as formas de violência de gênero e sexualidade como foco de debate a fim de se atingir o desenvolvimento econômico, social e cultural da região. Violências domésticas e familiares, sofridas em sua grande maioria por mulheres, entram então como possível problemática a ser ponderada.

Compreendendo a relevância da temática se formulou dentro da Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher (RMAAM) uma proposta de política de igualdade de gênero no MERCOSUL, denominada Diretrizes da política de igualdade de gênero do bloco apresentando: *“Que os processos de integração regional em suas diferentes dimensões têm impacto diferenciado sobre mulheres e homens, sendo que a integração econômica, social e produtiva não deve gerar ou agravar desigualdades nas estruturas da sociedade”* (SICE OAS, 2014).

Se defende, e entende pela diretriz acima referida que as dimensões institucionais e de políticas regionais deverão buscar garantir igualdade/equidade entre homens e mulheres no processo de integração. Se entendendo por igualdade uma situação social onde o gênero não seja impeditivo ao alcance das mesmas possibilidades e oportunidades de controle de recursos e bens sociais.

Por sua vez, equidade está concebida como o tratamento imparcial, onde características de gênero não sejam justificantes de desigualdades, quer seja expresso como tratamento equitativo, dando tratamentos iguais, ou como tratamento diferenciado, necessário conforme necessidades específicas nas mais diversas formas de relação social, sejam trabalhistas, econômicas, culturais, familiares.

O objetivo da política de igualdade de gênero do MERCOSUL parece assim confluir com uma perspectiva feminista dos Direitos Humanos, a fim de assentar as bases da igualdade e não discriminação das mulheres na região. Se tem deste modo a transversalização do enfoque de gênero nas políticas, ações e projetos regionais, bem como na gestão organizacional e a definição de políticas voltadas para a equidade por meio do estabelecimento de relações igualitárias de gênero no bloco.

Temáticas de sexualidade dialogam também nesta problemática de integração ampliada, dialogando para com perspectivas de gênero. Almeida aborda como uma das possíveis problemáticas a questão do casamento civil entre pessoas independentemente de sexo/gênero e suas legislações variantes no MERCOSUL:

no Brasil e no Uruguai, é possível aos casais (independentemente do sexo) escolher entre a parceria civil ou o casamento, ao passo que a legislação federal argentina permite o casamento neutro em gênero em todo o território. Paralelamente, no Paraguai e na Venezuela, até que sobrevenha reforma legislativa ou judiciária, os indivíduos de orientação homossexual ainda se encontram alijados destes direitos na ordem jurídica interna. Entretanto, tendo em vista que os mesmos entes soberanos resolveram estabelecer um Mercado Comum, a harmonização das respectivas ordens jurídicas internas deve atender às necessidades intrínsecas à referida forma de integração, ou seja, garantir que as grandes liberdades de circulação dos fatores de produção sejam efetivamente alcançadas. Nesse sentido, a internacionalização da vida privada cotidiana faz com que cada vez mais, também os casamentos e/ ou parcerias entre pessoas do mesmo sexo se aproximem dos outros ordenamentos por meio dos diversos elementos de conexão (nacionalidade ou domicílio dos cônjuges ou parceiros, local da situação dos bens imóveis, local da celebração do ato, etc...) (ALMEIDA, 2014, p. 248).

O autor pondera como consequência da ampliação progressiva do fluxo internacional de pessoas nos estados do bloco, uma crescente internacionalização da vida privada cotidiana, está cobraria uma uniformização das legislações que tratam da vida civil, apontando as possíveis conexões entre as distintas normativas existentes em cada estado até o presente momento, conexões que poderão levar a uma interpretação jurídica mais benéfica aos sujeitos.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, firmados em 2015, no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), e reconhecidos como objetivos a serem atingidos também no âmbito do MERCOSUL durante abertura da XII Reunião Especializada de Estatísticas do MERCOSUL (REES)⁵ apresenta especialmente temáticas de gênero/sexualidade que poderão se constituir como desafios a consolidação do processo de integração.

⁵ Fala de reconhecimento pelo bloco da importância dos ODS: “A abertura do encontro foi encabeçada pelo diretor do INDEC, Bel. Jorge Todesca, em seu caráter de Presidente da REES, em virtude da Presidência Pro Tempore da Argentina (PPTA) do MERCOSUL durante o primeiro semestre de 2017. Nessa oportunidade ele manifestou que: ‘a Comissão de Estatística das Nações Unidas está muito comprometida com o programa dos ODS, e o MERCOSUL está fazendo os próximos passos nesse sentido’. ‘É interessante ver como um programa internacional se espalha e oferece instrumentos norteadores para atingir um objetivo mundial desejável.’” (MERCOSUR, 2017)

O objetivo 1.b traz como texto a proposta de “*criar marcos políticos sólidos, em níveis nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis a gênero, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza,*” (ITAMARATY, 2018).

Se percebe aqui a importância de que os marcos políticos desenvolvidos sejam sensíveis, observando questões de gênero, a fim de traçar estratégias de erradicação da pobreza, no mesmo sentido, os processos educacionais afirmados aos objetivos 4.5, 4.7 e 4.a, afirmam a importância de se eliminar as disparidades de gênero existentes na educação, garantindo-se a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação, bem como instalações apropriadas sensíveis a questões de gênero, proporcionando ambientes seguros de aprendizagem, não violentos, inclusivos e eficazes para todos.

O objetivo 5 e seus complementos, é, contudo, o mais completo, fixando este importante eixo aos debates do MERCOSUL, pois propõe como meta aos estados:

Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas (...);
5.2 eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos (...);
5.6 assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos (...);
5.c adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas, em todos os níveis; (ITAMARATY, 2018).

Percebe-se, portanto, a adoção de um conceito de integração profunda, que além do desenvolvimento econômico, propõe aos países integrantes do bloco MERCOSUL os diversos desafios oriundos das diversas violências historicamente constituídas nos territórios de gênero e sexualidade, consideradas como graves violações dos Direitos Humanos e impossibilitadoras dos processos de integração.

Conforme, se convalida ao texto do objetivo 10, são estas temáticas emblemáticas ao se buscar reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles, o que poderia fortalecer o processo de integração intra-bloco, devendo-se empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente de sexo, gênero ou qualquer outro fator de hierarquização social interseccionado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, busca-se afirmar os Direitos Humanos pela perspectiva de gênero e sexualidade como um dos pilares para se pensar as condições que influenciam a integração no

âmbito do MERCOSUL, para sua consolidação e para maiores avanços econômico-sociais com abrangência para além da região, ou seja, para a América Latina, sustentados pela ideia de desenvolvimento e integração profundos. Levando em consideração também as legislações internacionais, tratados de Direitos Humanos e teorias de Direito da Integração que potencializam a inclusão de pautas nos processos de integração.

Considerar os Direitos Humanos frente as condições dadas pelo Direito da Integração são de extrema importância para o fortalecimento do MERCOSUL diante das violações e inviabilizações que impedem os processos de integração, dadas as problemáticas geradoras de desigualdades de sexualidade/gênero historicamente construídas e que geram vulnerabilidades sociais.

Por fim, com este trabalho não se pretendeu esgotar a pesquisa que se estende sobre o tema, tão atual e instigante. Por outro lado, tal estudo pretende corresponder a uma colaboração para a literatura que discute o Direito da Integração Regional e a promoção do diálogo entre Estados e os cidadãos do MERCOSUL.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVICH, V, **Direitos humanos no marco do processo de integração regional no Mercosul**, RSTPR, 1º ano, Nº 2, 2013. Disponível em:
<<http://www.revistastpr.com/index.php/rstpr/article/view/54/43>>. Acesso em: 21 out. 2018.

ALMEIDA, Bruno Rodrigues de. **O Direito Internacional Privado acerca dos Casamentos e Parcerias entre Pessoas do Mesmo Sexo no Contexto do Mercosul**. RSTPR, Año 2, Nº 3; Marzo 2014; pp. 237-273. Disponível em:
<<http://www.revistastpr.com/index.php/rstpr/article/view/89>>. Acesso em: 21 out. 2018.

ANDRADE, Mayra Thais; RIBEIRO, Antônio Carlos. **A Necessidade de Inclusão de uma Agenda Plural para Promover a Parceria Estado-sociedade na Integração Econômica no Mercosul**. RSTPR . Año 4, Nº 8; Agosto 2016; pp. 136-156.

ESPÍNOLA, Caroline Cavalcante. **Dos direitos humanos das mulheres à efetividade da lei Maria da Penha**. Curitiba: Appris, 2018.

GASPAR, R., COSTA G., **Proteção dos direitos sociais como pavimentação do direito comunitário no âmbito do Mercosul**, Revista da Secretaria Permanente de Revisão do Mercosul, 3º ano, Nº6; agosto de 2015, p. 103-122. Disponível em:
<<http://www.revistastpr.com/index.php/rstpr/article/view/148>>. Acesso em: 21 out. 2018.

ITAMARATY. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 11 fev. 2016. Disponível em:
<http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/ODSportugues12fev2016.pdf>. Acesso em: 21 out. 2018.

MENCATO, Stephany Dayana Pereira. **Sistema interamericano de direitos humanos, uma abordagem biopolítica**. Revista LEVS/UNESP- Marília. Edição 20. novembro/2017.

MENCATO, Stephany Dayana Pereira. **QUEER, INTERSECCIONALIDADE E COLONIALIDADE DO GÊNERO**. Anais digitais do III Colóquio Nacional de Estudos de Gênero e História: Epistemologias, Interdições e Justiça Social. Laboratório de Pesquisas e Estudos de Gênero - LAPEG, UNIOESTE/Marechal Cândido Rondon/PR, 2018.

MERCOSUL. **Carta De Buenos Aires Sobre Compromiso Social En El Mercosur, Bolivia Y Chile**. 2000. Disponível em: <http://www.legisalud.gov.ar/dels/carta_bsas.pdf>. Acesso em: 21 out. 2018.

MERCOSUL. **Declaraciones Presidenciales**. 2018. Disponível em: <<http://www.cartillaciudadania.mercosur.int/uploads/pdf/es/declaraciones%20presidenciales.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2018a.

MERCOSUL. **Saiba mais sobre o MERCOSUL**. 2018. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercossul>>. Acesso em: 21 out. 2018b.

MERCOSUR. **Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos (IPPDH)**. 2018. Disponível em: <<http://www.ippdh.mercosur.int/pt-br/missao-visao-e-objetivos/>>. Acesso em: 21 out. 2018.

MERCOSUR. **XII Reunião Especializada de Estatísticas do MERCOSUL (REES)**. realizada em 15/05/2017. Disponível em: <<http://www.mercosur.int/innovaportal/v/8377/3/innova.front/xii-reuni%C3%A3o-especializada-de-estatisticas-do-mercossul-rees>>. Acesso em: 21 out. 2018.

ORGANIZATION OF AMERICAN STATES. **Carta da organização dos estados americanos (A-41)**. 2011. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/tratados_A-41_Carta_da_Organiza%C3%A7%C3%A3o_dos_Estados_Americanos.pdf>. Acesso em: 21 out. 2018.

SICE OAS. **Diretrizes da política de igualdade de gênero do MERCOSUL**, MERCOSUL/CMC/DEC.Nº 13/14. 2014. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/Trade/MRCSRS/Decisions/dec1314_p.pdf>. Acesso em: 21 out. 2018.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

MULHERES NA POLÍTICA, A REPRESSÃO, A MASCULINIZAÇÃO E A MÍDIA: OS CASOS DE ANGELA MERKEL, DILMA ROUSSEFF, E PARK GEUN-HYE

Daiane Soares de Lima
Joyce M. Mertig Araujo

Resumo

A atuação feminina no processo democrático e na política, apesar de ter evoluído nas últimas décadas, ainda é uma luta constante, pois apesar de haver-se conquistado o direito de votar e a atuar em pleitos eleitorais, todavia surgem outros problemas e formas de repressão advindas de uma cultura machista e patriarcal, cujo intuito é manter as mulheres sobre domínio masculino e na esfera privada. Uma forma de coibir, reprimir a participação, inserção das mulheres na política e a criação de estereótipos reforçados através da mídia. A mulher mais dura, com características de liderança associadas aos homens, desde as vestimentas até a forma de falar e de posicionar, e a mistura de características que remetem ao feminino com a política das mulheres é o que esse artigo se propõe a analisar, focando em três casos específicos, o de Angela Merkel na Alemanha, de Dilma Rousseff no Brasil, e de Park Geun-hye na Coreia do Sul.

Palavras-chave: Mulheres, Política, Masculinização, mídia.

Resumen

La actuación femenina en el proceso democrático y en la política, a pesar de haber evolucionado en las últimas décadas, sigue siendo una lucha constante, pues a pesar de haber conquistado el derecho de votar y la actuación en pleitos electorales, todavía surgen otros problemas y formas de represión de una cultura machista y patriarcal, cuyo propósito es mantener a las mujeres sobre dominio masculino y en la esfera privada. Una forma de cohibir, reprimir la participación, inserción de las mujeres en la política y la creación de estereotipos reforzados a través de los medios de comunicación. La mujer más dura, con características de liderazgo asociadas a los hombres, desde las vestimentas hasta la forma de hablar y de posicionar, y la mezcla de características que remiten al femenino con la política de las mujeres es lo que ese artículo se propone analizar, enfocando en tres casos específicos, el de Angela Merkel en Alemania, de Dilma Rousseff en Brasil, y de Park Geun-hye en Corea del Sur.

Palabras-clave: Mujeres, Política, masculinización, medios.

Introdução

Ao longo da história as mulheres sempre estiveram em desvantagem devido ao fato de estarem submetidas ao sistema patriarcal, onde as relações entre os sexos são baseadas na submissão feminina, e na distribuição desigual de poder. Entretanto, as mulheres não permaneceram inertes diante desse cenário. Sendo possível apontar movimentos minimamente estruturados de reivindicação feminina em meados do século XIX.

A primeira onda do feminismo foi um conjunto de movimentações articulado por mulheres em prol da luta por igualdade política e jurídica entre os sexos, ou seja, reivindicação por direitos iguais de cidadania (direito à educação, propriedades e posses de bens, divórcio, etc.), tendo como ápice a luta sufragista que reivindicava o direito das mulheres ao voto. O surgimento desse

movimento pode ser compreendido e relacionado ao contexto de profundas transformações que se deram no âmbito do trabalho, da cultura, do Estado e nas cidades, que foram propagados de forma efervescente na Europa após a Revolução Francesa e a Revolução Industrial.

Ao longo do tempo a luta cada vez mais numerosa e homogênea, não tarda em se rebelar contra as péssimas condições de vida em que estavam submetidas as mulheres, ou seja, trabalhadoras que viviam uma vida miserável, com longas jornadas de trabalho duro, com salários menores se comparado ao dos homens, obrigadas a lidar com todo tipo de assédio moral e sexual, com o tratamento conservador dos maridos, além de desenvolverem dupla jornada (tarefas domésticas e cuidado dos filhos). Entendemos assim que existiam e de alguma forma ainda existem diferentes graus de opressão, conforme o espaço e papel que cada uma desempenha na sociedade.

Obter o direito ao voto foi um passo significativo. Poder votar e ser votada, somada às outras conquistas democráticas. Lógico que as pautas democráticas vêm adquirindo novas solicitações, colocado na ordem-do-dia o amadurecimento do perfil do movimento feminista, por meio da unificação da diversidade como as demandas e protagonismo das mulheres negras, LGBT's e de terceiro mundo.

Com efeito, retomar a primeira onda do feminismo é uma forma de entendermos o cenário atual e assim avançarmos e aprofundamos as lutas presentes e futuras. Partindo desse pressuposto histórico de luta feminina por participação política, traremos neste trabalho uma análise de como as mulheres são tratadas no ambiente político atual, e como a mídia se comporta em relação a essas mulheres.

Breve resumo da história das mulheres analisadas

Dilma Vana Rousseff iniciou sua vida política ainda na adolescência, aos 16 anos, foi militante contra a ditadura de 1964, tendo sido torturada e tendo ficado presa durante quase três por esse fato. Foi uma das fundadoras do partido Democrático trabalhista (PDT) em 1979, quando lutava pela anistia, com os militares ainda no poder. Em 1993 torna-se Secretária de Energia, Minas e Comunicação do Rio Grande do Sul, onde continuou durante o mandato do governador Olívio Dutra. Após a posse de Lula em 2003 torna-se Ministra de Minas e Energia. Em 2005 é escolhida por Lula para o cargo de Chefe da Casa Civil, e coordena todo o trabalho do Ministério. Em 2010 e indicada pelo mesmo a pleitear para ser sua sucessora pelo Partido dos Trabalhadores (PT) se elegendendo, como a primeira mulher presidente, ou primeira presidenta como preferia ser chamada

¹, do Brasil em 2011, sendo reeleita em 2014, mandato esse que cumpriu até ser afastada de seu cargo por um processo de impeachment em 2016.

Park Geun-hye é uma política Sul coreana que teve contato com a política desde muito jovem, aos 11 anos de idade, com o governo de seu pai Park Chung-hee militar e presidente, que governou o país por cerca de 18 anos, em um governo que até hoje gera polêmicas². Após o assassinato de sua mãe em 1974, Park Geun-hye aos 22 anos assume o papel de primeira dama do país, ao lado de seu pai. Cinco anos mais tarde perde seu pai após um assassinato e inicia sua carreira política. Em 1998, torna-se vice-presidente do *Grand National Party* e iniciou seu mandato como membro da Assembleia Nacional. Em 2012 finalmente é eleita presidente pelo *Partido Saenuri*, que era seu partido anterior (Grand National Party) Reformado. Seu mandato presidencial acaba em 10 de março de 2017, através de um processo de impeachment.

Angela Dorothea Merkel iniciou de fato sua carreira política já como uma mulher madura, aos 35 anos, apesar de anteriormente já haver sido militante da Juventude Livre Alemã. Sua carreira política de fato, se inicia após a queda do muro de Berlim em 1989 quando Merkel toma parte do movimento pela democratização do país, e inicia sua carreira no partido Despertar Democrático. Em 1990 na primeira eleição pós-reunificação da Alemanha, foi eleita para a Câmara Baixa do Parlamento Alemão. Em 1991, é nomeada para o Ministério da Juventude e Família, onde permanece até 1994. Em 1994 é nomeada Ministra do Meio Ambiente, cargo que ocupa até 1997. Em 1998 Merkel foi nomeada secretária geral do CDU (União Democrata Cristã) para reerguer o partido que passava por um momento difícil. Em novembro de 2005 é eleita chanceler tornando-se a primeira mulher em cargo de chefia do governo de seu país, tendo sido reeleita para o cargo em setembro de 2009, dezembro de 2013, e junho de 2017, ainda permanecendo no cargo.

A questão da masculinização das mulheres na política

Todos esses casos significaram um avanço no que diz respeito à participação política das mulheres, pois as três foram as primeiras mulheres a chegarem aos respectivos cargos que ocupam,

¹ Como mencionado acima Dilma gostava de ser chamada de presidenta, o que motivou ataques por diversos setores da mídia e da política, que insistiram que a mesma deveria ser chamada pelo masculino (ou neutro) presidente. Por outro lado compreendemos que o uso de presidenta com (A) no final dá força e ênfase ao fato de uma mulher haver chegado ao cargo mais alto da política Brasileira, um espaço de poder público onde o domínio majoritariamente é masculino. Sendo tão expressivo o termo que ao assumir o governo interino de Michel Temer vetar o uso da palavra “presidenta” em publicações da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC). Sendo algo que a princípio parece tão irrelevante, mas de um simbolismo profundo divulgado no dia 31 de maio de 2016 pelo jornal Online “Brasil 247”. Ver mais em: BRASIL 247. TEMER VETA PALAVRA “PRESIDENTA” EM PUBLICAÇÕES DA EBC. In: BRASIL 247. Edição [online] de 31 de maio de 2016 .

² Ver mais em: <http://www.koreapost.com.br/conheca-a-coreia/historia/park-geun-hye-e-sua-trajetoria-politica/>

no entanto, o que as três têm em comum além de serem as primeiras de seus cargos, é a postura mais discreta, a maneira de se vestirem, sempre com seus terninhos, os cabelos mais curtos, e a forma mais dura como se apresentam, Merkel por exemplo é muito conhecida por governar com punho de ferro, e pelos seus terninhos “sem graça” e sempre repetidos, enquanto que Dilma por diversas vezes foi chamada de “machona” e até teve sua sexualidade questionada pela maneira como se apresenta.

Michelle Perrot em seu artigo “*O gênero da cidade*” no qual fala sobre o tratamento dado às mulheres em relação ao âmbito público e privado na cidade europeia do século XIX, nos traz a questão das mulheres que foram impedidas de fazerem operações na bolsa de valores, e para que pudessem estar presentes nesse ambiente, se disfarçavam com, botas, cartola e um culote e se infiltraram em meio à multidão de espectadores do sexo masculino.

Ao que parece, na atualidade política mundial as coisas não são muito diferentes do que Perrot descreve sobre o mercado financeiro do século XIX europeu. As mulheres não são impedidas de participarem da política, e por tanto não precisam vestir-se exatamente iguais aos homens para frequentar esses espaços, no entanto, devido a tradição machista no ambiente político, estas se veem obrigadas a adotarem uma postura mais masculinizada para fazerem-se ouvir ou acabam por terem suas vozes silenciadas.

Mas apesar de se “masculinizarem” para serem mais aceitáveis no ambiente político, as mulheres quando sofrem ataques, são atacadas no que diz respeito ao fato de ser mulher, não na pretensa incompetência ou corrupção, como acontece com os homens. Um dos exemplos mais claros desse fato foram os adesivos da presidente Dilma com as pernas abertas na entrada dos tanques dos carros³ na época de seu impeachment. Nenhum homem foi atacado dessa forma anteriormente na história da política, a eles cabe apenas serem chamados de “ladrões” ou “corruptos”, são apenas atacados na fonte de sua competência. Park Geun-hye teve seu impeachment decretado após um escândalo de corrupção em que ela estaria envolvida, no qual ela teria aproveitado de suas influências para favorecer a empresa de uma amiga de longa data. Park também foi atacada por deixar sua amizade (feminina) influenciar sua política, mesmo havendo negado saber sobre o que sua amiga fazia.

³ Ver mais em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/governo-denuncia-adesivo-com-ofensa-sexual-a-dilma,33f5fa7ff225c4a3d42f654bee769de9s9gleRCRD.html>

Os estereótipos femininos na política

Por outro lado Elisabeth Prügl em seu trabalho *"If Lehman Brothers had been Lehman Sisters...": Gender and myth in the aftermath of the financial crisis*, analisa como após a crise de 2008 a mídia se apropria de estereótipos femininos e masculinos (a mulher prudente e cautelosa, e o homem impulsivo, que corre muitos riscos) para explicar a crise (que teria sido causada pela impulsividade masculina) e como ela poderia ter sido evitada se houvesse mais mulheres em cargos importantes no mercado financeiro (com a prudência feminina), e ainda como o mercado financeiro seria reconstruído com as mulheres estando ao lado dos homens para auxiliá-los.

Também vemos essas apropriações de estereótipos (feminino/masculino) quando se trata das mulheres na política, a questão da maternidade é algo que está quase sempre presente quando uma mulher está em um alto cargo de um país. Um exemplo disso é quando os apoiadores da ex-presidente Dilma Rousseff a chamavam de "Dilmãe" remetendo-se a que ela seria sim uma figura carismática, acolhedora e afável (como se reforça que uma mãe deve ser), ao contrário do que os seus opositores diziam. Já no caso de Merkel é comum ouvir de seus conterrâneos que eles não saberiam dizer se ela é uma "mãe" ou uma "madrasta" devido a forma mais dura com que essa exerce seu governo.

A mídia e seu papel na estereotipação

Em ambos os casos (de masculinização ou de associação à estereótipos femininos) vemos um elemento em comum que está sempre presente, a mídia. Este é o elemento "x" que reforça os estereótipos e os utiliza de acordo com o que lhe parecer mais favorável. Em seu livro *Mitologias* Roland Barthes coloca que quando o mito fala por sobre um objeto, toma dele toda sua história, que o transforma em um objeto do qual usufruímos sem nos questionar sobre de onde ele vem. Isso pode ser visto quando falamos sobre como as mulheres políticas são colocadas para as pessoas. A mídia nos dá diferentes estereótipos, sejam eles considerados bons ou ruins pelo público que os vê, e que são reproduzidos de acordo com a opinião que o público tem da pessoa em questão. Na época de seu impeachment Dilma Rousseff foi execrada pela mídia, e consequentemente pelas pessoas, que passaram a acreditar em qualquer coisa negativa relacionada a ex-presidente. No caso de Park a mídia também esteve presente nos ataques a ex presidente sul coreana, no entanto não com tanta intensidade quanto aconteceu no caso brasileiro. Merkel mantém sua vida pessoal em discrição e longe da mídia, portanto no caso dela não cabe falar de

ataques misóginos, no entanto neste caso se encaixa a visão da mulher “mãe” que a mídia reforça por sobre a visão popular.

Conclusão

Portanto fica evidente que as mulheres não são alheias a política. Elas participam ativamente dos movimentos sociais que impulsionam as transformações de um país. Contudo acabam não participando em peso da política formal, pois há um grande impedimento que são a mídia e os estereótipos que perseguem as mulheres tanto no ambiente político quanto em outros. As mulheres que conseguem participar dos pleitos eleitorais, entram nesses pleitos em posição de desvantagem em relação aos candidatos do sexo masculino. E quando conseguem assumir um cargo de destaque, acabam por ter que assumir, uma postura mais “masculinizada” para se fazerem aceitas e respeitadas. E ainda existem momentos em que essas mulheres veem sua imagem associada com a maternidade, com essa associação sendo usada de maneira a ofendê-la ou cobrando esse algo feminino que na visão popular estaria ausente em sua apresentação ao público.

Seja no primeiro ou no segundo caso, a mídia é um elemento que sempre está presente como o elemento formador, divulgador, e de reforço dos estereótipos, utilizando seu amplo acesso às massas para manipular ou reforçar a visão da população sobre as mulheres que estão no poder. Por outro lado, à essas mulheres, salvo algumas exceções, cabe estarem sempre em posição de defesa desses ataques feitos em nome de uma cultura machista e patriarcal.

Referências Bibliográficas

BARTHES, Roland. *Mitologias*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, 11^a edição.

BEAUVOIR, Simone. *O Segundo sexo: fatos e mitos*. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980.

Biografia. www2.planalto.gov.br. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/conheca-a-presidencia/presidencia/presidenta/biografia>>.

Biografia de Angela Merkel. eBiografia. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/angela_merkel/>.

DIETZ, Mary G. O contexto é que conta: Feminismo e teorias da cidadania. In: Cidadania Feminismo. Edição especial. Productos Culturales, S.A.C.V. México, 1999. pp. 3-28.

HAAS, Benjamin. **South Korea: former president Park Geun-hye sentenced to 24 years in jail**.

The Guardian. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2018/apr/06/former-south-korea-president-park-geun-hye-guilt-of-corruption>>.

MOREIRA, Camila. **Park Geun-hye e sua Trajetória Política**. KOREAPOST. Disponível em: <<http://www.koreapost.com.br/conheca-a-coreia/historia/park-geun-hye-e-sua-trajetoria-politica/>>.

PERROT, Michelle. *O GÊNERO DA CIDADE*. História e Perspectivas, Uberlândia (50): 23-44, jan./jun. 2014.

PRÜGL, Elisabeth. “*If Lehman Brothers Had Been Lehman Sisters...*”: *Gender and Myth in the Aftermath of the Financial Crisis*. In *International Political Sociology*. 2012.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

OS IMPACTOS DO NAFTA NA ECONOMIA MEXICANA NOS ANOS 1990¹

Aram Cavalcanti²

Patrícia Ferreira Guimarães³

Resumo: Apesar das promessas de desenvolvimento econômico serem o principal atrativo das propostas de formação das áreas de livre comércio, é importante considerar o fato de que para determinados países estas propostas podem ser, ao contrário, desvantajosas. A inclusão das seguintes políticas no Acordo: eliminação e redução de barreiras tarifárias e não tarifárias; regulamentação do comércio de serviços; o estabelecimento de um mecanismo de solução de controvérsias para a resolução de disputas comerciais. Este trabalho pretende testar a hipótese de que nas relações econômicas do NAFTA, o México teve sua sensibilidade e vulnerabilidade, no arco conceitual proposto por Nye (2009), aumentadas. Para tanto, é preciso identificar e medir os impactos dessas relações na economia mexicana nos anos 1990. No desenvolvimento do artigo será empregado o método misto de corte longitudinal.

Palavras-chave: Livre Comércio, Sensibilidade, Vulnerabilidade, NAFTA, CUSFTA.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo visa destacar as relações comerciais por meio do acordo bilateral assinado pelo presidente dos Estados Unidos da América (EUA), Ronald Reagan, e pelo primeiro-ministro do Canadá, Martin Brian Mulroney, no dia 4 de outubro de 1987 que deu origem ao *Canada-United States Free Trade Agreement* (CUSFTA). O CUSFTA tinha como meta estabelecida eliminar e reduzir barreiras tarifárias e não tarifárias, regulamentar o comércio de serviços e desenvolver um mecanismo de solução para as eventuais disputas comerciais entre eles. É importante mencionar que apesar do ambiente favorável a aproximação bilateral, havia certa resistência das províncias canadenses da Columbia Britânica em comercializar com as províncias estadunidenses.

A expansão do tratado de livre comércio entre os EUA e o Canadá se deu por meio da inclusão do México por ocasião da assinatura do *North American Free Trade Agreement* (NAFTA), no dia 17 de dezembro de 1992. O NAFTA tinha como principal objetivo facilitar as relações comerciais no hemisfério norte até o ano de 2007. Porém, em função das exigências de ajustes

¹ Orientador: Prof. Dr. Adriano Pires de Almeida – Professor do curso de Relações Internacionais e coordenador do Grupo de Estudos da América Latina da PUC Goiás.

² Aluno de graduação do curso de Relações Internacionais da PUC Goiás e membro do Grupo de Estudos da América Latina da PUC Goiás.

³ Aluna de graduação do curso de Relações Internacionais da PUC Goiás e membro do Grupo de Estudos da América Latina da PUC Goiás.

econômicos, o México logo constatou que a sua posição na relação trilateral era de completa submissão aos interesses do CUSFTA, o que tornou evidente a sua situação de vulnerabilidade nessa relação. A percepção de vulnerabilidade, conforme apresentado por Nye (2009), mexicana diante do CUSFTA trouxe consigo a noção de que poderia haver impactos econômicos negativos no âmbito do NAFTA. Em contrapartida o CUSFTA percebeu a sua situação de sensibilidade econômica em relação à estabilidade econômica mexicana. Neste sentido, este trabalho busca identificar se houve ou não a sensibilidade e vulnerabilidade nas relações econômicas do NAFTA na década de 1990.

Deste modo o artigo encontra-se estruturado da seguinte forma: primeiramente é tratada a questão da transição do CUSFTA para o NAFTA, por meio de negociações com a finalidade de promover a integração do México ao CUSFTA e como ele teve de se adequar e realizar reformas e ajustes estruturais em sua economia no período de 1989 a 1994. Posteriormente, é discutida a questão da vulnerabilidade e da sensibilidade que afeta as relações econômicas no âmbito do NAFTA. Em seguida, é examinada as relações do México em relação ao CUSFTA na década de 1990, no âmbito do NAFTA – procurando identificar se houve ou não crescimento econômico para o México e quais foram as consequências para o país no período analisado. Por fim, é apresentado as considerações finais desta pesquisa.

TRANSIÇÃO DO CUSFTA PARA O NAFTA

A partir de 1989, o Consenso de Washington representou a porta de entrada, entre os economistas estadunidenses e canadenses, para uma discussão com um tom neoliberal aplicada aos países latino americanos o que deixou claro a possibilidade da expansão do CUSFTA para todo o hemisfério norte e posteriormente para todo o continente americano.

Neste sentido, o CUSFTA ampliado foi pensado em um contexto no qual a previsão de constituição de uma área de livre comércio entre os EUA, o Canadá e o México prometiam o estabelecimento de uma significativa melhora nos intercâmbios comerciais entre eles. Além de melhorar a posição dos três países no mercado americano – o NAFTA, que entrou em vigor no ano de 1994 – buscava ultrapassar o desempenho – em termos de produção, comércio e investimentos – do Japão e da União Europeia (UE). O acordo trilateral visava, também, desenvolver estratégias competitivas de produção por meio da exploração da mão-de-obra mexicana e criar melhores condições para escoar a produção de seus signatários.

Por se tratar de um país desenvolvido, os EUA calcularam que o Canadá não se submeteria facilmente às suas demandas uma vez que as relações entre eles, dadas as devidas ressalvas, se

davam em bases mais simétricas e por tanto menos vulneráveis e sensíveis. Nas relações com o México, por sua vez, para os EUA tais posições favoreciam em partes o governo estadunidense uma vez que as relações desenvolvidas entre eles se davam em bases mais assimétricas e por tanto mais vulneráveis para o governo mexicano e sensíveis para eles, de modo que se esperava que o estabelecimento da área de livre comércio aumentasse a interdependência e diminuísse as assimetrias existentes entre eles, como serão discutidos a diante.

Destaca-se também que o acordo trilateral possibilitou a abertura do mercado CUSFTA para o México. Em tese essa abertura aumentaria a demanda por trabalho e, conseqüentemente, o número de oferta de empregos para os mexicanos. Para Krugman (2015), o surgimento do NAFTA provocou uma mudança de parte dos processos produtivos como montagem e produção de componentes para esses diferentes locais da América do Norte. Os salários do México – por serem menores do que os praticados no âmbito do CUSFTA – incentivaram o deslocamento de empresas dos EUA começassem a se mudar para o país. Deste modo, o autor observa que ao passo que os trabalhos menos qualificados, ou seja, com menor valor agregado eram destinados aos mexicanos, e os que exigiam maior qualificação, isto é, aqueles com maior valor agregado para os estadunidenses e canadenses. Em outras palavras, obrigatoriamente os mexicanos teriam de fazer reformas e ajustes econômicos a fim de sanar o abismo socioeconômico que existente em relação ao CUSFTA.

Entretanto, é importante ressaltar que o NAFTA de fato reduziu barreiras comerciais entre os seus países membros. Deste modo, o art. 102 do Acordo Constitutivo do NAFTA estabelece que os objetivos da área de livre comércio são:

- a) eliminar barreiras ao comércio e facilitar o movimento transfronteiriço de bens e serviços; b) promover condições de concorrência justa; c) aumentar as oportunidades de investimento; d) fornecer proteção e aplicação de direitos de propriedade intelectual; e) criar procedimentos para a resolução de disputas comerciais; e, f) estabelecer uma estrutura para mais cooperação trilateral, regional e multilateral para ampliar os benefícios do acordo comercial (tradução livre)⁴.

O estabelecimento destas medidas não significa que tenham sido benéficas para a economia mexicana, apesar da adesão ao CUSFTA, em dezembro do mesmo ano, houve a crise

⁴ No original: “a) eliminate barriers to trade in, and facilitate the cross-border movement of, goods and services between the territories of the Parties; b) promote conditions of fair competition in the free trade area; c) increase substantially investment opportunities in the territories of the Parties; d) provide adequate and effective protection and enforcement of intellectual property rights in each Party's territory; e) create effective procedures for the implementation and application of this Agreement, for its joint administration and for the resolution of disputes; and, f) establish a framework for further trilateral, regional and multilateral cooperation to expand and enhance the benefits of this Agreement”.

do peso, gerada por dívidas externas anteriores a este período. Entretanto, a interdependência aumentada fez com que os EUA resgatassem o peso mexicano.

REFORMAS E AJUSTES NA ECONOMIA MEXICANA 1988-1994

No processo de adesão ao NAFTA, o presidente mexicano Carlos Salinas de Gortari, com a ajuda de economistas estadunidenses, estabeleceu reformas e ajustes em sua economia. A sensibilidade e vulnerabilidade mexicana aos EUA ficaram explícitas em função da posição que ele ocupou no acordo de livre comércio. Desse modo, os ajustes econômicos visavam diminuir as assimetrias existentes entre os países signatários do Acordo.

Inicialmente, estava previsto o abandono, por parte do governo mexicano, do modelo de substituição de importações, que fora justificado com a alta taxa aplicada a elas. Assim, a aplicação do método neoliberal tomou conta da estrutura econômica mexicana, abrindo o mercado, promovendo exportações e importações, mediante o estabelecimento de acordos de livre comércio. A Tabela, a seguir, apresenta um panorama da economia mexicana no período de 1988 a 2000:

Tabela: Panorama da economia mexicana de 1988 a 2000.

ANO	Índice de GINI	Inflação (%)
1988	nd	125,43
1989	51,99	20,32
1990	nd	26,54
1991	nd	22,84
1992	51,06	15,58
1993	nd	9,77
1994	51,89	6,97
1995	nd	34,77
1996	48,54	35,26
1997	nd	20,82
1998	48,99	15,9
1999	nd	16,67
2000	51,87	9,51

Fonte: INFLATION (2018) e INDEX MUNDI (2018).

Observa-se na Tabela acima que a inflação mexicana no período de 1988 a 2000 passou por oscilações que foram controladas por meio das medidas econômicas que serão retratadas mais adiante. Entretanto, mesmo após a adesão do México ao CUSFTA, o índice de GINI demonstra que a concentração de renda, algo em torno de 50%, se manteve nas famílias mexicanas de classe alta.

Neste sentido, a utilização do índice de GINI aponta para o fato de que, apesar do governo mexicano tentar controlar a taxa de inflação do país, os níveis sociais se mantiveram constantes no período de 1988 a 2000. Assim, este trabalho entende que esse ciclo vicioso econômico pode levar a uma explosão da crise social e migratória no futuro.

Durante o governo de Gortari, a aplicação do método neoliberal e a adesão ao NAFTA provocou mudanças na economia mexicana que até aquele momento tinha um perfil protecionista. Neste sentido, Krugman (2015, p. 218) analisa a situação mexicana como sendo uma transformação:

[...] em direção ao livre comércio reverteu meio século de história. Como muitos países em desenvolvimento, o México virou protecionista durante a Grande Depressão da década de 1930. Após a Segunda Guerra Mundial, a política de industrialização para servir a um mercado nacional protegido tornou-se explícita.

A partir do ponto em que foram tomados para si, os ajustes econômicos mexicanos, seriam, a diante, vistas as dificuldades perante as relações assimétricas no NAFTA. A adesão do México ao Acordo provocou uma mudança significativa em sua economia, pois o governo mexicano adotou posicionamentos econômicos com o objetivo de diminuir as assimetrias.

VULNERABILIDADE E SENSIBILIDADE MEXICANA

O processo de globalização, que avançou de maneira súbita sobre o sistema internacional a partir da segunda metade do século XX, trouxe uma nova maneira de se conduzir às relações internacionais, no âmbito das interações entre os mais diversos atores internacionais. Essa diversidade de atores constitui uma das principais características desse processo.

Entretanto, é importante mencionar que na maior parte da história do sistema internacional, os Estados foram considerados os principais atores internacionais. Tucídides, em sua História da Guerra do Peloponeso, apresentou uma característica muito interessante do ambiente em que ocorriam as relações entre as diferentes cidades-estados gregas: ele era anárquico. Ou seja, a anarquia internacional prevê a participação hegemônica do Estado nas questões internacionais. Em função disso, observa-se que as interações entre os distintos Estados foram marcadas por um forte teor egoístico.

Novamente é preciso ressaltar que Tucídides apresenta em sua obra a ideia de que a guerra do Peloponeso teve como seu principal fator, o medo. Em sua visão, o medo causou nas cidades vizinhas, em especial nos lacedemônios, o aumento súbito do poder ateniense. De fato, o interesse nacional dos Estados é um conceito caro ao pensamento realista nas relações internacionais no qual Tucídides é, segundo Nye (2009), considerado o avô deste tipo de pensamento.

De acordo com Morgenthau (2003), apesar dos mais distintos interesses nacionais terem sido colocados frente a frente no processo de evolução do sistema internacional, eles permaneceram sendo definidos em termos de poder. Entretanto, é importante mencionar que pensadores como Waltz (2005) consideram que esses interesses mudam de acordo com a estrutura vigente no sistema internacional. Enquanto Morgenthau (2003) defendeu a ideia que esses interesses não sofrem com a variação do espaço e tempo, onde sua origem é a natureza do homem e da política, Waltz (2005), advoga que a questão era estrutural e não da natureza do homem ou dos Estados, uma vez que eles entravam em cooperação ou conflito, conforme argumenta Nye (2009).

Existe, no entender de Nye (2009), uma profunda mudança no atual sistema internacional, tendo o processo de interdependência complexa como causa motor à intensificação da globalização. A globalização e a interdependência são, segundo o autor, as duas principais características do sistema internacional pós-guerra-Fria. A velha política realista de Estado, baseada na maximização dos interesses nacionais, se esgotou sendo necessário equilibrar os mais distintos interesses para manter o sistema em equilíbrio. Segundo Nye (2009, p. 244):

Globalização - definida como redes mundiais de interdependência - não implica universalidade. Por exemplo, no início do século XXI, metade da população americana usava a rede mundial de computadores, em comparação com um centésimo de 1% da população do sul da Ásia. A maioria das pessoas no mundo atualmente não tem telefone. Até mesmo em uma época de telefone celulares baratos, centenas de milhões de pessoas vivem como camponeses em aldeias remotas com uma frágil ligação com os mercados mundiais ou com o fluxo de ideias no mundo. Na realidade, a globalização é acompanhada de lacunas cada vez maiores, em muitos sentidos, entre os ricos e os pobres. Ela não implica nem a homogeneização nem a igualdade.

De acordo com Castro (2011), para Keohane e Nye os Estados continuam sendo os principais atores internacionais, porém o institucionalismo das relações internacionais é uma característica mais forte do que as velhas práticas de autoajuda dos Estados. Decorrente da interdependência e da globalização, somado ao institucionalismo liberal da política internacional tem-se dois conceitos poderosos para explicar as desigualdades entre os Estados nesse novo sistema internacional: à vulnerabilidade e a sensibilidade.

Nesse sentido, Nye (2009, p. 259) destaca que:

Os pactos regionais como o Nafta podem aumentar a interdependência e diminuir a assimetria em um relacionamento. Ao concordarem em interligar sua economia com a do México, os Estados Unidos assumiram alguns dos compromissos financeiros da economia mexicana juntamente com os benefícios de maior acesso. Quando o valor do peso mexicano despencou, a administração Clinton apressou-se no início de 1995 a escorar a moeda debilitada e montou um pacote de ajuda multibilionário. Num momento em que o Congresso americano se encontrava em um impasse em relação ao aumento dos gastos internos com serviços tais como área de saúde, a administração não viu muita

escolha a não ser resgatar o peso. Com maior interdependência, até mesmo países fortes podem se encontrar sensíveis a mudanças econômicas além de suas fronteiras.

Adicionalmente, Castro (2011, p. 361) considera que:

Para a interdependência complexa, a guerra deixa de ser o que, na perspectiva realista representa a lógica das Relações Internacionais centrada nos problemas de segurança, na ameaça hobbesiana e no constante dever de defender, dissuasoriamente, a integridade territorial dos Estados. Segundo Nye e Keohane, há a emergência de novos atores no plano internacional que questionam e redefinem a natureza estadocêntrica internacional. Observa-se a relação intrínseca entre Estados novos atores e o mercado global. Os conflitos são de natureza econômico-comercial e financeira e têm na prática da arbitragem, da negociação internacional e na mediação transnacional uma de suas principais características.

Assim sendo, os impactos sofridos pela economia mexicana, no âmbito do NAFTA, tem ligação com a assimetria, considerada um conceito muito importante para Nye (2009), no atual sistema internacional.

Ao passo que os EUA exercem forte influência na economia mexicana, eles se tornam sensíveis às reações dessa economia. O México, por sua vez, se torna vulnerável aos interesses econômicos estadunidenses. Com uma forte superioridade americana em ciência e tecnologia, além da força do dólar sobre o peso mexicano, os produtos americanos “invadem” o território dos mexicanos, prejudicando profundamente a economia nacional.

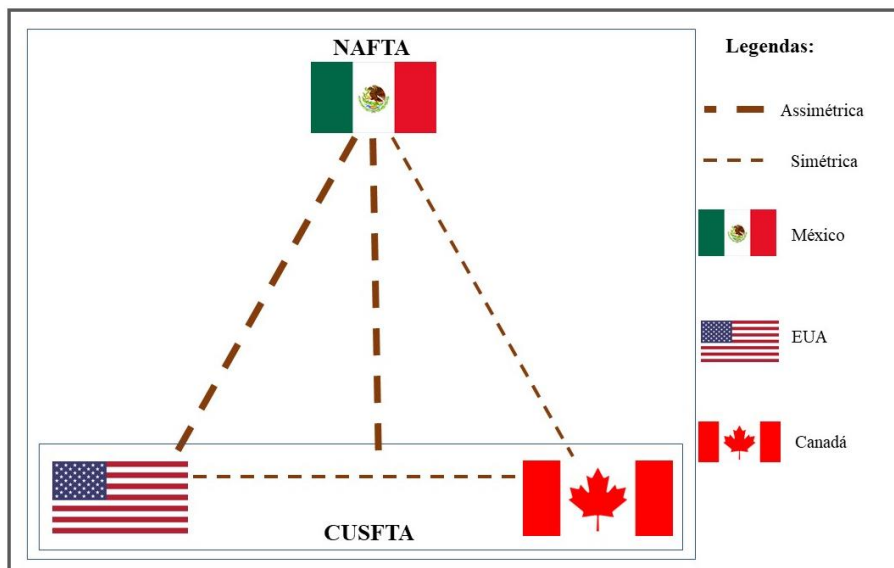
De acordo com Nye (2009), essa é uma nova prática das relações internacionais contemporâneas. A geopolítica foi perdendo espaço para a geoeconomia. A sensibilidade e a vulnerabilidade tornam a interdependência complexa mais cara ao sistema. Os países mais poderosos, dotados de maiores recursos e definidos em termos de poder, apesar de estarem em uma relação com outro país, mais vulnerável ou sensível, acabam por ter vantagens sob o outro, decorrente das assimetrias existentes entre eles.

Devido ao aumento do poder de destruição em massa, mesmo com o fim da Guerra Fria, e da importância das relações entre os Estados serem mais pacíficas, Nye (2009) acredita que as velhas práticas das políticas de poder ainda são refletidas nas relações internacionais e que a sensibilidade e vulnerabilidade entre os países impulsionam retóricas de conflito armado: como é o caso dos conflitos pelo petróleo no Oriente Médio.

O avanço do institucionalismo liberal e a tentativa de amenizar as assimetrias do sistema internacional com organizações e instituições internacionais podem ter como origem a velha prática realista de maximização dos interesses. Porém, o avanço do processo de institucionalização coloca os Estados frente a frente com a necessidade de ampliar seus interesses em prol do sistema internacional.

Diferentes atores interestatais conduzem muitas vezes complicações para a ortodoxia realista – como, por exemplo, as ONGs e as instituições internacionais como o FMI, que recomenda na maioria das vezes práticas econômicas contra os interesses nacionais dos países que as adotam – esperando com isso benefícios econômicos futuros. De fato, a estabilidade do sistema internacional está diretamente ligada aos acertos dos Estados diante do dilema da assimetria, da sensibilidade e da vulnerabilidade – de forma institucionalizada. Neste sentido, a Figura a seguir apresenta os tipos de relações de poder desenvolvidas no âmbito do CUSFTA ampliado.

Figura: Tipos de relações de poder no âmbito do CUSFTA/NAFTA



Fonte: Elaboração própria da bibliografia consultada.

No âmbito do NAFTA seus membros encontram-se interligados por meio de normas e regras que regulam as relações comerciais intra e extrablocos. Neste sentido a Figura acima descreve o tipo de relação de poder intra bloco na qual se percebe a existência de uma “simetria” nas relações desenvolvidas no âmbito do CUSFTA. No âmbito do NAFTA observa-se a existência de uma assimetria nas relações CUSFTA-México. Em relação as relações bilaterais desenvolvidas no âmbito do NAFTA, é possível observar⁵: a existência de uma “simetria” nas relações México-Canadá e Canadá-EUA – se comparada as relações EUA-México – e a existência de uma assimetria

⁵ Tendo em vista que as relações bilaterais sejam “simétricas” entre EUA-Canadá, ambos países desenvolvidos, as relações Canadá-México, mesmo ocorrendo entre um país desenvolvido e um país em desenvolvimento, também podem ser vistas assim. Porque, em termos gerais, a sensibilidade Canadá-México é menor do que a sensibilidade EUA-México. Ao passo que a vulnerabilidade México-Canadá é menor do que a vulnerabilidade México-EUA.

nas relações EUA-México. dois países, se comparada à relação desenvolvida entre os EUA e o México.

ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL: O PENSAMENTO CRÍTICO E A RELAÇÃO EUA-MÉXICO

A evolução recente do sistema internacional, conforme mencionado por Castro (2016), tem como eixo principal o desenvolvimento das Relações Econômicas Internacionais, no âmbito da Economia Política Internacional. Neste sentido, ao considerar o pensamento de Robert Gilpin sobre o processo de assimetria da globalização política, Castro (2016, p. 365) argumenta que:

Em sua opinião, há uma lógica autônoma e própria do processo de globalização como meio de interação das Relações Internacionais. A integração econômica representa meio pelo qual o Estado, de forma pragmática, forma um bloco econômico em qualquer de seus níveis (acordo preferencial, zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum, união econômica total e união político-jurídica). É estruturada na força industrial, na competitividade empresarial e na crescente capacidade de formar núcleos integrados ao processo de globalização e regionalização, mesmo diante do alerta da tese do “capitalismo senil” que enfatiza a exaustão do processo de globalizante por conta de seu excessivo parasitismo e comportamento predatório centro-periferia de autoria do economista Jorge Beinstein.

Outro importante pensamento crítico sobre o processo de globalização e evolução do capitalismo, analisado por Castro (2016), é a teoria do sistema-mundo desenvolvida por Immanuel Wallerstein. Para o autor (2016), a teoria do sistema-mundo considera que o processo de “globalização” se iniciou nas grandes navegações portuguesas e com o capitalismo (re)definindo o papel do Estado. Assim, Castro (2016) destaca que o capitalismo financista no movimento histórico da economia-mundo, concentra seu poder em sua capacidade de orientar o poder do Estado com a lógica da produção e do lucro em proporções geográficas. O capitalismo financeiro provoca a “desterritorialização” do Estado em prol da maximização dos lucros, rompendo as fronteiras nacionais e a lógica estatocêntrica do sistema internacional.

Como afirma Wallerstein e Beaud *apud* Castro (2016, p. 369):

Os estágios do capitalismo que estão, atualmente, redefinindo o sistema estatocêntrico westphaliano por meio da formação de blocos geoeconômicos -expressão maiúscula do ideal burguês-liberal maximizador do lucro - podem ser compartimentalizados pela trajetória histórica da seguinte maneira: 1. O (proto)capitalismo comercial e de acumulação ainda incipiente baseado no extrativismo primário e no mercantilismo bimetalista por meio de um modelo político colonial entre os séculos XVI até finais do século XVIII, quando se inicia a revolução industrial inglesa em sua primeira fase; 2. O capitalismo industrial estruturado na maquinofatura por meio de um modelo político imperialista ao longo do século XIX e início do século XX, outorgado pela Conferência de Berlim de 1885-86 (“A Partilha da África”), valorizando os combustíveis fósseis e

criando nova divisão internacional do trabalho (DIT); 3. O capitalismo financeiro da segunda metade do século XX, estruturado na tecnologia da informação, na desterritorialização e na transnacionalidade competitiva, onde a volatilidade e na transnacionalidade competitiva, onde a volatilidade e a baixa controlabilidade são marcas centrais da globalização curto-prazista em tempo real [...].

Portanto, pode-se dizer que a abordagem crítica prevê a relação desigual entre o México e os EUA. A atual fase do capitalismo, resultante do processo financista estabelecido na doutrina neoliberal de Bretton Woods, conduz os interesses do capital especulativo e de seus lucros maximizados diante da discrepância das duas economias.

Sob esta ótica, é possível afirmar que o estabelecimento do NAFTA provocou o esfacelamento das fronteiras econômicas entre os EUA e o México depõem contra a economia mexicana por meio da competitividade entre os produtos estadunidenses e mexicanos sem “controlabilidade” e volatilidade. Mesmo não tendo sua forma seminal de capitalismo comercial dos séculos XVI, XVII e XVIII, as trocas comerciais entre os dois países ainda é conduzida pela lógica do capital-mundial padronizados pelo dólar, com seu poder econômico global. Neste caso, a lógica operante é a da globalização assimétrica desenvolvida por Gilberto Dupas apresentado por Castro (2016). Além disso, o autor (2016) destaca que alguns atores internacionais se destacam por um processo de globalização mais simétrico a partir do desenvolvimento de mercados, de zonas de industrialização econômica e de poder de transnacionalidade ligados aos seus interesses nacionais.

RELAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS NO ÂMBITO DO NAFTA NA DÉCADA DE 1990

Em meados da década de 1990 o NAFTA entrou em vigor, esperava-se que as medidas tomadas pelo governo de Gortari até o ano de 1994 fizessem com que as políticas comerciais mudassem e se adequassem as exigências do Acordo, a fim de melhorar o comércio intra e extrabloco.

Internamente o México no momento após o Acordo lidava com problemas reais que deveriam ser solucionados a fim de suprimir o desemprego. Os agricultores já não conseguiam competir com o milho e derivados que chegavam ao país a um baixo custo pela *Farm Bill*. Os subsídios aos pequenos agricultores foram praticamente extintos e aos grandes agricultores esses subsídios sofreram uma leve diminuição.

O NAFTA possibilitou um crescimento econômico para os EUA, uma vez que essa teve a possibilidade de sair a frente no comércio mundial, podendo competir com a UE e a China.

As maquiladoras permitiam que os EUA empregassem, na zona fronteiriça, mão de obra mexicana, sem proteção à saúde e direitos trabalhistas de acordo a Aliança Social Continental. Sem contar com a utilização em excesso de agrotóxicos pelos mexicanos que foi deteriorando seu meio ambiente para tornar as produções locais mais competitivas.

A abertura do México ao CUSFTA teve uma resposta rápida. A análise do Quadro, a seguir, apresenta as exportações, importações no período de 1993 e 2000:

Quadro: Exportações e importações dos EUA de 1993 e 2000.

EUA EXPORTAÇÕES	1993	2000	EUA IMPORTAÇÕES	1993
Para Canadá - mercadorias	100,444	178,941	De Canadá - mercadorias	111,216
Para Canadá - serviços	17,016	24,613	De Canadá - serviços	9,106
Para Canadá - total	117,46	203,554	De Canadá - total	120,323
Para México - mercadorias	41,581	111,349	De México - mercadorias	135,96
Para México - serviços	10,394	15,532	De México - serviços	10,78
Para México - total	51,975	126,881	De México - total	47,345
Para ambos - mercadorias	142,025	290,29	De ambos - mercadorias	151,134
Para ambos - serviços	27,41	40,145	De ambos - serviços	16,534
Total	169,435	330,435	Total	167,668

Fonte: U.S Chamber of commerce (2017, p. 5).

O Quadro, acima, explicita que de 1993 a 2000 os EUA importaram mais que o triplo de mercadorias do México e quase dobrou o número de serviços adquiridos pelo mesmo. Deste modo, observa-se que houve um vertiginoso crescimento na exportação de mercadorias dos EUA para o México, implementando a cultura estadunidense na mexicana. Além disso, o Quadro demonstra que as relações comerciais no âmbito do CUSFTA já eram intensas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período em que o CUSFTA esteve em vigor, às relações econômicas entre seus membros eram consideradas simétricas. No entanto, com a adesão do México ao Acordo e com o aumento da interdependência no âmbito do NAFTA, a sensibilidade e a vulnerabilidade nas relações entre os países envolvidos foram expostas, conforme analisado por Nye (2009). O México tem características econômicas mais parecidas com os demais países da América Latina e, em função disso, as diferenças socioeconômicas do país se tornaram um dos maiores entraves no âmbito do NAFTA.

Portanto, as consequências econômicas serviram de exemplo para que os países sul-americanos, principalmente ao Brasil para não ter aceitado a nova possibilidade de área de livre comércio hemisférico, chamada *Área de Livre Comércio das Américas* (ALCA). No entanto, muito do que ocorreu entre as relações trilaterais, levou a economia mexicana a sofrer uma grande pressão para adequar-se as exigências do Acordo. O resultado da entrada dos produtos estadunidenses – sem taxas e com preços menores – no mercado mexicano provocaram reduções de empregos no país, pois a indústria local não conseguia competir com as indústrias estrangeiras. De fato, isso poderia acontecer com qualquer país latino americano, em função de grandes semelhanças com a economia mexicana.

A análise das relações levou ao cerco que para os países desenvolvidos é de uma grande facilidade manter-se sempre de acordo entre si. Contudo, a relação deles com os países em desenvolvimento se fazem assimétricas, o que leva a uma imposição de um modelo a ser seguido. No âmbito do NAFTA, utilizaram da mão de obra barata do México, recursos naturais, e aproveitaram o mercado para escoar seus produtos.

De um lado os EUA tentam adotar novas medidas que buscam sanar a sensibilidade perante as relações do NAFTA, e em contraposição o México historicamente vê-se em uma relação de extrema vulnerabilidade em função dos países membros do Acordo, mas com destaque para os EUA. Apesar do entrelaçamento e alinhamento das relações, ficará a propósito dos três decidir se o NAFTA deverá se renovar, e aceitarem de fato a interdependência, porém, com a finalidade de regredir as sensibilidades e vulnerabilidades, ou em fim partirem para outros acordos de livre comércio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADEO, Kimberly. **History of NAFTA and Its Purpose**. Disponível em: <https://www.thebalance.com/history-of-nafta-3306272>. Acesso em 20 de outubro de 2018.
- CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.
- KRUGMAN, Paul R. **Economia internacional**. São Paulo: Pearson Brasil, 2015.
- MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.
- NIEMEYER, Luiz M. de; COSTA, Mayla Pereira. **O Nafta e as Assimetrias: o caso do México**. Disponível em: https://www.pucsp.br/sites/default/files/download/posgraduacao/programas/economiapolitica/texto_para_discussao_nafta_e_as_assimetrias_mexico_2012.pdf. Acesso em 20 de outubro de 2018.

NYE, Joseph S. **Cooperação e conflito nas Relações Internacionais**. São Paulo: Editora Gente, 2009.

SAN PEDRO, Ricardo Peltier. **La economía mexicana (1990-2040)**. Disponível em: <http://www.estepais.com/articulo.php?id=501&t=la-economia->. Acesso em 20 de outubro de 2018.

SILVA JÚNIOR, Ary Ramos da. **O neoliberalismo no México**: o governo Carlos Salinas de Gortari. Disponível em: http://www.feata.edu.br/downloads/revistas/economiaepesquisa/v7_artigo04_neoliberalismo.pdf. Acesso em 20 de outubro de 2018.

U.S CHAMBER OF COMMERCE. **The facts on NAFTA**: Assessing two decades of gains in trade, growth, and Jobs. Disponível em: https://www.uschamber.com/sites/default/files/the_facts_on_nafta_-_2017.pdf. Acesso em 20 de outubro de 2018.

INFLATION. **Inflação no México**. Disponível em: <https://pt.inflation.eu/taxas-de-inflacao/mexico/inflacao-historica/ipc-inflacao-mexico-1993.aspx>. Acesso em 20 de novembro de 2018.

INDEX MUNDI. **Índice de GINI México**. Disponível em: <https://www.indexmundi.com/es/datos/indicadores/SI.POV.GINI>. Acesso em 20 de novembro de 2018.

A SITUAÇÃO DOS DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS NO BRASIL: legislação e realidade

Jonathan Ramos Oliveira

Felipe Martins dos Santos

Fernanda Silva de Moraes

Abiane de Alcântara Carneiro¹

Resumo: A proteção dos direitos humanos é um compromisso do Estado Brasileiro assumido e reafirmado em diversos diplomas nacionais e internacionais, destacada a Constituição Federal de 1988, a atual vigente. Não obstante, não só o Estado atua como defensor dos Direitos Humanos. Em várias situações, são agentes privados, indivíduos e associações, que fazem este trabalho. Estes são os Defensores de Direitos Humanos, que, considerando o trabalho prestado, necessitam de especial atenção por parte do Estado Brasileiro. O presente artigo tem por objetivo resgatar alguns destes compromissos legais e discuti-los à luz da realidade brasileira contemporânea, balizados principalmente por um Relatório sobre a Situação dos Defensores de Direitos Humanos formulado em 2005, por uma Representante Especial do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas.

INTRODUÇÃO

Foi submetido ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, aos 16 de março de 2006, durante a 62ª sessão, relatório formulado pela Representante Especial do Secretário-Geral sobre a situação dos defensores de direitos humanos, Hina Jilani, a respeito da missão realizada no Brasil em dezembro de 2005, a convite do governo brasileiro.

O relatório, após traçar panorama sobre a comunidade de defensores ativa no país e destacar pontos positivos sobre a atuação do Governo Brasileiro em relação a esta comunidade, teceu recomendações preliminares para o avanço na situação dos defensores de direitos humanos e o saneamento de questões levantadas pela Representante Especial. Dentre as recomendações elencadas pela Representante, optamos por focar na recomendação exposta a seguir, constante no parágrafo 19 do supracitado relatório:

*19. While security arrangements for the protection of defenders at risk is a necessary measure of an immediate and interim nature, it is not a solution to the problem. **The Special Representative urges the Government to adopt more comprehensive strategies for the protection of human rights defenders, together with ending impunity for violations affecting them and by unambiguously articulating support for activities in defence of human rights. She welcomed the investigation and prosecution for the killing of Sister Dorothy, but hoped that this step at removing impunity will not end with this case and other similar incidents will be effectively addressed.*** (CCPR, 2006)
(grifo nosso)

¹ Estudantes de graduação em Relações Internacionais e Integração - UNILA

DA JURISPRUDÊNCIA CONCERNENTE À RECOMENDAÇÃO

No relatório apresentado, a Representante Especial destaca no parágrafo 10 a restauração do status ministerial da Secretaria Especial de Direitos Humanos e a criação da Secretaria Especial da Igualdade Racial como atos com potencial de contribuir para o avanço dos D.H. no Brasil. A respeito da declaração, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, internalizado pela promulgação do Decreto nº 592, de 06 de junho de 1992, é a principal fonte de direito internacional que a fundamenta. O Pacto pereniza direitos previstos na Declaração Universal dos Direitos ligados à esfera civil e política, preenchendo lacunas que ficaram quando da adoção da Declaração, cerca de 20 anos antes, enquanto que o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais complementa estas outras dimensões. A tríade composta por estes três instrumentos ficou conhecida como “Carta Internacional dos Direitos do Homem”. Com previsão expressa no parágrafo primeiro do artigo 28 do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, ficou constituído o Comitê de Direitos Humanos, órgão de tratado que sobrepõe, em algumas matérias, o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, ambos possuindo notáveis diferenças entre si, necessário ressaltar.

Sem efeito vinculante, mas igualmente importante, é a Declaração sobre o Direito e a Responsabilidade dos Indivíduos, Grupos ou Órgãos da Sociedade de Promover e Proteger os Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais Universalmente Reconhecidos (Defensores de Direitos Humanos), adotada por unanimidade e proclamada na forma da Resolução 43/144 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 09 de dezembro de 1998, doravante referida como “Declaração sobre os Defensores de Direitos Humanos”. No direito interno, os artigos 3º e 5º, nos incisos XLII e XLIII² da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que trata das garantias e direito individuais. Também no âmbito da jurisprudência internacional, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas através da resolução 217 A (III) em 10 de dezembro de 1948, em seu artigo 2(1), a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, adotada pela Resolução n.º 2.106-A da Assembleia das Nações Unidas, em 21 de dezembro de

²Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: (...) IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.” “Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) XXLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais; XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;”

1965 e promulgada no Brasil pelo Decreto n.º 65.810, de 8 de dezembro de 1969, e a Declaração sobre os Defensores de Direitos Humanos, no artigo 14(3), reproduzido a seguir:

3. The State shall ensure and support, where appropriate, the creation and development of further independent national institutions for the promotion and protection of human rights and fundamental freedoms in all territory under its jurisdiction, whether they be ombudsmen, human rights commissions or any other form of national institution.

Nesse sentido, as secretarias citadas pela Representante Especial prestigiam o disposto nos artigos 2(1) e 2(3.a) do Pacto e nos demais atos internacionais e contribuem para a efetivação deles.

A recomendação insta o Governo Brasileiro a promover o fim da impunidade nas violações contra defensores de direitos humanos, cujas ameaças costumam estar ligadas ao trabalho que desempenham, o que é amparado largamente pelo Pacto no que diz respeito às proteções à vida, no artigo 6(1), à liberdade e segurança pessoais, no artigo 9(1), à expressão, no artigo 19. Não obstante, o artigo 20(1) proíbe a incitação ao ódio e à violência de quaisquer tipos, o que inclui aquele oriundo de opositores ao trabalho desenvolvido pelos defensores de D.H., e os artigos 14 e 26 asseguram no âmbito internacional o direito ao devido processo legal, amparado internamente pelo artigo 5º da Constituição, nos incisos LIV e LV³. A Declaração Universal dos Direitos Humanos também reconhece o direito à incolumidade dos indivíduos, expresso no artigo 3^o e ao devido processo legal, presente nos artigos 7º e 8^o da declaração.

No que diz respeito à proteção dos defensores de direitos humanos, a já citada Declaração sobre os Defensores de Direitos Humanos afirma em seu artigo 12, nos parágrafos segundo e terceiro:

2. The State shall take all necessary measures to ensure the protection by the competent authorities of everyone, individually and in association with others, against any violence, threats, retaliation, de facto or de jure adverse discrimination, pressure or any other arbitrary action as a consequence of his or her legitimate exercise of the rights referred to in the present Declaration.

3. In this connection, everyone is entitled, individually and in association with others, to be protected effectively under national law in reacting against or opposing, through peaceful means, activities and acts, including those by omission, attributable to States that result in violations of human rights and

³Art. 5º (...) LIV – ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal. LV – aos litigantes em processo judicial e administrativo, e aos acusados em geral, serão assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios de recurso a ela inerentes."

⁴"Artigo 3 Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal."

⁵"Artigo 7 Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação. Artigo 8 Todo ser humano tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei. (...)"

fundamental freedoms, as well as acts of violence perpetrated by groups or individuals that affect the enjoyment of human rights and fundamental freedoms. (UNGA, 1998)

Não obstante o Relatório apresentado pela Representante Especial datar de 2006, e as fontes de direito já apresentadas mais antigas ainda, *prima facie*, pouco avanço na redução de mortes de defensores de direitos humanos foi notado em pouco mais de uma década. No mesmo parágrafo em que o relatório faz a recomendação, é destacada a apuração do assassinato da Irmã Dorothy como um passo para o fim da impunidade das ações violentas contra defensores de direitos humanos, manifestada esperança de que as medidas tomadas no caso não fossem isoladas.

DESCOMPASSO ENTRE LEI E REALIDADE

Segundo a Anistia Internacional (2018), o Brasil sofre com o avanço de medidas legislativas que apresentam descompromisso com a defesa da vida e direitos de seus cidadãos. Apenas entre janeiro e setembro de 2017, 62 defensores foram assassinados, majoritariamente em conflitos por terras e recursos naturais, afirma a organização. O Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PPDDH)⁶, instituído em 2016, tem tido dificuldades em cumprir com os objetivos expressos em seu decreto de criação⁷, pela pouca capilaridade, dependendo de convênios estaduais para atuação nas regiões mais periféricas do país, onde se faz mais necessário. Além disso, o programa vem sofrendo cortes orçamentários, o que dificulta sobremaneira seu funcionamento.

As dificuldades e intimidações que os defensores e defensoras de direitos humanos no Brasil vem enfrentando ainda seguem sendo muito desmedidos, principalmente no caso de defensores que trabalham com questões sobre a terra, o meio ambiente, povos indígenas e direitos da população LGBTI+.

Embora o Brasil tenha sido pioneiro na criação de um programa de nacional de proteção de defensores dos Direitos Humanos, as dificuldades encontradas para a efetivação de medidas são consideráveis. A estrutura do PPDDH se dá, preferencialmente, pela implementação dos programas nos estados federados por meio dos respectivos governos, através da formalização de convênios entre a SDH e os governos estaduais. Os governos estaduais contam, então, com repasses de verbas federais para a implantação e custeio de programas afins. Em um país de

⁶ BRASIL. Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/programas-de-protecao/ppddh-1/sobre-o-ppddh>>. Acesso em: 08 set. 2018.

⁷ Decreto Federal nº 8.724, de 27 de abril de 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8724.htm>. Acesso em: 22 out. 2018.

dimensões tão grandes, a distância entre a equipe federal do PPDDH e as realidades tão complexas dos estados também é mais um fator que dificulta uma atuação segura dos defensores de direitos humanos.

Vivemos atualmente, em um país onde os defensores, apesar de respaldo jurídico e constitucional, permanecem tendo seus direitos constantemente ameaçados e criminalizados. Esta criminalização se dá tanto por via de ações de esfera judicial quanto por meio de ações coercitivas e punitivas, como por exemplo, o uso de força policial indevida.

Outro grave problema, que preocupa e afeta diretamente os defensores de direitos humanos, é sobre a Lei de Antiterrorismo, que potencialmente poderia criminalizar a atuação de movimentos sociais e classificaria a participação em manifestações políticas e movimentos sociais dentro da ampla definição do que seria o crime de terrorismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fato de o Estado Brasileiro continuar omissivo frente à diversas problemáticas cerca aos direitos humanos no país é uma questão que deve ser tratada com a mais profunda seriedade e urgência.

A não garantia do direito à terra e território, por exemplo, só aumenta ainda mais os conflitos agrários e coloca em risco a vida dos afetados diretos e dos defensores.

Outra adversidade encontrada diz respeito à necessidade de as ameaças e crimes cometidos serem verdadeiramente investigados, visto que em muitas situações onde os defensores são atendidos, são os próprios agentes do Estado que figuram entre os realizadores de tais violências, o que exige a necessidade de que as políticas de proteção sejam distribuídas por diversos órgãos públicos para conseguirem uma maior rede de proteção às vítimas.

Destarte, há de se reconhecer tentativas de avanço por parte do Governo Brasileiro na implementação da recomendação, no entanto, maior esforço precisa ser envidado na concretização dos compromissos internacionais assumidos, evitando-se retrocessos legislativos e assegurando, de facto, direitos e garantias conquistados *de iure*, consonante às responsabilidades Estatais.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos imensamente ao apoio prestado pela prof.^a Dr.^a Tereza Maria Spyer Dulci, docente do curso de Relações Internacionais e Integração na UNILA, por aceitar nos orientar na preparação de um dossiê apresentado à ONU Brasil que inspirou a escrita deste trabalho, e a

Djalmir Augusto de Assis e Magda Loureto Hipólito, pela impagável acolhida e suporte prestados enquanto estivemos em Brasília-DF no III Simulado das Nações Unidas sobre Direitos Humanos, que nos ajudou sobremaneira a amadurecer este. Agradecemos, também, a cada professor e cidadão que apoiou nossa ida ao evento, contornando a ausência de apoio institucional por parte da universidade.

REFERÊNCIAS

ANISTIA INTERNACIONAL. **INFORME 2017/18: O ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS NO MUNDO**. Disponível em: <<https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2018/02/informe2017-18-online1.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2018.

COMMISSION OF HUMAN RIGHTS (CCPR). Relatório nº E/CN.4/2006/95/Add.4, de 06 de março de 2006. **Promotion and Protection of Human Rights: HUMAN RIGHTS DEFENDERS**. United Nations Headquarters. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G06/118/64/PDF/G0611864.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 08 set. 2018.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY (UNGA). Resolução nº A/RES/53/144, de 09 de dezembro de 1998. **Resolution Adopted by the General Assembly: Declaration on the Right and Responsibility of Individuals, Groups and Organs of Society to Promote and Protect Universally Recognized Human Rights and Fundamental Freedoms**. United Nations Headquarters, 08 mar. 1999. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Defenders/Declaration/declaration.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2018.

COLÔMBIA, BOLÍVIA E PARAGUAI, O BRASIL NA ROTA DO NARCOTRÁFICO INTERNACIONAL¹

Mariana Junqueira²

Maysa Rodrigues³

Resumo: O Brasil é o maior país da América do Sul, fazendo fronteira com outros dez Estados Nacionais. Devido a isso, o Brasil se encontra em uma posição atrativa para o tráfico de drogas. Sendo assim, torna-se difícil a fiscalização da fronteira brasileira. O presente trabalho tem como objetivo pesquisar a respeito das soluções para o aumento da integração entre os países da América Latina, sobretudo da Colômbia, Bolívia, Paraguai e Brasil, analisando a eficácia dos planos que já foram formados em conjunto ou individualmente, levando em consideração aspectos econômicos e de segurança interacional.

Palavras-chave: Segurança Internacional, Economia, América do Sul, Narcotráfico e Cooperação.

INTRODUÇÃO

A extensão territorial do Brasil e sua posição geográfica influenciam diretamente em sua participação nas políticas regionais de combate ao tráfico de drogas. O Brasil por ser o maior país da América do Sul, possui um vasto território, mantendo extensas fronteiras com exatos 10 países. Em função disso, o país encontra-se em uma posição bastante atrativa para que os narcotraficantes utilizem suas rodovias como rota para o transporte de drogas em direção ao Oceano Atlântico com o objetivo de atingir os países europeus e os Estados Unidos da América (EUA).

O foco da análise será direcionado nas fronteiras e como as drogas são transportadas por meio delas. Apesar de existirem rotas aéreas e marítimas, as terrestres são as mais utilizadas, por haver uma enorme vulnerabilidade presente nelas. Para o Brasil, realizar uma vigilância que tenha uma eficiência capaz de acabar com qualquer tentativa de transporte de drogas tornou-se um dos grandes desafios de segurança interna. Dessa forma, o país tenta realizar reuniões onde serão tomadas providências que tentarão conter esse tráfico que segundo a Comissão de Narcóticos das Nações Unidas (ONU), os milhões de usuários no mundo movimentam globalmente cerca de US\$ 320 bilhões.

¹ Orientador: Prof. Dr. Adriano Pires de Almeida (PUC Goiás).

² Aluna de graduação do curso de relações Internacionais da PUC Goiás.

³ Aluna de graduação do curso de relações Internacionais da PUC Goiás.

Os principais produtores de maconha e cocaína são a Colômbia, o Peru, a Bolívia e o Paraguai. Por serem países que fazem fronteira com o Brasil, esse é um dos motivos que leva o país a se tornar tão vulnerável à ação dos traficantes produtores, principalmente por existir uma enorme quantidade de usuários brasileiros que enriquecem esse mercado cada vez mais. De acordo com o levantamento Nacional de Álcool e Drogas (Lenad), feito pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), o Brasil é o segundo maior consumidor de cocaína e derivados, ficando atrás apenas dos EUA ⁴

Como forma de combater a esse e outros problemas ligados à área de criminalidade que de acordo com estatísticas vem aumentando cada vez mais, o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) em parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública anunciaram o Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP). Este plano foi executado com a realização de ações conjuntas entre União, estados, municípios e sociedade civil. Houve a presença do Ministério das Relações Exteriores (MRE) juntamente aos países vizinhos.

Lançado em 6 de janeiro de 2017 com a intenção de ser realizado em um período de 18 meses, o plano de Segurança Pública foi elaborado tendo como base três objetivos principais: redução dos crimes de homicídio doloso, do feminicídio e da violência contra a mulher; o combate à criminalidade de quadrilhas que atuam no tráfico de drogas e no armamento pesado dentro das fronteiras e a modernização e otimização do sistema penitenciário. Após a aprovação do Presidente Michel Temer, foram disponibilizados recursos para a construção de presídios, além de ter a assinatura do Pacto Federativo pela Segurança Pública.

Esse acordo afirma que a segurança pública se trata de uma organização administrativa e, dessa forma, a gestão em cada ente da federação deve ficar por conta do chefe do executivo, além de formalizar uma mudança constitucional que incorpore segurança pública entre as competências compartilhadas entre os três níveis de governo: municipal, estadual e federal. Ademais, cabe à União realizar um policiamento reforçado na faixa de fronteira, assim como fazer o patrulhamento das rodovias federais para prevenir e reprimir o contrabando que dão existência ao tráfico internacional e interestadual de drogas.

⁴ Os EUA, como tentativa de combater o narcotráfico, desenvolveram um programa de cooperação junto aos países produtores da América Latina, tendo a Colômbia como foco. Por meio dessa cooperação, os EUA financiariam as ações de combate à produção e comercialização de narcóticos e, posteriormente, a sua associação ao terrorismo.

BRASIL E BOLÍVIA

A extensão de terra que se estende desde Corumbá, em Mato Grosso do Sul, até Assis Brasil, no Acre representa o limite fronteiriço com a Bolívia, totalizando 3,400 km de fronteira. A mesma é caracterizada por grandes áreas urbanas, desertos e florestas, além de ser caracterizada, também, por rios, canais e lagoas. No entanto, apesar de existir uma grande circulação de pessoas transportando drogas por vias terrestres e fluviais, o aéreo é bastante utilizado pelos *cocaleros*⁵.

A coca é um vegetal nativo da Bolívia, que foi descoberto pelos povos que habitavam a região em tempos passados. A planta era considerada pelos Incas como sendo sagrada devido ao seu potencial nutritivo e analgésico. Seu cultivo, de fato, começou a se expandir após a descoberta de transformação em droga, pois os produtores perceberam que esse tipo de comércio lucrava muito mais. Atualmente, cerca de 90% do cultivo da coca é direcionado ao desenvolvimento de cocaína, tornando a Bolívia um dos três maiores produtores de cocaína do mundo.

As maneiras como as drogas são transportadas podem se dar de diversas formas, como em pequenas aeronaves, por mochileiros que atravessam as florestas com quilos de cocaína escondidos em suas mochilas. Os métodos de transporte podem acabar atingindo níveis inacreditáveis, como pessoas que por necessidades financeiras se submetem a esconder narcóticos dentro de corpos humanos.

O narcotráfico, vem sendo um problema presente na agenda de segurança boliviana, figurando como prioridade nas relações com o Brasil, uma vez que ambos países compartilham fronteiras onde o transporte de drogas acontece com maior frequência e quantidade. Em 2011, os dois países se reuniram para assinar o Plano de Ação Boliviano-Brasileiro que conta com o apoio das polícias para que reforce a segurança nas fronteiras e sua associação com organizações criminosas brasileiras como o Comando Vermelho (CV)⁶ e o Primeiro Comando da Capital

⁵ Neste ponto, é importante mencionar que “O Movimento Cocalero inicialmente foi formado por camponeses quíchuas que se deslocaram para o Chapare ao norte de Cochabamba para encontrar uma alternativa de sobrevivência (Urquidí, 2004: 202). A situação de pobreza que a população boliviana vivia fez com que outros grupos migrassem para a mesma região do Chapare. Estes grupos se apoiaram no plantio da folha de coca para sobreviver. A folha de coca, além de garantir a subsistência de milhares de bolivianos, tem uma milenar atuação cultural entre os povos andinos. Porém, seu valor econômico tem grande envolvimento com o tráfico de drogas, uma vez que suas folhas servem de base para a produção de cocaína. O narcotráfico fez com que os Estados Unidos junto com o governo boliviano adotassem políticas para reprimir o plantio excedente da folha de coca” (SANTOS, 2018. P. 2).

⁶ O CV, que foi originado no Brasil na década de 1970, utilizou do discurso de que os presos deveriam se unir contra a exploração de outras quadrilhas (MINGARDI, 2018).

(PCC)⁷, que se beneficiam do fácil acesso às fronteiras do Brasil com o Paraguai e a Bolívia para desenvolver atividades relacionadas ao narcotráfico.

Nesse sentido, o Plano de Ação, prevê o desenvolvimento de inovações tecnológicas e de mecanismos de troca de informações entre os dois países. Além disso, o governo brasileiro forneceu quatro helicópteros para o combate às atividades ligadas ao narcotráfico ao governo boliviano (PRESSE, 2012).

Como meio de defender e proteger a sociedade das drogas⁸, o governo boliviano tem “orientado seus esforços a nacionalização da luta contra o narcotráfico, presentes na Estratégia de Luta Contra o Narcotráfico e Redução de Cultivos Excedentes de Coca 2011-2015” (FELCN, 2018). Além disso, destaca-se que Força Especial de Luta Contra o Narcotráfico (FELCN) atua em diversas operações conjuntas com a Unidade Móvel de Patrulha Rural (UMOPAR)⁹, com os Detectores de Drogas do Centro de Treinamento de Cães (CACDD)¹⁰ e com o Centro

⁷ Formado em um presídio do interior paulista, em 1993. Em sua formação, o PCC foi reconhecido como uma simples associação de presos, porém, até o início de 2000 o grupo já estava marcando uma forte presença no sistema penitenciário de São Paulo (MINGARDI, 2018).

⁸ Historicamente, é importante mencionar que o governo boliviano tem empreendido esforços de combate ao narcotráfico desde de “[...] 7 de enero de 1972, por Resolución Especial, el Comando de la Policía Nacional crea la Oficina de Narcóticos y Drogas Peligrosas dependiente de la Dirección General de la Guardia Nacional. A fin de perfeccionar su funcionamiento en el ámbito nacional, por Resolución No. 3/73, de 7 de marzo de 1973, pasa a depender del Comando General de la Policía Nacional, organizándose por primera vez Oficinas Departamentales de Narcóticos y Sustancias Peligrosas. Por Decreto Ley No. 11245 del 20 de diciembre de 1973, pasa a depender del Ministerio del Interior y toma el nombre de Dirección Nacional de Narcóticos y Sustancias Peligrosas. Posteriormente, la Dirección Nacional de Sustancias Peligrosas pasa a depender del Comité Nacional de Lucha Contra el Narcotráfico que se había creado por D.S. 19846, organismo que dependía directamente de la Presidencia de la República. Sin embargo, en 1985 de conformidad a la Ley Orgánica de la Policía Nacional, vuelve a estar bajo el mando de la institución del Verde Olivo como parte de su Estado Mayor, aspecto que se reglamentó mediante D.S. 20811 de 21 de mayo de 1985. [...] Luego de varios cambios estructurales y de dependencia, mediante el Artículo 4to. del Decreto Supremo No. 21666 de 24 de julio de 1987, se constituye la Fuerza Especial de Lucha Contra el Narcotráfico (FELCN). Reglamentando el Título IV de la Ley 1008 del Régimen de la Coca y Sustancias Controladas, el Artículo 25 del D.S. 22373 del 21 de noviembre de 1989, dispone que la FELCN dependa del Ministerio del Interior, Migración y Justicia, hoy Ministerio de Gobierno, a través de la Secretaría Nacional de Defensa Social, hoy Viceministerio de Defensa Social y Sustancias Controladas. Asimismo, por Resolución Ministerial No. 2669 de fecha 3 de noviembre de 1995, dictada por el Ministerio de Gobierno, se dispuso la reestructuración de la FELCN, misma que fue materializada mediante Resolución Suprema No. 216628 del 5 de marzo de 1996” (FELCN, 2018).

⁹ É importante mencionar que a UMOPAR “[...] fue creada el 12 de Octubre de 1983 en la localidad de Chimore, con la finalidad de hacer frente al agudo problema que representaba para el país que, se encontraba amenazado por el flagelo de la droga con presencia de mafias organizadas que operaban a la luz del día, por falta de control policial en las principales localidades de la mencionada zona, convirtiendo a este lugar el primer centro de producción de cocaína; narcotraficantes que tenían la osadía de hacer demostración de armas cortas, largas, poder económico, medios de transporte lujosos y aeronaves que eran utilizados por las mafias del narcotráfico” (FELCN, 2018).

¹⁰ Observa-se que “La función específica del Centro de Adiestramiento de Canes Detectores de Drogas, está orientada a la especialización, capacitación, actualización y evaluación permanente del personal, así como la de adiestrar a los canes en la actividad de detección de estupefacientes y delitos conexos, de manera que el binomio Guía-Can esté preparada para neutralizar las actividades ilícitas del narcotráfico y delitos conexos, en los variados modus operandi que tienen para eludir los diferentes controles. El C.A.C.D.D. entrena canes aptos para detectar lo que hábilmente fue

Internacional de Formação Contra Narcóticos "*Garras del Valor*" (CEIAGAVA)¹¹. Todas essas forças de segurança realizam iniciativas de patrulhamento terrestre, aéreo e fluvial por todo o território nacional por meio de técnicas e procedimentos policiais. Além disso, elas contam ainda com o uso de instrumentos e dispositivos eletrônicos como meios para implementar suas missões.

No dia 24 de fevereiro de 2017, no palácio de governo em La Paz, a Câmara de Deputados da Bolívia aprovou a lei que garante cultivo legal da folha de coca. A nova lei amplia a área das plantações para 22 mil hectares, sendo 7.700 em Cochabamba e 14.300 em La Paz, além de eximir os produtores da planta do pagamento de impostos por esta atividade. A aprovação da Lei da Coca foi fortemente criticada pelos EUA que afirmou que os bolivianos estavam fracassando na implementação de recursos na luta antidrogas.

O Presidente Evo Morales, por sua vez, defendeu a aprovação da Lei da Coca e afirmou que o seu governo seguirá cumprindo com os compromissos firmados na luta contra o narcotráfico. No entanto, muitos líderes opositores criticaram a aprovação dessa Lei, pois acreditavam que o comércio de cocaína poderia tomar maiores proporções com base no argumento de que se com menos hectares cultivados grande parte da produção da coca já era destinada a produção de cocaína, o aumento da área de cultivo poderia aumentar a sua produção.

COLÔMBIA

Em 1990, a Colômbia tornou-se a maior produtora de cocaína do mundo, porém até a década de 1970 ainda não obtinha o papel de principal exportadora de narcóticos que tinha como destino os EUA. Contudo, no final dessa década, no território estadunidense, a demanda por cocaína substituiu a de maconha, e, dessa forma, Miami que, até então, era a principal fornecedora da substância para os EUA, foi substituída pela Colômbia (SANTOS, 2006).

Dessa maneira, o capital proveniente das atividades do narcotráfico, geralmente, entra no país por meio de subfaturamento de mercadorias legais, exportações fictícias e pagamentos fictícios de serviços. E grande parte dessa renda é destinada a contas correntes em bancos nos EUA, Panamá, Bahamas, Suíça, Hong Kong e alguns países latino-americanos, ou seja, uma pequena quantia é mantida na Colômbia. Com isso, não há um alto impacto no crescimento do PIB

preparado y escondido para pasar desapercibido a la vista del hombre y no así al olfato de un can bien adiestrado” (FELCN, 2018).

¹¹ O CEIAGAVA “[...] fue creado el 18 de mayo de 1987 como el primer instituto especializado antinarcóticos en Bolivia [...]” (FELCN, 2018).

(URRUTIA, 2018). Em vista desses fatores, é importante analisar até que ponto o Estado tem interesse ou não na contribuição do tráfico de narcóticos para o país e sua população, sobretudo, levando em consideração a possibilidade dessas atividades estarem movimentando a economia.

Durante a década de 1980 a 1990, houve um grande fortalecimento das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), um exército guerrilheiro, que se auto intitula como uma organização político-militar. Essa organização possui um viés socialista e, com isso, visa combater o modelo econômico, social e político da Colômbia, o qual é considerado corrupto e injusto. Dessa maneira, obtiveram um aumento significativo de membros, passando de 4.000 a 15.000 homens. Essa guerrilha possui relações com o narcotráfico e a renda para que possa se manter é arrecadada por meio de sequestros e extorsões. Porém, sua principal receita é obtida por meio de impostos sobre os cultivos ilícitos, processo de refino e entre outros processos envolvidos nessa atividade. (SANTOS, 2006).

Além disso, as FARC são suspeitas de possuir vínculos com o Exército do Povo Paraguai (EPP)¹², o qual começou suas atividades durante o período do regime de Alfredo Stroessner, entre 1954 a 1989, e realizou a formação do crime organizado presente na fronteira Paraguai-Brasil (CRISTINE, 2010). Tanto a FARC quanto o EPP praticam constantemente um processo de negociação de paz com o governo central de seus territórios (FEDERICO, 2018).

Durante a década de 1990, países como Bolívia e Peru já haviam adotado políticas semelhantes a estadunidense de erradicação do cultivo de coca e esse fator contribuiu com que as plantações fossem deslocadas para as regiões sul e central da Colômbia (Guaviare, Caquetá, Cauca, Choco, Nariño e Putumayo). Nesse mesmo período, os EUA colaboraram com a Colômbia com um valor de quase mil milhões de dólares a fim de combater o narcotráfico (SANTOS, 2006).

Em 1998, foi firmado o programa permanente para a erradicação do excedente de coca realizado pela Polícia Nacional da Colômbia, no momento em que havia somente 65 000 hectares de coca. No entanto, apesar das práticas contra o mercado ilegal de narcóticos, em 1999, a Colômbia se tornou o principal cultivador da folha de coca do mundo, tendo em vista que houve um grande aumento da produção dessa matéria-prima, além de ser responsável por 80% das importações de cocaína em território estadunidense. (MICHAEL, 2018).

Ademais, durante o final da década de 90, por volta de 13 milhões de usuários estadunidenses de drogas compraram 67 milhões de dólares em narcóticos provenientes da Colômbia, e esse fator proporcionou aos EUA a serem o público mais lucrativo quando

¹² Segundo Mcdermott (2018), o EPP foi “[...] formado oficialmente em 2008 pero [sus] raíces se remontan a 1992”.

comparado aos demais países do mundo. Em contrapartida, nesse mesmo momento, Washington estava patrocinando as políticas antidrogas com o equivalente a US\$17,8 bilhões a fim de delimitar o curso das drogas com destino aos EUA. (MICHAEL, 2018). Levando em consideração o aumento do consumo de narcóticos em território estadunidense e a dificuldade em suprimir essa economia proveniente do comércio ilegal de narcóticos, os EUA apresentaram a necessidade de pressionar os países produtores das substâncias a aderir as políticas antidrogas equivalentes à dos EUA (VÉLEZ QUERO, 2003).

PARAGUAI

O Paraguai é o maior produtor de *cannabis* da América Latina e é rota do tráfico aéreo de cocaína que chega, principalmente, da Bolívia e é enviado para o Brasil. Dessa forma, a situação da segurança nacional do país é preocupante, tendo em vista a presença de guerrilhas que são financiadas pelo dinheiro das atividades ilícitas ligadas ao narcotráfico, e, além disso, é comum a execução de sequestros por parte dessas guerrilhas, como realizado pelo EPP. Em 2008, a polícia juntamente com os militares resgatou um dos que foram sequestrados por esse exército. (GARAT, 2016)

Logo, nos anos seguintes, a Senad passou a destruir plantações de maconha de forma regular e em 2012 implantou a operação Amambay I, na qual contava com a participação de agentes especiais antidrogas, militares das Forças Especiais da Secretaria, Batalhão das Forças Militares e apoio da Força Aérea (GROSSO, 2012). Em maio de 2017, foi finalizada a Operação Amambay I, realizada pela Senad e pelo Ministério Público que foi formulada para destruir lavouras de maconha no Paraguai, região da fronteira com Mato Grosso do Sul. Foram destruídas, também, toneladas de maconha nas lavouras de cultivo da droga localizadas nas regiões do departamento de Amambay (FREITAS, 2017).

Nas regiões das fronteiras paraguaias é bastante comum a passagem de contrabando com destino ao Brasil. Até 2017, de acordo com a Secretaria Nacional Antidrogas do Paraguai (Senad), 80% da produção de *cannabis* paraguaia é destinada para o Brasil (MAXX, 2017). Países como o Chile, Argentina e Uruguai passaram a aumentar suas demandas pela *cannabis* e esse fato influenciou no aumento de plantações paraguaias (GARAT, 2016).

Além do mais, os conflitos, sobretudo entre narcotraficantes que disputam na linha da fronteira, colaboram com um alto número de mortes. Os homicídios nas cidades limítrofes de Bella Vista, Ciudad del Este, Pedro Juan Caballero, Saltos del Guairá e na fronteira entre Brasil e

Paraguai já são maiores que os índices de homicídios das demais cidades da América Latina que também ocorrem disputas ligadas ao narcotráfico (GARAT, 2016).

O cultivo da *cannabis* é habitual no Paraguai considerando-se os índices de pobreza e a carência de possibilidades para a população rural em obter renda. Esses fatores influenciam os jovens paraguaios a realizar o cultivo da droga, embalar, prensar e logo estar transportando dentro do próprio país. Esses hábitos estão cada vez mais comuns no país, onde os jovens estão se inserindo gradualmente e não se percebem como sendo criminosos. Essas condições geram problemas na segurança nacional, haja vista que as fronteiras são difíceis de monitorar. Geralmente os países não possuem um sistema de radares, sobretudo em países como Argentina, Brasil e Bolívia (GARAT, 2016).

Por volta de 2000, ocorreu um aumento das atividades ilícitas nas fronteiras, principalmente na região do Caagazú e San Pedro que fazem fronteira com o Brasil. O aumento dessas atividades se deve pelo fato de haver escassez de trabalhos formais, e os narcotraficantes, muitas vezes, presta apoio a população. Esses elementos também dificultam a regulação da segurança nas fronteiras, uma vez que a própria sociedade contribui para o mantimento dessas atividades (GARAT, 2016).

A Polícia Federal (PF) impulsionou o combate às práticas ilegais em determinadas regiões de fronteiras, como em uma das principais rotas do tráfico de narcóticos entre o Paraguai e o Brasil que é a passagem pelo Rio Paraguai. O rio é uma alternativa aos esforços da polícia em aumentar a segurança nas estradas, com isso, a utilização da passagem pela água está cada vez mais comum. Contudo, Corumbá localizado na região do Mato Grosso do Sul no Brasil, ainda é o único município que dispõem de uma equipe da Polícia Federal fiscalizando as áreas fluviais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A América do Sul é um continente que ainda enfrenta diversos problemas de ordem social e econômica, como, por exemplo, a falta de trabalho e oportunidades, as desigualdades sociais, entre outros. Essas características acabam gerando consequências à sociedade, tais como proporcionar o surgimento de problemas ligados à criminalidade como o tráfico de pessoas, armas e drogas. Atualmente, Narcotráfico é uma das atividades ilegais que mais preocupam os países da América Latina. Muitas pessoas participam diretamente e outros auxiliam de alguma forma, sendo muitos desses motivados pela miséria. Dessa forma, a América encontra-se em um longo percurso de desenvolvimento que é marcado por diversas dificuldades e combater o narcotráfico é uma delas.

Um dos motivos que explica o porquê desse comércio repercutir de forma tão acelerada nacionalmente e internacionalmente, se dá pelo simples fato de ser o segundo ramo de atividade do planeta. O maior país da América do Sul, o Brasil, possui 8.516.000 km², sendo 15.735 km terrestres e 7.367 km marítimos. É exatamente por obter fronteiras tão extensas que acaba ficando vulnerável a ação dos traficantes de drogas. Ainda mais pelo fato de seus países vizinhos, Bolívia, Colômbia e Paraguai serem os países que mais atuam na produção, comercialização e distribuição de drogas em suas diversas formas e substâncias.

Dessa maneira, o Brasil encontra-se em uma situação crítica, na qual se vê obrigado a tomar medidas que possam conter essa atividade. O Plano Nacional de Segurança Pública foi o primeiro passo que o país tomou, contribuindo na cooperação tecnológica, técnica e de inteligência entre as polícias. A elaboração de planos de cooperação policial de assistência mútua e apoio logístico com identificação de pistas clandestinas, de rotas de tráfico, de laboratórios de cocaína e plantações de maconha fez com que em 2017 houvesse um aumento de 10% na quantidade de drogas apreendidas. Já no ano de 2018, esse número aumentou para 15%, demonstrando o sucesso que o Plano obteve.

No entanto, apesar dos dados mostrarem certo avanço, o policiamento ainda é insuficiente nas fronteiras. Com isso, há de reforçar a vigilância e estreitar as relações com os países vizinhos, além de aumentar ainda mais a integração entre as forças de segurança. Para tal, o Brasil e a Bolívia já tomaram iniciativa em reunir-se e aumentar a sua capacidade de cooperação, que ficou conhecido como o Plano de Ação Boliviano-Brasileiro. Portanto, se as medidas tomadas dentro do país obtiverem bons resultados, conseqüentemente, haverá uma melhoria nas fronteiras.

Medidas como a legalização da plantação de coca assinada por Evo Morales, a Lei 1.340 do Paraguai que permite o indivíduo obter droga com uma declaração afirmando que pode obtê-la para uso pessoal e a Lei 30 de 1986, modificada em 1997, presente na Constituição da Colômbia, determina quantidades em pequena escala para o tráfico, dificultam na visão de muitos autores, como Guillermo Garat, que o narcotráfico algum dia terá fim.

Durante muitas décadas, a economia colombiana proveniente do comércio ilegal de narcóticos foi impulsionada por diversos fatores, como a presença das FARC que obtém sua renda por meio de impostos nas atividades do narcotráfico e a substituição de Miami, Bolívia e Peru em questão de fornecimento de cocaína. Contudo, foram e são realizados vários esforços para que o combate ao tráfico de narcóticos seja mais efetivo, e isso em conjunto com a Polícia Nacional da Colômbia e um alto investimento estadunidense no combate.

Ao que se refere ao Paraguai, assim como na Colômbia, há a presença de uma guerrilha. No caso paraguaio a segurança nacional é fragilizada, entre outros fatores, pela presença do

Exército do Povo Paraguai, uma guerrilha de forte participação nas atividades ligadas ao narcotráfico. Pela maior parte do país, principalmente nas regiões de fronteiras, foi aplicada a operação Amambay I que destruiu toneladas de maconha. E, por fim, a presença da Senad e da Polícia Federal contribuiu de maneira significativa para a diminuição do contrabando de drogas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEAUREGARD, Luis Pablo. **EUA reprovam América Latina em seu combate ao narcotráfico**. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/18/internacional/1411065970_868762.html. Acesso em 12 de outubro de 2018.
- BORGES, Beatriz. **Brasil, a principal rota do tráfico de cocaína na América Latina**. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/21/politica/1411333264_428018.html. Acesso em 12 de outubro de 2018.
- CRISTINE, Ariane. **Relações diplomáticas Brasil-Paraguai e o problema do crime organizado transfronteiriço**. Meridiano 47 vol. 11, n. 118, mai. 2010 [p. 30 a 32].
- FEDERICO, Carlos. **Atores não-estatais violentos e a segurança internacional na América Latina: conjuntura e cenários prospectivos**. Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/04/atores-nao-estatais-violentos-e-seguranca-internacional.pdf>. Acesso em 15 de novembro de 2018.
- FREITAS, Eduardo de. **Narcotráfico na América do Sul**. Disponível em: <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/narcotrafico-na-america-sul.htm>. Acesso em 20 de outubro de 2018.
- FREITAS, Helio de. **Paraguai encerra operação após destruir 125 t de maconha em lavouras**. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/paraguai-encerra-operacao-apos-destruir-125-t-de-maconha-em-lavouras>. Acesso em 12 de outubro de 2018.
- FUERZA ESPECIAL DE LUCHA CONTRA EL NARCOTRÁFICO (FELCN). **Misión/Visión**. Disponível em: <http://www.felcn.gob.bo/Q-MisionVision.aspx>. Acesso em 22 de novembro de 2018.
- GARAT, Guillermo. **Paraguay: la tierra escondida. Examen del mayor productor de cannabis de América del Sur**. Disponível em: https://www.tni.org/files/publication-downloads/paraguay_fes_final.pdf. Acesso em 13 de outubro de 2018.
- GROSSO, Emilse Calderón. **La impronta legal de la participación de las Fuerzas Armadas en la seguridad pública: el caso de la lucha contra el narcotráfico en América del Sur**. Disponível em: <http://repositorio.flacsoandes.edu.ec/bitstream/10469/4864/1/RFLACSO-U12-08-Calderon.pdf>. Acesso em 12 de outubro de 2018.
- <https://revistas.uniandes.edu.co/doi/pdf/10.7440/colombiant49-50.2000.01>. Acesso em 11 de outubro de 2018.
- MAXX, Matias. **Destrichando a maconha paraguaia**. Disponível em: <https://apublica.org/2017/08/destrichando-a-maconha-paraguaia/>. Acesso em 13 de outubro de 2018.

MCDERMOTT, Jeremy. **Ejército del Pueblo Paraguayo, ¿un nuevo grupo insurgente o simples bandidos?**. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/la-seguridad/11154.pdf>. Acesso em 22 de novembro de 2018.

MICHAEL, Bruce. **Narcotráfico, Violencia Política y Política Exterior de EUA Hacia Colombia en los Noventa**. Disponível em:

MINGARDI, Guaracy. **O trabalho da Inteligência no controle do Crime Organizado**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000300004&lng=pt&tlng=pt. Acesso em 15 de novembro de 2018.

MINISTÉRIO DE JUSTIÇA E CIDADANIA. **Plano Nacional de Segurança Pública**. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/news/plano-nacional-de-seguranca-preve-integracao-entre-poder-publico-e-sociedade/pnsp-06jan17.pdf>. Acesso em 01 de outubro de 2018.

NASCIMENTO, Tiago Sant Ana. **A cooperação de combate ao narcotráfico entre os países fronteiriços (Brasil, Argentina e Paraguai) na Tríplice Fronteira de 1988-2013**. Disponível em: <http://bdm.unb.br/handle/10483/11392>. Acesso em 12 de outubro de 2018.

O Progresso Digital. **Senad inicia Operação Antidroga na fronteira**. Disponível em: <http://www.progresso.com.br/policia/senad-inicia-operacao-antidroga-na-fronteira/31151/>. Acesso em 13 de outubro de 2018.

PASEIRO, Laura Bécquer. **A luta da Bolívia contra o narcotráfico**. Disponível em: <https://www.prensalatina.com.br/index.php?o=rn&id=18730&SEO=a-luta-da-bolivia-contra-o-narcotrafico>. Acesso em 13 de outubro de 2018.

PRESSE, France (2012). **Brasil e Bolívia reforçam cooperação contra narcotráfico**. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/09/brasil-e-bolivia-reforcam-cooperacao-contra-narcotrafico.html>. Acesso em 10 de outubro de 2018.

SÁ, Bárbara. **Como é a vida na rota do narcotráfico e do contrabando no limite Brasil-Bolívia**. Disponível em: <https://www.rdnews.com.br/imprime.php?cid=99417&sid=135>. Acesso em 14 de outubro de 2018.

SANTOS, Deise Gisleine de Souza. **O Movimento Cocalero na Bolívia**. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/sepech/sepech08/arqtxt/resumos-anais/DeiseGSSantos.pdf>. Acesso em 22 de novembro de 2018.

SANTOS, Marcelo. **A política dos EUA de combate ao Narcotráfico e o Plano Colômbia (1998-2005)**. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/106750/ISSN1982-4718-2007-12-22-169-188.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 11 de outubro de 2018.

SENNE DE MORAES, Márcio. **Controle do narcotráfico é seletivo**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0705200004.htm>. 12 de outubro de 2018.

URRUTIA, Miguel. **Análisis costo-beneficio del tráfico de drogas para la economía colombiana**. Disponível em: https://www.repository.fedesarrollo.org.co/bitstream/handle/11445/2365/Co_Eco_Octubre_1990_Urrutia.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em 11 de outubro de 2018.

VALENTE, Jonas. **Ministério abre consulta sobre Plano Nacional de Segurança Pública**. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-09/ministerio-abre-consulta-sobre-plano-nacional-de-seguranca-publica>. Acesso em 13 de outubro de 2018.

O MOVIMENTO DOS NÃO ALINHADOS E A AMÉRICA LATINA: UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO NA ATUALIDADE

Gustavo Carvalho Guimarães

Joyce Marilene Mertig Araujo

Resumo

O presente trabalho busca analisar a criação do Movimento dos Países não Alinhados (MNOAL) e a sua influência histórica na região da América Latina, com enfoque analítico no peso dos resquícios desta nos dias atuais. Para isso, nos propomos a estabelecer parâmetros históricos que precederam sua criação por meio da Conferência de Bandung em 1955, e através da I Conferência de Belgrado em 1961, como uma estratégia que surge em meio a quebra do sistema colonial e que acaba tendo fases, por isso se citará brevemente seus objetivos e conquistas como forma de mostrar seu peso na época. De tudo isso, estabeleceremos uma relação específica da América Latina para com o Movimento dos Países não Alinhados e analisaremos qual a importância do Movimento para a América Latina até os dias de hoje, considerando o espaço que ocupa na agenda dos Estados, suas pautas e o quanto ativa é. As fontes serão material bibliográfico

Palavras-chave: Bandung, MNOAL, América-Latina, Atualidade.

Resumen

El presente trabajo busca analizar la creación del Movimiento de los Países no Alineados y su influencia histórica en la región de América Latina, con enfoque analítico en el peso de los resquicios de este en los días actuales. Para ello, nos proponemos establecer parámetros históricos que precedieron su creación a través de la Conferencia de Bandung en 1955, y a través de la I Conferencia de Belgrado en 1961, como una estrategia que surge en medio de la quiebra del sistema colonial y que acaba teniendo fases, por eso se citará brevemente sus objetivos y conquistas como forma de mostrar su peso en la época. De todo esto, estableceremos una relación específica de América Latina con el Movimiento de los Países no Alineados y analizaremos cuál es la importancia del Movimiento para América Latina hasta los días de hoy, considerando el espacio que ocupa en la agenda de los Estados, sus pautas y el que activa es. Las fuentes serán material bibliográfico.

Palabras-clave: Bandung, MNOAL, América Latina, Actualidad.

1. Introdução

O Movimento dos Não Alinhados foi um importante movimento de resistência dos países considerados do terceiro mundo global contra a insurgência dos países considerados hegemônicos, a luta em prol da independência e descolonização foi um marco da resistência, principalmente dos países afro-asiáticos, na América-Latina, apesar da independência já haver sido alcançada antes do início do Movimento, este se fez presente, de um modo um pouco diferente.

O presente artigo visa trabalhar o Movimento dos Países Não Alinhados, com ênfase na sua relação com a América-Latina nos dias atuais, para verificar se as influências desse movimento resistem até hoje. Para tanto, neste trabalho primeiro faremos uma contextualização histórica do MNOAL, explicando seu surgimento e as causas que o levaram a surgir; expondo suas duas

primeiras e principais Conferências, as quais deram corpo e reafirmaram o Movimento, após essa introdução ao tema com o levantamento histórico do movimento, analisaremos o papel do MNOAL nas relações Sul-Sul, seu peso na atualidade, e os movimentos que surgiram se baseando nele (como é o caso dos BRICS, que carrega seus princípios) para então adentrarmos na temática da influência que teve este movimento na América-Latina, fechando a análise dizendo o que ainda restou deste movimento tão importante nas décadas de 1950 e 1960 na América-Latina atual.

2. O Início da MNOAL e sua relação com a América Latina

No contexto dos primeiros anos da Guerra Fria e do sistema mundial bipolar, com o enfraquecimento das antigas hegemonias coloniais, pós segunda Guerra Mundial, os países considerados de terceiro mundo lutaram em prol da descolonização como pauta principal, pois apesar de alguns terem alcançado a independência, ainda estes sofriam com os resquícios da colonização, tendo este movimento a Ásia como o protagonista. Para Odette Guitard, os esforços que levaram a Bandung datam de uma época em que esses países ainda eram colônias:

[...] o dicho de otra manera, las reuniones de las que surgió Bandung y algunos de los acontecimientos exteriores llevaron a esas reuniones, sino también los primeros encuentros entre pueblos colonizados o ex colonizados, es decir, los primeros intentos de cooperación internacional entre países de Asia y de África -que se remontan a tiempos en que la mayor parte de ellos eran aún colonias europeas y en que, por consiguiente, su colaboración llevaba el sello del anticolonialismo y del antirracismo. (GUITARD, 1962, p. 10)

A conferência Afro-asiática de Bandung representou tanto o protagonismo asiático neste novo movimento emergente, quanto uma tomada de consciência do papel que esses países deveriam exercer no contexto presente do Sistema Internacional naquele momento, e nesta conferência também foi dada a primeira expressão política dessas nações independentes contra o imperialismo europeu, tudo isso em um momento de diferentes conflitos para esses países, a Índia e a Indonésia se encontravam em um contexto de lutas nacionalistas, já China, Coréia e Vietnã que eram regimes socialistas e se encontravam na primeira fase de descolonização eram pressionados pelos Estados Unidos, que substituíam a pressão exercida anteriormente pela França e Inglaterra (PEREIRA; MEDEIROS, 2015).

A Conferência de Bandung foi realizada de 18 a 24 de abril de 1955, em Bandung, Indonésia, e contou com os representantes de 29 países afro-asiáticos¹ (BRESSAN; SALLES 2015), que haviam conquistado sua independência num período relativamente recente a realização

¹ Países participantes: Afeganistão, Arábia Saudita, Birmânia, Camboja, Ceilão, Egito, Etiópia, Filipinas, Iémen do Norte, Índia, Irã, Iraque, Israel, Laos, Líbano, Libéria, Líbia, Nepal, Paquistão, República Democrática do Vietnã, República Popular da China, Síria, Turquia, Vietnã do Sul.

da conferência. Entre os princípios que foram acordados na ocasião, vale destacar a luta contra o racismo e o colonialismo, e o direito de todos os povos à autodeterminação. Também nesta conferência é colocada a questão da liberdade de escolher alinhar-se ou não, e a quem se alinhar no contexto da Guerra Fria.

Pode-se dizer que a Conferência de Bandung significou o primeiro consenso dos países da periferia em uma estratégia global no cenário dado no Sistema Internacional (PEREIRA; MEDEIROS, 2015). Essa estratégia pode ser claramente traduzida nos Dez Princípios (de coexistência) de Bandung, que são: 1) Respeito aos direitos humanos fundamentais, conforme aos fins e aos princípios da Carta das Nações Unidas; 2) Respeito à soberania e à integridade territorial de todas as nações; 3) Reconhecimento da igualdade de todas as raças e a igualdade de todas as nações, pequenas e grandes; 4) Não-intervenção e não-ingerência nos assuntos internos dos outros países; 5) Respeito ao direito de cada nação de defender-se individual e coletivamente conforme a Carta das Nações Unidas; 6.a) Rejeição a todo acordo de defesa coletiva destinado a servir aos interesses particulares das grandes potências quaisquer forem; 6.b) Rejeição a toda pressão que uma potência, qualquer que seja, tente exercer sobre outra; 7) Abstenção a atos de ameaças de agressão ou uso da força contra a integridade territorial ou a independência política de um país; 8) Resolução de todos os conflitos por meios pacíficos, tais como negociação ou conciliação, arbitragem e resolução diante de tribunais, assim como outros meios pacíficos que possam eleger os países interessados, conforme a Carta das Nações Unidas; 9) Estímulo dos interesses mútuos e a cooperação; 10) Respeito à justiça e às obrigações internacionais (GUITARD, 1962).

O MNOAL não chega na América Latina logo em seu início, são necessários alguns anos mais após o início do movimento para que esta chegue aos países latino-americanos, e ao chegar ganha um “rosto próprio” dado o contexto da latino América que era diferente dos países iniciantes do movimento, e a principal diferença era a questão da luta em prol da descolonização, uma vez que os países latino-americanos já haviam conquistados suas independências, no entanto, mesmo com essas diferenças o movimento se faz presente na América-Latina.

3. I Conferência de Belgrado

Tendo como antecedente a Conferência Afro-Asiática de Bandung, e em um contexto onde a Paz mundial via-se ameaçada, em 16 de setembro de 1961 aconteceria a I Conferência de Belgrado, conferência esta que ficaria conhecida também como “iniciativa dos cinco”, fazendo

alusão aos cinco países que foram os impulsores desta². Esta reunião contou com a participação de 25 países³ mais três observadores, da América Latina, apenas Cuba participou na condição de membro. Antes da Conferência de Belgrado, foi realizada uma conferência preparatória para esta, na cidade do Cairo (Egito), na qual foram definidos os critérios de adesão ao Movimento.

Esta reunião, de cunho político, teve como objetivo principal conseguir que os países do Terceiro Mundo pudessem ficar de fora dos enfrentamentos entre os blocos opostos, tendo êxito em seu propósito e contribuindo de maneira positiva à causa do movimento do não alinhados, avançando a luta pela salvaguarda dos direitos à soberania nacional contra a agressão dos dois grandes blocos existentes na época, persistindo na luta contra o velho e o novo colonialismo, e na defesa pela Paz mundial.

A I Conferência de Belgrado também foi importante para que o Movimento dos Não Alinhados pudesse demonstrar que não havia sido concebido apenas para exercer um papel passivo na política internacional, mas sim para formular suas próprias posições de forma independente, refletindo as condições e interesses de seus membros, enquanto países subdesenvolvidos e em desenvolvimento⁴.

4. A tendência da cooperação Sul-Sul

O MNOAL e o Grupo dos 77⁵ conseguiram se constituir como espaços multilaterais formais para a discussão e formulação dos interesses do Sul Global, funcionando inclusive como grupo de pressão em outros dos organismos já existentes, como exemplo, a ONU (BRESSAN, 2015, p.15-17). Porém seu protagonismo acaba sendo temporal, já não tendo o mesmo peso na atualidade.

² Kwame Nkrumah (Ghana), Gamel Abdul Nasser (Egito), Josip Broz Tito (Yugoslavia), Ahmed Sukarno (Indonésia) y Jawaharlal Nehru (Índia). FONTE: <https://mundo.sputniknews.com/mundo/201609171063519331-historia-movimiento-paises-no-alineados/>

³ Afeganistão, Argélia, Arábia Saudita, Birmania, Camboja, Ceilão, Chipre, Congo, Cuba, Etiópia. Gana, Guiné, Índia, Indonésia, Irã, Líbano, Mali, Marrocos, Nepal, República Árabe Unida, Somália, Sudão, Túnez, Iêmen y Iugoslávia. FONTE: <http://archivo.cubaminrex.cu/surgimiento-y-desarrollo-del-movimiento-de-paises-no-alineados>

⁴ VER MAIS EM: <http://mas-historia.blogspot.com/2011/08/movimiento-de-paises-no-alineados.htm>

⁵ “Esta aliança estabelecida em 1964, no âmbito da 1ª Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), tem como objetivo aumentar a capacidade de articulação e pressão dos países em desenvolvimento nas questões de natureza comercial, que eram tratadas no âmbito do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT)” (SALLES, 2012 apud BRESSAN, 2015).

Mesmo assim, é importante destacar que: “[...] a América Latina fez uso intensivo do policyspace que foi construído no âmbito do GATT pelas coalizões decorrentes de Bandung.” (BRESSAN, 2015, p. 21). Ou seja, a coesão do Terceiro Mundo gerou diversas oportunidades como a substituição de importações em alguns dos países, ou até mesmo a criação e fortalecimento de organismos de integração como a ALALC e ALADI na região latino-americana.

Infelizmente, para o Terceiro Mundo, o MNOAL foi perdendo espaço no contexto internacional por culpa da própria Guerra Fria que, em seu auge, impedia mudanças econômicas nos países terceiro-mundistas, ideia reforçada por Bissio (2015, p. 24). Sendo assim, o movimento perdeu quase todo de seu protagonismo, e a cooperação Sul-Sul na atualidade migrou para outros processos, como os de integração regional do Sul Global ou ainda nos BRICS, que segundo Bressan (2015, p. 32), “[...] parece retomar o papel principal do projeto do MNA, ou seja, uma iniciativa anti-hegemônica.”.

Os BRICS, nesse cenário, são tidos como “*proyecto intelectual orientado a formular nuevas reglas de co-existencia global*” (BRUCKMANN, SANTOS, 2015, p. 4), obtendo um grande peso no que seriam os novos rumos da cooperação Sul-Sul. Martynov (2015, p. 11) coloca também a importância na junção dos BRICS, ao colocar-los “*como continuador de la tarea principal del Movimiento No Alineado, que persigue la formación del mundo multicivilizacional: la única razonable garantía de la gobernabilidad del mundo en el presente siglo.*”

Entretanto, não vemos multilateralmente no âmbito global um movimento forte ou a volta do fortalecimento da MNOAL mesmo quando se fala que nos últimos anos houve um fortalecimento das relações Sul-Sul (BRUCKMANN, SANTOS, 2015). Ou seja, Bandung, MNOAL e G-77 permitiram uma série de outras instituições continentais, regionais e sub-regionais voltadas ao Sul, mas talvez por uma falta de pautas tão coincidentes igual a década de 1960-70, estes movimentos em si não recuperam sua força.

É importante destacar também que há diferenças nessa cooperação Sul-Sul, principalmente a proposta pelos BRICS como pontua Bressan (2015). Este não busca ser anti-sistêmico, somente anti-hegemônico em sua postura com o mundo. Além do fato de que em sua estrutura já o movimento diverge, pois são “*líderes de sus respectivas regiones*” (BISSIO, 2015) que compõe o movimento e que seriam responsáveis por organizar a cooperação Sul-Sul.

Ainda assim, principalmente nos dias atuais e na América Latina, podemos ver o comprometimento dessa postura com o Sul:

De un lado, están los intentos de reorganización de los intereses hegemónicos de EE.UU. en la región, articulados a un creciente proceso de militarización y a estrategias multidimensionales de desestabilización política de los gobiernos democráticos en la región. Entre los principales instrumentos de esta estrategia

se utilizan las guerras psicológicas y económicas que cuentan con poderosos aliados locales, particularmente los medios de comunicación monopólicos y las empresas transnacionales que operan globalmente a partir de una estrategia bien definida

O que, por si só, não seria uma surpresa histórica. O próprio MNOAL foi combatido de todas as formas, segundo Amin (2015, p. 18), tanto pelas forças dos países imperialistas quanto pelas elites reacionárias locais, um movimento bem parecido com o da atualidade. De qualquer forma, e a título de conclusão, as palavras de Bruckmann (2018) são bem pertinentes: “Es claro que los BRICS, con participación activa o no de Brasil, están y continuarán jugando un rol fundamental que tiene el potencial de redefinir también la dinámica de las relaciones Sur-Sur.”

5. O MNOAL na atualidade da América Latina

Um dos porquês do MNOAL foi tão forte como movimento é que as nações na época “compartilhavam problemas singulares e similares herdados de um passado colonial recente” (BRESSAN, 2015 p. 16), que foi o mesmo motivo de a América Latina não estar inserida com tanto peso no início de tais processos, ideia reafirmada por Amin (2015, p. 20) por exemplo. A pauta econômica na década de 1970, entretanto, trouxe uma ampliação ao movimento e este se fortaleceu ao discutir subdesenvolvimento e riquezas nacionais. (Bressan, 2015, p. 16)

Mas ainda assim, com o advento da crise de 1973 e década perdida de 1980, a América Latina foi prezando pela adoção “do paradigma neoliberal e o abandono do ‘espírito de Bandung’”, o que alterou drasticamente a relação dela com o resto do Terceiro Mundo. A retomada de outras políticas econômicas só veio após os 2000 e da série de crises que os países sofreram graças às políticas neoliberais, o que permitiu uma “revisitação” dos processos de integração latino-americanos e uma nova atenção ao Sul Global. Escobar chama esse período de “Década de la resistencia y la unidad” (2018, p.19).

Amin (2015) defende que as condições que afastavam a América Latina de uma maior inserção no MNOAL mudaram, pelo menos assim tinha sido até o início da derrocada dos governos progressistas. A região criou instituições das quais os EUA não fazem parte (ALBA, UNASUL e CELAC por exemplo), se tem governos mais inclusivos e o ponto acima, de rechaço ao neoliberalismo. Tudo isso seria necessário para uma retomada tricontinental do MNOAL, porém a situação de crise nos governos latino-americanos compromete esses avanços.

Infelizmente, o cenário que parecia promissor em 2015 para todos os autores citados mudou uma vez mais após o “boicot sistemático a los proyectos de integración regional y a sus diversos intentos de elaboración estratégica, para retornar una política de realineamiento con la

visión hegemónica de Estados Unidos.” (BRUCKMANN, 2018). Os teóricos já falam amplamente desse estancamento regional em relação aos projetos de integração e as instituições de modo geral (GARCÍA, 2018, p. 9). Isso, na prática, significa um novo afastamento da Cooperação Sul-Sul em todos os seus âmbitos, incluindo na MNOAL. O que era regionalmente conhecido como as instituições Sul-Sul (ALBA, UNASUL e CELAC) “están siendo desestructurados por parte de sus propios creadores” (ESCOBAR, 2018, p. 20)

Uma exceção ao cenário acima é a Venezuela que, mesmo em crise política e econômica, assumiu a presidência do MNOAL em 2016, se mantendo como uma das únicas frentes na região dispostas a buscar uma maior interação entre países do Sul. As atividades do movimento após a ascensão *pro tempore* de Nicolás Maduro não foram além de alguns posicionamentos usuais e pontuais sobre certos temas, como o rechaço as tarifas e sanções unilaterais (como as propostas pelos EUA ao longo do governo Trump).

A única atenção especial a América Latina foi sobre a questão do embargo em Cuba, na qual “La conferencia ministerial nuevamente condenó el bloqueo norteamericano de más de medio siglo contra la isla, y no solo eso, sino el retroceso del bloqueo con el actual gobierno de Estados Unidos [...]” (ESCAMBRAY, 2018). Portanto, mesmo a América Latina tendo a presidência *pro tempore* da MNOAL com a Venezuela, nenhuma tentativa de aproximação ocorreu pelos demais países da região.

6. Conclusão

Para fechar esta breve pesquisa é importante reafirmar a importância que o MNOAL teve historicamente, e isso no âmbito global, permitiu através de um espaço composto e criado pela periferia global, o Sul Global, que este tivesse voz e defendesse seus próprios interesses, fossem de descolonização inicialmente ou as pautas econômicas mais a frente na década de 1970. Isso gerou e ainda gera repercussões nos dias atuais.

De qualquer forma, pode-se perceber que devido às próprias circunstâncias do cenário internacional, o movimento foi perdendo peso conforme não conseguia alcançar as mudanças que propunha. Na atualidade, embora o que tenha ficado possa ser considerado uma “sombra” do MNOAL de 1960, seus princípios e a própria cooperação Sul-Sul ainda existem em diversos outros espaços, que se utilizam dos princípios postulados pelo movimento pioneiro. Os BRICS aparecem como o maior dos “herdeiros”, ainda que haja divergência em sua estrutura e forma de posicionamento contra a ordem, dão continuidade aos ideais da MNOAL com impacto e certo protagonismo nos dias de hoje.

Voltando novamente a MNOAL e sua relação com a América Latina, é possível afirmar que houve um curto período de tempo em que havia uma maior afinidade da região com o movimento na atualidade, e, portanto, a possibilidade de ampliação do escopo dos não alinhados regionalmente. Porém, por uma série de golpes nos Estados latino-americanos, os projetos focados no Sul Global estão sendo desmontados e o desejo por se alinhar aos EUA como ocorreu historicamente, voltando. Isso resulta que pouquíssimos são os países que se dedicam a organismos Sul-Sul, em especial a MNOAL. Cabe ressaltar que a Venezuela, apesar de sua crise interna, preside o movimento e busca demonstrar apoio a Cuba, mas que além disso pouca foi a interação com a região (por falta de interesse da mesma).

Ou seja, o próprio MNOAL existe e outras instituições que dão seguimento aos seus princípios estão em atividade. Contudo, o momento em que havia afinidade da América Latina para com estes parece ter passado, o que pode resultar em um novo afastamento e enfraquecimento das relações Sul-Sul latino-americanas.

Referências Bibliográficas

AMIN, Samir. De Bandung-1955 a 2015: Viejos y nuevos desafíos. IN: 60 años después Vigencia del espíritu de Bandung. **ALAI**, 2015.

BISSIO, Beatriz. De Bandung a los BRICS: Dos estilos, un objetivo. IN: 60 años después Vigencia del espíritu de Bandung. **ALAI**, 2015.

BRESSAN, Regiane Nitsch; SALLES, Marcus Maurer. 60 anos após Bandung: Novas visões a partir do Sul. **Anuario de Integración**, n. 11, 2015.

BRUCKMANN, Monica; SANTOS, Theotonio dos. Por una agenda estratégica de América Latina. IN: 60 años después Vigencia del espíritu de Bandung. **ALAI**, 2015.

BRUCKMANN, Monica. America Latina y la nueva dinámica del sistema mundial. IN: Integración en tiempos de incertidumbre. **ALAI**, 2018.

ESCAMBRAY, Periodico Sancti Spiritus. **Cuba aboga por la unidad del Movimiento de los No Alineados**. Disponível em:

<http://www.escambray.cu/2018/cuba-aboga-por-la-unidad-del-movimiento-de-los-no-alineados/>. La Habana – Cuba, acesso 22 de outubro de 2018.

ESCOBAR, Loreta Telleria. América Latina y el nuevo oleaje intervencionista. IN: Integración en tiempos de incertidumbre. **ALAI**, 2018.

GARCÍA, Maribel Aponte. Debates estratégicos en torno a EEUU y China. IN: Integración en tiempos de incertidumbre. **ALAI**, 2018.

GUITARD, Odette. **Bandung y el despertar de los pueblos coloniales**. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1962.

HISTORIASIGLO20.ORG. Declaración de Belgrado de Países No Alineados, 1961.

Disponível em: <http://archivo.cubaminrex.cu/surgimiento-y-desarrollo-del-movimiento-de-paises-no-alineados>. Acesso em: 15 de outubro de 2018

MARTYNOV, Boris F. 60 años de Bandung: Un balance histórico. IN: 60 años después Vigencia del espíritu de Bandung. **ALAI**, 2015.

MÁS HISTORIA. Movimiento de países no alineados.

Disponível em: <http://mas-historia.blogspot.com/2011/08/movimiento-de-paises-no-alineados.htm>. Acesso em: 16 de outubro de 2018

PEREIRA, Analúcia; MEDEIROS, Klei. **O PRELÚDIO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL: da Conferência de Bandung à Conferência de Buenos Aires (1955-1978)**. 1 Seminário Internacional de Ciencia Política. Porto Alegre. Setembro de 2015.

SPUTNIKNEWS. Historia do Movimento de Países Não Alinhados.

Disponível em: <https://mundo.sputniknews.com/mundo/201609171063519331-historia-movimiento-paises-no-alineados/>. Acesso em: 20 de outubro de 2018

TELESUR TV. Mnoal rechaza imposición de sanciones contra América Latina.

Disponível em: <https://www.telesurtv.net/news/mnoal-sanciones-unilaterales-america-latina--20180420-0042.html>. Acesso em: 22 de outubro de 2018

ANÁLISE DOS PERÍODOS PRESIDENCIAIS DA ARGENTINA, BRASIL E URUGUAI

Marcelino Teixeira Lisboa¹

Resumo: o texto apresenta resultados preliminares da pesquisa que visa analisar se há ou não grandes períodos nos quais houve um direcionamento semelhante nas políticas externas da América Latina. Mais especificamente, esse paper apresenta a base histórica utilizada para se organizar as grandes fases das relações internacionais na região, comparada com os períodos presidenciais da Argentina, do Brasil e do Uruguai, analisando o tempo que duraram os mandatos presidenciais. As conclusões parciais indicam que não há semelhança entre essa variável (tempo de duração dos mandatos) nos três países. Porém, é possível verificar alguns pontos nos quais é possível aprofundar a análise, principalmente na ampliação do banco de dados, estendendo-o aos demais países da região, além da comparação com outros fatores ligados à conjuntura global em cada período, que podem ter sido determinantes das diretrizes da política externa.

INTRODUÇÃO

Esse texto compara os períodos presidenciais da Argentina, do Brasil e do Uruguai com as diferentes fases das relações internacionais da América Latina. O objetivo é realizar observações que subsidiem futuras verificações sobre a existência (ou não) de períodos semelhantes na política externa dos países latino-americanos, entendidos como fases da história onde houve uma confluência nas características dessa política exterior.

Em relação às duas unidades analisadas nesse texto, para a primeira – períodos presidenciais – foi construído um banco de dados com as informações relativas aos mandatos de cada presidente dos países. Sobre a segunda – fases das relações internacionais – é utilizada a bibliografia relativa ao tema, com autores que organizam tais relações de maneira cronológica. A metodologia consiste na comparação dessas duas matrizes. A escolha dos três países em questão deve-se ao ponto do andamento da pesquisa. A análise desse texto faz parte de uma pesquisa mais ampla, que envolve todos os países da América latina e que se encontra em fase de execução. Para esse texto, optou-se por abordar os países sobre os quais há informações mais completas na composição da base de dados utilizada.

Outro ponto a se ressaltar é a opção de bibliografia para se organizar os períodos das relações internacionais. Importante lembrar que, conceitualmente, relações internacionais e política

¹ Docente da UNILA, coordenador do projeto de pesquisa do qual esse paper faz parte. Participam do projeto os(as) seguintes acadêmicos(as): Gustavo Frisso, Gustavo Carvalho, Hugo Reyes, Karen Bombón, Isabelle Bhering, Lucas Ferreira e Ever Fuentes.

externa são coisas distintas, sendo a primeira mais ampla e a segunda mais específica. Os estudos de política externa e de Relações Internacionais que abordam grandes períodos de tempo, em grande medida, valem-se da História como base para desenvolver pesquisas de maneira lógica e inteligível para o entendimento dos fenômenos que se propõe a estudar. Em relação aos estudos que abordam a política externa de forma mais específica, tanto em estudos descritivos como analíticos, em geral encontram-se abordagens concernentes a um país em especial. A opção de bibliografia desse texto pauta-se nas relações internacionais, e não na política externa, tanto pela disponibilidade na literatura, como pelos objetivos do texto.

Após essa introdução, o texto apresenta uma seção que descreve as diversas fases das relações internacionais latino-americanas, com base na bibliografia adotada. O tópico seguinte apresenta uma primeira compilação das informações coletadas, com os períodos presidenciais dos três países em forma de gráfico. Logo após, na parte seguinte do texto, as informações relativas a cada país são comparadas com os períodos das relações internacionais apresentados na primeira seção, com o intuito de verificar em que fases das relações internacionais houve períodos de maior estabilidade ou instabilidade, considerando-se como variável os mandatos concluídos ou não dentro do prazo previsto. Nas considerações finais são apontados os possíveis caminhos a serem seguidos pela pesquisa, a partir do exposto no texto.

AS FASES DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Tal com citado anteriormente, a literatura disponível, invariavelmente, aprofunda-se na descrição da região como um todo em diversos períodos, organizando períodos das relações internacionais de forma histórica. Nesse ponto, três obras são de grande utilidade para o entendimento do tema. A primeira delas é “*As relações internacionais da América Latina*” (MOREIRA, QUINTEROS e SILVA, 2010), na qual os autores realizam uma abordagem desde as independências até 2009, indo do particular, com a ênfase nas histórias nacionais, ao geral, das realidades comuns a muitos países. A segunda é “*Historia de unas relaciones difíciles (EEUU-América Espanhola)*” (PADRÓN, 1987), onde o autor trata das relações entre os Estados Unidos e os países da América espanhola, desde a fase anterior à independência até o período final da Guerra Fria, dando ênfase às iniciativas norte-americanas para a América Latina. A terceira refere-se ao livro “*Historia de América Latina: de la colonia al Siglo XX*” (ZANATTA, 2012), que discorre sobre o período histórico semelhante aos outros dois, mas coloca um tom mais crítico e menos descritivo na narrativa. Ambas as obras traçam um panorama geral das relações internacionais latino-americanas e interamericanas, sem se aprofundar em questões mais específicas de política externa,

mas cumprem o papel de servir de base para a organização dos períodos a serem analisados. São essas as referências utilizadas para essa tarefa, cuja descrição e organização é realizada nesse tópico do texto.

Se considerado que a política externa é uma parte da política geral de um Estado que define como esse Estado conduz as suas relações com os demais (CALDUCH, 1993), somente é possível pensar em política externa da América Latina a partir da existência dos Estados latino-americanos. Sendo a política externa um processo político e institucional no qual os entes estatais definem os objetivos e os meios a serem utilizados para atingi-los, gerando ou modificando as relações com os demais atores da sociedade internacional, não é possível falar de política externa de um país sem que esse seja independente. Sendo assim, o primeiro período a ser considerado nas relações internacionais da América Latina é a fase das independências.

Apesar de haver variações, pode-se considerar que as três obras consideram o período que vai da fase final da primeira década até meados da segunda década do século XIX como a fase das independências. O ano de 1810 é o ponto de partida do livro de Moreira, Quinteros e Silva (2010, p. 17), embora não deixem de fazer um breve apanhado sobre o período colonial, para a seguir enfatizarem o contexto da época nos EUA, Haiti, América do Sul e península centro-americana, além do México. Destacam a Doutrina Monroe como um importante fator de consolidação de uma nova condição da América Latina independente. Padrón (PADRÓN, 1987), por sua vez, não realiza uma descrição de como ocorreram as independências, mas foca nas relações com os EUA, destacando inicialmente as semelhanças e diferenças historicamente construídas entre essas duas Américas – espanhola e saxã. Posteriormente, aborda as relações entre ambas durante o processo de independência latino-americana, colocando sua linha de corte também na Doutrina Monroe, como fator de mudança nas relações. Zanatta (2012) apresenta inicialmente a forma como foi construída pelos europeus a herança colonial que perdurou na América latina após as independências. A seguir, indica que as independências da América Latina coincidiram com as invasões napoleônicas à península ibérica, em 1808. Aponta que houve uma fase de certa autonomia entre 1808 e 1814 e uma revanche da realeza espanhola de 1814 a meados da década de 1820. Também considera que após a enunciação da doutrina Monroe também coincidiu com a consolidação das independências. Sendo assim, o primeiro período que se considera nesse texto vai de 1810 a 1825.

O período seguinte está compreendido entre 1825 e o final do século XIX ou o início do século XX, pois, diferente do anterior, não há uma unanimidade entre os autores. Para Zanatta (2012, p. 53-71), o período que vai das independências até 1890 é uma fase de *repúblicas sin Estado*, quando imperou a instabilidade política e a paralisia econômica, em grande parte porque a

organização política que existia, centralizada no soberano da metrópole, deixou de existir e as novas repúblicas tornaram-se organismos em pedaços. Além disso, com exceção do Brasil, as antigas colônias cortaram os vínculos comerciais com a antiga metrópole, sem ainda terem firmado novas parcerias em nível internacional. O que ocorreu foi a disputa pelo poder entre os caudilhos e tentativas de estabelecimento de uma ordem constitucional. Moreira, Quinteros e Silva (2010) organizam essa fase de forma semelhante, mas consideram que após 1860 o quadro de instabilidade política e paralisia econômica passou a estabilizar-se com a organização institucional dos Estados. Nesse ponto, Zanatta também considera que a partir da segunda metade do século XIX houve uma inflexão nos rumos da economia e da política na América Latina, tanto pela mudança nas lideranças locais, visto que os líderes da independência estavam deixando de existir, como pelos ecos da Revolução de 1848, ocorrida na Europa (ZANATTA, 2012). Para Padrón (1987), que se interessa pelas relações com os EUA, a ênfase nessa fase está primeiramente na política dos dois hemisférios, pautada na Doutrina Monroe, seguida de uma fase de aproximação dos EUA em relação à América Latina, que vai até o início da política do Big Stick, adotada pelo presidente estadunidense Theodore Roosevelt (1901-1909). O que separa a fase de ouro da Doutrina Monroe da fase de aproximação à América Latina é a Guerra da Secessão (1861-1865), durante a qual os EUA estiveram mais envolvidos em assuntos internos, mesmo período em que ocorreu o aumento das intervenções europeias em suas antigas colônias latino-americanas.

A fase seguinte vai até aproximadamente 1930, quando o mundo sofria os efeitos a crise de 1929. Para Padrón (1987), o que ocorreu após a implantação da política do Big Stick foi o crescimento do intervencionismo imperialista dos EUA, como efeito de um expansionismo capitalista iniciado após a Guerra da Secessão, que passou a surtir efeitos após a virada do século XIX para o XX. Esse padrão alterou-se somente após a adoção da política de boa vizinhança, nos anos 1930. Nas outras duas obras de referência desse texto, há uma concordância de que o início dos anos 1930 marcou o início de uma nova fase das relações internacionais da América Latina, seja com os EUA, seja com a Europa, ou mesmo entre os países da região. A fase de transição do século XIX para o século XX marcou a mudança nas diretrizes da política externa dos EUA, que passou a ser mais proativa. Moreira, Quinteros e Silva (2010) destacam que após essa transição, os fatores mais relevantes que marcaram o período foram a Primeira Guerra Mundial e a crise econômica de 1929. Zanatta (2012) nomeia a fase de 1890 até o pós crise econômica dos anos 1930 de era liberal e considera que foi no início dessa fase que, de fato, teve gênese o Estado moderno na América Latina, impulsionada pelos efeitos da Revolução Industrial e pela consolidação do constitucionalismo liberal. O autor destaca que foi nessa fase que as repúblicas da região passaram a ser mais diversas, cada uma seguindo diferentes caminhos. Para o autor, o fim

da era liberal em toda a América Latina ocorreu no início dos anos 1930, mas a diversidade de realidades nos diferentes países torna difícil definir quando foi o início do ocaso dessa fase. Apesar da dificuldade, Zanatta aponta que os efeitos da Primeira Guerra Mundial foram o primeiro sinal de alerta para aqueles regimes que “*fuleron modernizadores en el campo económico pero conservadores en el político*” (ZANATTA, 2012, p. 84). Assim, essa fase finaliza-se no início dos anos 1930, sendo uma visão das três obras utilizadas.

A etapa a seguir também possui uma unidade na visão dos três livros e considera que se iniciou no alvorecer da década de 1930 e seguiu até o fim da Segunda Guerra Mundial. Moreira, Quinteros e Silva denominam tal período como sendo da grande depressão à Segunda Guerra Mundial e destacam a política estadunidense da boa vizinhança, a situação conservadora seguida de uma fase populista no México, a tomada do poder por regimes autoritários na América do Sul e a solidariedade continental dos EUA antes e durante a guerra (MOREIRA, QUINTEROS e SILVA, 2010, p. 167-194). A boa vizinhança é o que pauta a visão de Padrón (1987) para essa fase, na qual destaca a ajuda econômica na área de defesa e o avanço das Conferências Pan-americanas, que permitiram a realização de reuniões em âmbito interamericano no período da guerra. Para a mesma fase, Zanatta (2012), destaca a complexidade da época, quando ocorria a mudança do eixo econômico de muitos países latino-americanos, na tentativa da implantação da substituição de importações. Além disso, novas manifestações ideológicas entremeavam nacionalismo e socialismo, democracias e ditaduras, no período que o autor denomina fase das “Sociedades de Massas” (ZANATTA, 2012). Com diferentes matizes, todos os autores veem a fase do início dos anos 1930 até o final da Segunda Guerra Mundial como um período peculiar na América Latina.

No fim da Segunda Guerra Mundial, que marcou o início da Guerra Fria, inicia-se a outra fase na qual os autores concordam com o período histórico que consideram. Do início da Guerra Fria até a crise dos mísseis em Cuba, em 1962 ou então o início da Aliança Para o Progresso, em 1964, é a fase chamada por Moreira Quinteros e Silva (2010) de início da Guerra Fria e por Zanatta (2012) de era do populismo, enquanto que Padrón (1987) aborda como *La Guerra Fría y las Relaciones Interamericanas*, dando atenção à criação da Organização dos Estados Americanos, as intervenções em Porto Rico e Guatemala, a revolução em Cuba e a Aliança para o Progresso. Tal período, que finaliza na primeira metade da década de 1960, marca a primeira fase da Guerra Fria.

A segunda parte da Guerra Fria é a etapa seguinte considerada nesse texto. Para Moreira, Quinteros e Silva (2010), desde 1961 passaram a ocorrer mudanças nas características dos governos latino-americanos, com a substituição das elites oligárquica e conservadoras por governos reformistas. Além disso, a opção ideológica do Leste do mundo e a revolução cubana traziam uma nova perspectiva para a região e tudo isso levou os EUA a apoiarem governos que tivessem um

caráter anticomunista, levando à implantação de ditaduras militares ao longo dos anos 1960. Zanatta (2012, p. 181-208), por sua vez, dá outra nomenclatura a essa sequência de fatos, chamando de ciclo das revoluções dos anos 1960 a primeira, de implantação de governos reformistas, e de era das contrarrevoluções dos anos 1970 a segunda, a da derrubada de tais governos e instauração de governos ditatoriais, militares ou civis, finalizando o período com a década perdida dos anos 1980. No livro de Padrón, que finaliza sua narrativa na vigência da Guerra Fria, sua parte final destaca os efeitos da Aliança Para o Progresso e as posteriores intervenções dos EUA na instauração de governos ditatoriais (PADRÓN, 1987)

A virada do século XX para o XXI é apontada por Moreira, Quinteros e Silva (2010) e por Zanatta (2012) como a etapa do neoliberalismo e das reformas estruturais, com a abertura dos mercados em tempos de globalização. Também foi o período no qual surgiram novas forças sociais na América Latina e que finalizaria com a crise do neoliberalismo. Essa etapa é seguida do que Zanatta e outros autores chamam de giro à esquerda, quando os grupos políticos contrários às medidas neoliberais da década anterior chegaram ao poder.

A partir dessas referências, a figura a seguir apresenta esses períodos, da forma como será considerado a seguir no texto.

Figura 1: períodos históricos

ANO	REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA			
	Moreira, Quinteros e Silva	Loris Zanatta	Francisco Padrón	
1810	INDEPENDÊNCIAS	INDEPENDÊNCIAS	INDEPENDÊNCIAS	
1815				
1820				
1825				
1830	FORMAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS	REPÚBLICAS SEM ESTADO	DOCTRINA MONROE	
1835				
1840				
1845				
1850				
1855				
1860	CONSOLIDAÇÃO DOS ESTADOS	ERA LIBERAL	APROXIMAÇÃO DOS EUA COM A AMÉRICA LATINA	
1865				
1870				
1875				
1880				
1885				
1890	TRANSIÇÃO DO SÉCULO	ERA LIBERAL	EXPANSÃO CAPITALISTA PELO INTERVENCIÓNISMO IMPERIALISTA	
1895				
1900				
1905				
1910	1ª GUERRA MUNDIAL E CRISE ECONÔMICA	OCASO DA ERA LIBERAL	POLÍTICA DA BOA VIZINHANÇA	
1915				
1920				
1925				
1930	EFEITOS DA CRISE ECONÔMICA E 2ª GUERRA MUNDIAL	SOCIEDADE DE MASSAS	INÍCIO DA GUERRA FRIA	
1935				
1940				
1945	FASE FINAL DA GUERRA FRIA	ERA POPULISTA	CRISE E FIM DA GUERRA FRIA	
1950				
1955				
1960		ERA REVOLUCIONÁRIA		
1965				DÍSTENSÃO ENTRE AS GRANDES POTÊNCIAS
1970				
1975	ERA CONTRA REVOLUCIONÁRIA			
1980				
1985	DÉCADA PERDIDA			
1990				

Elaboração própria.

A parte a seguir apresenta os dados coletados e sua organização, considerando o período de tempo que duraram os mandatos presidenciais.

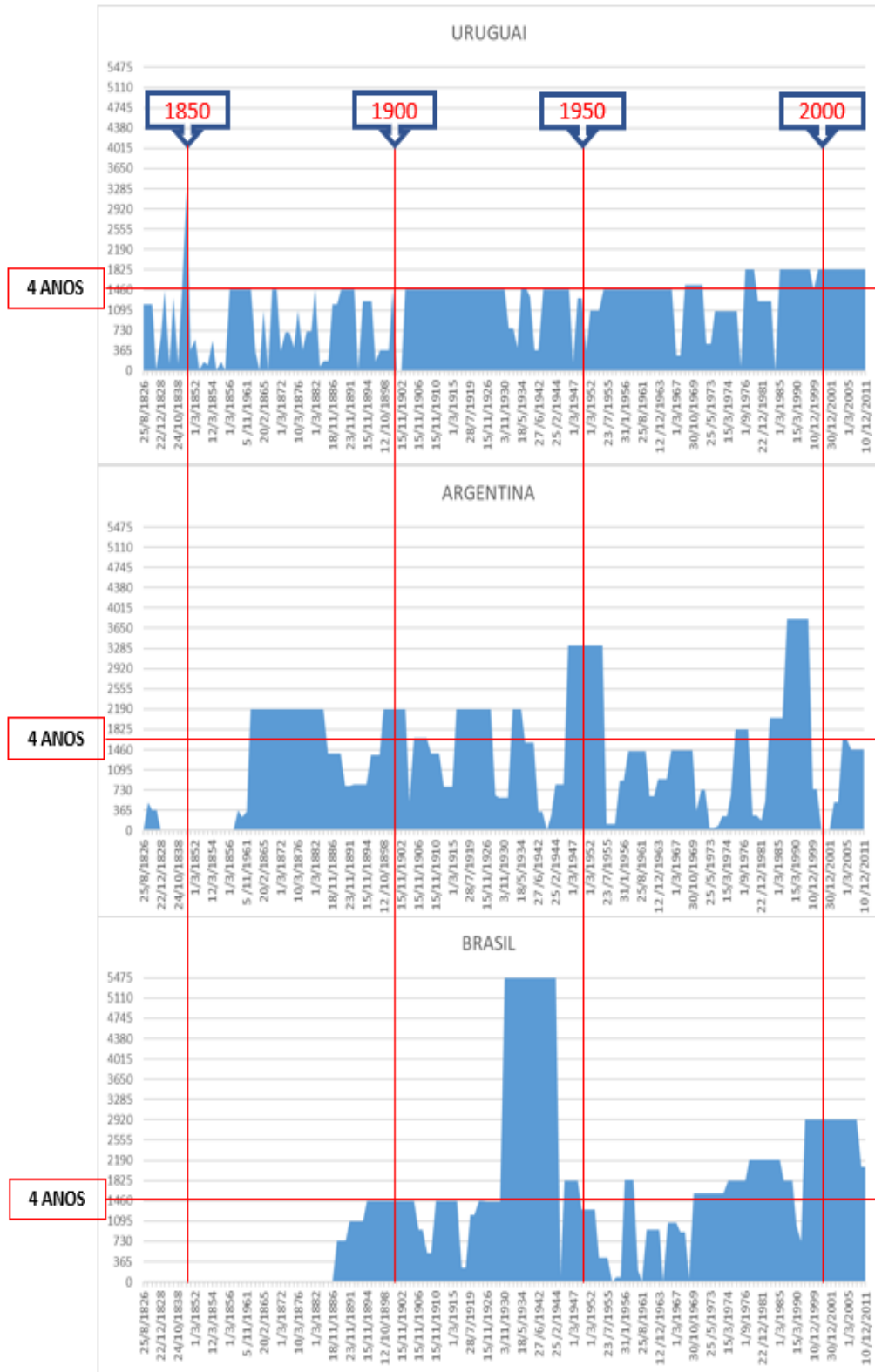
PERÍODOS DOS MANDATOS

Foram coletados dados referentes aos mandatos presidenciais dos três países em questão, considerando diversas variáveis que podem definir qual foi o tipo de mandato. Foram coletadas, inicialmente as informações das datas de início de final dos mandatos, que são os dados apresentados nesse texto. Além dessas informações, considera-se também outras, como: a) tipo de governante que ocupa a chefia do executivo, que pode ser uma única pessoa ou um grupo de pessoas, como as juntas militares; b) a forma da escolha do governante, que pode ser eleito ou nomeado; c) no caso de ter sido eleito, pode ser de forma direta ou indireta e no caso de ser nomeado, pode ser alguém que estava na linha sucessória, como um vice presidente, ou então alguém que não fazia parte do governo; d) a forma como finalizou o período como governante, que pode ter finalizado ao final previsto do mandato, com renúncia voluntária, com a retirada involuntária do cargo ou pela substituição por conta de morte ou doença. No entanto, nesse texto somente apresenta-se o tempo de cada mandato. As demais variáveis fazem parte da pesquisa em execução, da qual esse texto é parte.

A figura a seguir apresenta gráficos que demonstram o período que duraram os mandatos, indicando os cortes temporais históricos a cada cinquenta anos, além de uma linha marcando o tempo de quatro anos de mandato. O motivo para a referência aos quatro anos de mandato é que esse é o tempo previsto de um mandato que se encontra com mais frequência na história da América Latina. Não é incomum encontrar países com períodos nos quais os mandatos duravam ou duram cinco ou seis anos ou até mais, mas o quadriênio é o mais comum.

A partir disso, o olhar com o qual se atenta para esses dados é de verificar três elementos. O primeiro são os períodos chamados de fases de **estabilidade**, nas quais sucessivos governos finalizam seus mandatos, com tempo de duração de quatro a seis anos de duração. O segundo são os períodos nos quais os mandatos possuem menos de três anos de duração ou fases de **instabilidade**. Como o tempo mínimo dos mandatos a partir da implantação das repúblicas é de no mínimo quatro anos, invariavelmente, mandatos com tempo menor de duração que quatro anos indicam uma quebra no previsto para os processos sucessórios. O terceiro são os períodos de **centralização**, em que os gráficos estão muito acima da linha de quatro anos, que indicam que uma única pessoa permaneceu aquele tempo no poder, indicando a fase de predominância de um grupo político específico.

Figura 3: períodos presidenciais



Elaboração própria.

O que a figura anterior apresenta, indica algumas diferenças entre os três países. Se forem considerados os três pontos indicados anteriormente – estabilidade, instabilidade e centralização – é possível realizar algumas conjecturas. A primeira delas é que não se encontra nenhum grande

período de estabilidade, instabilidade ou centralização que seja comum aos três países, embora algumas delas sejam comuns a dois dos três países. Na fase mais instável do Uruguai, o século XIX, a Argentina ainda definia a sua conformação como Estado unitário e o Brasil vivia sob um regime imperial. Na primeira metade do século XX, o Uruguai passou por uma fase estável, ao mesmo tempo em que Brasil e Argentina não apresentavam tal característica. Em relação à centralização, não se encontra tal característica no Uruguai, de acordo com os parâmetros aqui considerados. No caso da Argentina, além de serem mais frequentes os mandatos de seis anos, houve os períodos de Perón e de Menem, que se destacam no gráfico. No caso brasileiro, a fase Vargas salta como o período em que um governante ficou por mais tempo consecutivamente no poder, dentre os três países. Na parte final do gráfico, os números sobem para oito anos no poder, referindo-se aos períodos FHC e Lula, quando a reeleição passou a ser permitida.

Obviamente, os gráficos deixam diversas questões em aberto e tal é a intenção desse texto: olhar para os dados coletados como forma de encontrar caminhos para a sequência da pesquisa e das análises. Diversos pontos devem ser considerados para que a análise do tempo dos mandatos presidenciais ou o tempo em que um governante permaneceu no poder possam ser fatores explicativos da condução da política externa.

Um dos pontos a serem considerados futuramente é o caso em que uma mesma pessoa exerce a função de presidente por mais de uma vez, de maneira não consecutiva, o que não é incomum na história política dos países da América Latina. O caso de Lozada na Bolívia (MESA, MESA e GISBERT, 2012) é um exemplo disso. Outra questão importante é quando ocorre um golpe de Estado, mas o governante eleito é mantido no cargo, o que caracteriza uma mudança de regime de governo, mas não a mudança do governante, como ocorreu com o Uruguai na presidência de Gabriel Terra (1931-1938). Outra questão é a saída de um governante por conta de sua morte, quando o seu vice assume o posto máximo do executivo e finaliza o mandato. Nesse caso, não houve uma fase de instabilidade, pois o mesmo foi finalizado. Essa é uma questão que leva análises futuras em pensar em uma categorização por mandatos e não por governantes.

RESULTADOS PRELIMINARES

Esse tópico do texto apresenta o cruzamento entre os dados relativos aos mandatos presidenciais e a tabela que apresenta as fases das relações internacionais da América Latina, demonstradas na primeira parte do texto. É realizada a análise separadamente para cada país.

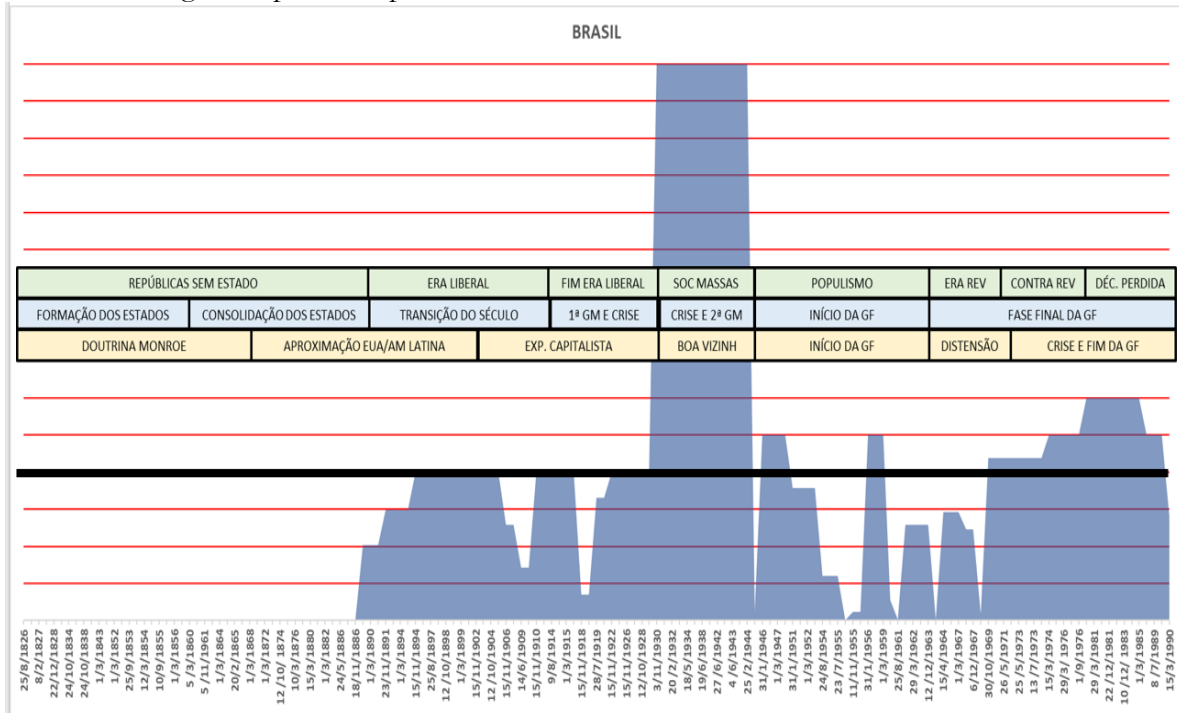
Brasil

A figura 3 apresenta os dados relativos ao Brasil. A história republicana brasileira se iniciou apenas em 15 de novembro de 1889, na presidência do Marechal Deodoro, ou seja, mais de seis décadas após a independência. A fase que segue de 1894 a 1930, ou seja, a era liberal marcada pela expansão capitalista dos EUA, apesar de possuir mandatos com menos de quatro anos, refere-se a um período que pode ser considerado de estabilidade. Nos períodos dos mandatos mais curtos, ocorreu o falecimento do presidente e a posse do vice ao cargo, no primeiro caso para finalizar o mandato e no segundo para convocar novas eleições. Sendo assim, a era liberal foi um período de estabilidade no Brasil.

A fase a seguir marca o período de Getúlio Vargas, que apresentou diferentes tipos de regime de governança, o primeiro com um governo com tendências mais democráticas, entre 1930 e 1937, apesar do presidente ter chegado ao cargo através de um golpe de Estado. A segunda etapa, de 1937 a 1945 marcou a fase ditatorial do Estado Novo. Essa foi a etapa histórica que viveu as consequências da crise econômica e a 2ª Guerra Mundial. A fase que se segue após o fim da guerra, até meados dos anos 1960 é marcada por governos interrompidos.

Na fase considerada pelos autores como a segunda metade da Guerra Fria, os governos brasileiros foram marcados pela estabilidade, no sentido de iniciar e finalizar os mandatos, que ficavam mais longos a cada governo. Essa foi a fase dos governos militares, que em grande medida tinham como preocupação interna o combate aos grupos formados naquilo que Zanatta (2012) chamada de era revolucionária, sendo esse o motivo pelo qual o autor denomina essa de era contra revolucionária.

Figura 3: períodos presidenciais e históricos no Brasil



Elaboração própria.

Argentina

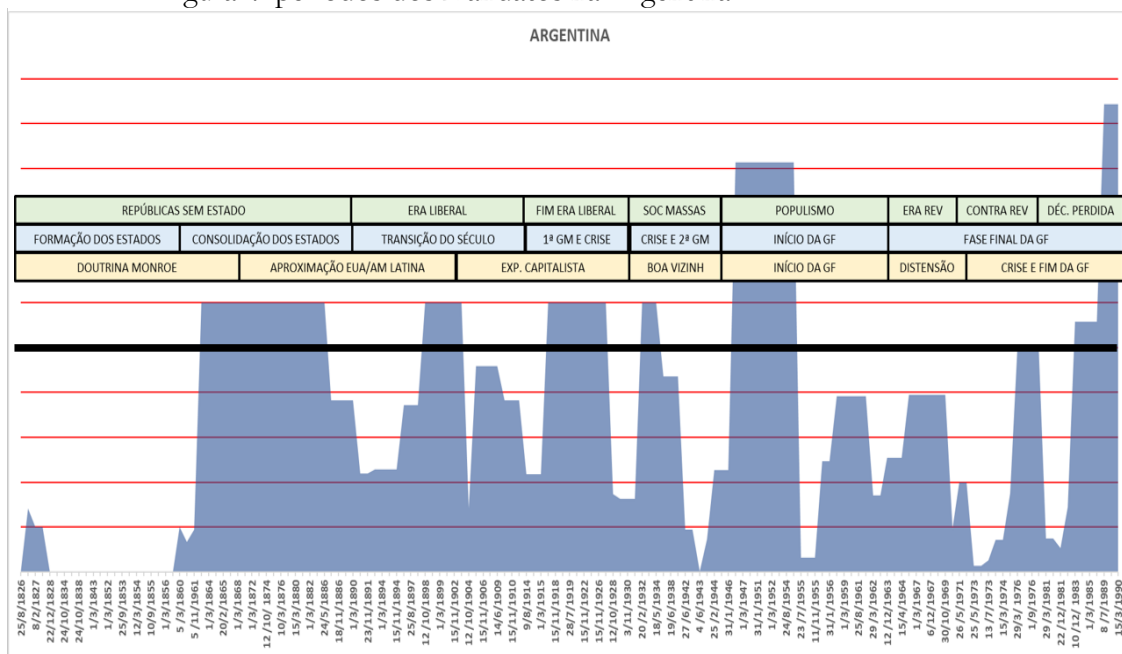
A Argentina passou por uma tentativa de fase republicana no início de sua história independente, seguida de décadas de instabilidade política e intervenções estrangeiras, quando ainda definia o modelo de Estado que perduraria. O século XIX argentino foi de disputas internas, entre os grupos políticos situados em Buenos Aires e aqueles localizados nas regiões interioranas, que diferiam em relação a um modelo mais ou menos centralizado, que definiria também o papel e a força de Buenos Aires no futuro. Após a definição de um modelo republicano, ocorreu de fato a consolidação do Estado, sendo possível vincular a estabilidade argentina da segunda metade do século XIX com a denominação do período atribuída por Moreira, Quinteros e Silva (2010).

A fase seguinte, na qual consolidou-se a economia agroexportadora e os laços comerciais com a Inglaterra, apresenta na Argentina uma sucessão de governos não concluídos. Desde a virada do século XIX para o XX, até o início da era Perón, somente quatro presidentes concluíram o mandato vigente de seis anos: o militar eleito Julio Argentino Roca (1898-1904), que havia sido o último a finalizar um mandato (1880-1886); os civis eleitos Hipólito Yrigoyen (1916-1922) e Marcelo Alvear (1922-1928), sendo a única fase de dois governos consecutivos concluídos; o militar Agustín Pedro Justo (1932-1938). Sendo assim, após a fase de consolidação do Estado argentino, relativamente aos fatores considerados nessa análise, pode se dizer que o país passou

por uma fase instável, de sucessivos períodos de mandatos governamentais não concluídos, intercalados por três períodos em que quatro presidentes finalizaram seus mandatos.

Após a fase peronista, que durou mais de nove anos consecutivamente, iniciou-se outra fase de mandatos inconclusos, inclusive com outra breve fase em que Perón retornou ao poder. Somente na chamada era contrarrevolucionária, quando se instalaram governos militares na América Latina, um mandato veio a ser concluído na Argentina, justamente o do General Videla, conhecida pelo combate violento às manifestações contrárias ao governo. Após o fim dos governos militares na Argentina, já no período da década perdida e do final da Guerra Fria, o governo de Alfonsín conseguiu concluir o mandato e foi seguido pela presidência de Carlos Menem, que realizou ajustes estruturais na economia e manteve-se no poder por mais de dez anos. Menem foi o governante que permaneceu consecutivamente por mais tempo na presidência da Argentina republicana.

Figura 4: períodos dos mandatos na Argentina

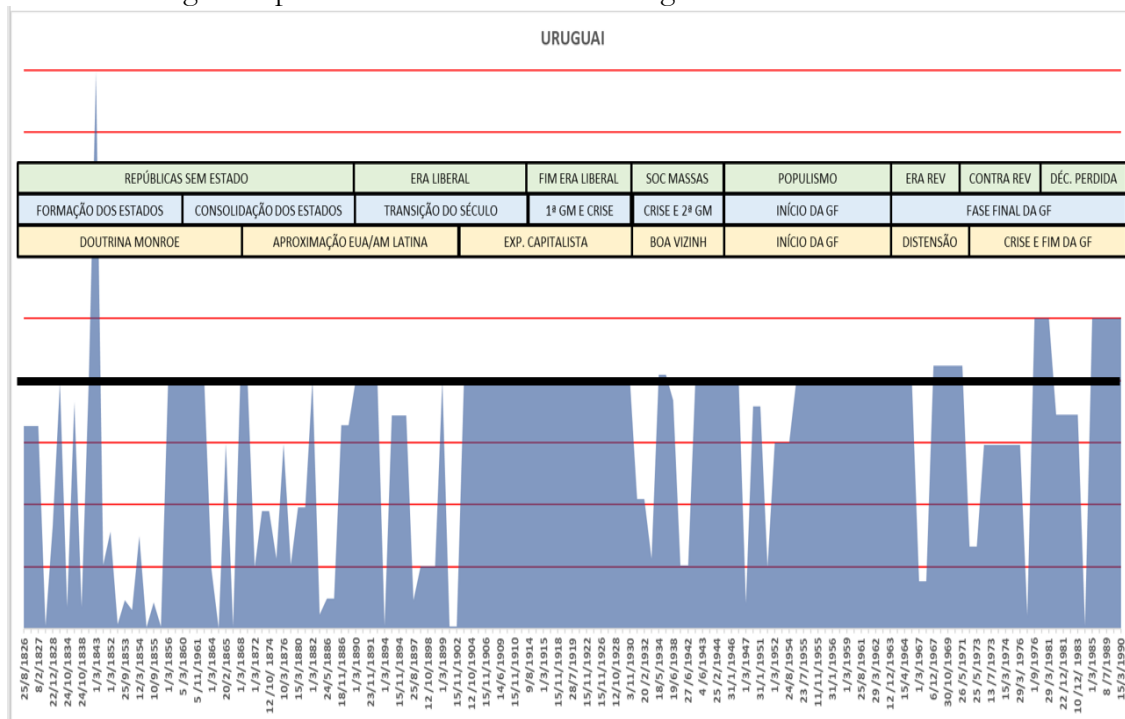


Elaboração própria.

Finalmente, o último caso abordado é o do Uruguai, na Figura 5. No caso do Brasil e da Argentina, no século XX houve períodos longos em que um mesmo governante ocupou a chefia d executivo. No Uruguai, isso ocorreu no século XIX de uma maneira atípica, visto que havia um governo bicéfalo, ou seja, dois governantes ao mesmo tempo. Esse fato ocorreu justamente no período das guerras do Prata, principalmente na fase daquela conhecida como Guerra Grande (1839-1852), quando o partido Nacional e o partido Colorado nomeavam, cada um, um presidente. Fora esse período, não se encontra no Uruguai nenhuma fase na qual um governante tenha ocupado oficialmente a presidência por um período maior que cinco anos.

O que é importante destacar é que o Uruguai, apesar de ter mandatos presidenciais registrados com maior continuidade e desde um período anterior, se comparado à Argentina e ao Brasil, viveu uma instabilidade nos mandatos desde a sua independência até o início do século XX. Na fase de expansão capitalista e da era do liberalismo econômico do início do século XX, passou por uma fase estável, tal como o Brasil. No entanto, na fase dos governos militares da segunda metade do século XX, comunga da mesma instabilidade que a Argentina na conclusão de governos, diferentemente da situação do Brasil à época. As duas fases mais estáveis do Uruguai, verificadas na figura 5, localizam-se na citada era liberal e posteriormente na etapa denominada de parte inicial da Guerra Fria e era populista. O destaque para essa segunda fase, entre 1952 e 1967, é que no caso uruguaio a presidência não era exercida por uma pessoa, mas por nove membros, sendo seis deles do partido vencedor nas eleições e três do partido derrotado. Apesar das mudanças na composição dos membros, essa pode ser considerada uma fase estável, visto que os mandatos invariavelmente chegavam ao seu fim.

Figura 5: períodos dos mandatos no Uruguai



Elaboração própria.

REFLEXÕES: A TÍTULO DE CONCLUSÃO

As constatações a partir dos dados examinados levam a diversas reflexões. A primeira delas, obviamente, é da verificação da utilidade dessa metodologia como uma das formas de se concluir

sobre o objetivo final da pesquisa: há ou não grandes períodos que podem caracterizar, conjuntamente, as diretrizes da política externa dos países da América Latina. Até o momento, conclui-se que analisar os períodos presidenciais é uma ferramenta útil e uma variável a ser considerada, mas é necessário: a) aperfeiçoar o nível da análise considerando variáveis como a forma de inserção no cargo, o modo que ocorreu o fim do mandato e o reingresso de um mesmo governante em mandatos não consecutivos; b) ampliar a coleta de dados aos demais países da América Latina. Acredita-se que a partir desses fatores, será possível perceber se diferentes regiões da América Latina têm diferentes comportamentos em relação a essas variáveis, tal como os países Andinos, o Cone Sul ou a América Central.

Outro fator é a partida da organização dos períodos a partir das relações internacionais da América Latina, entendidas as relações internacionais como um fenômeno mais amplo, do qual a política externa faz parte. Concluiu-se que esse é um caminho viável e necessário, mas evidenciou-se também que, ao mesmo tempo em que é útil para apontar similitudes e diferenças em relação às diretrizes de política externa, será insuficiente para explicar temas relacionados ao processo decisório. Para a tomada de decisão, que implicará em abordar as instituições e processos de cada país, de maneira mais específica, a ideia de se traçar grandes períodos históricos pode ser inócua. A sequência da pesquisa mostrará se essa hipótese está correta.

Finalmente, concluiu-se de maneira bastante clara, que na sequência dos trabalhos, o cruzamento dos dados coletados deve ser feito com: a) a realidade global de cada época, considerando primordialmente o papel das grandes potências; b) a realidade regional de cada país em relação aos seus vizinhos fronteiriços. A política externa dos países latino-americanos, ao longo da história, tem seguido um eixo de relacionamento com as potências de cada período e outro eixo com os países limítrofes. As demais relações exteriores dependem de diversas circunstâncias, mas as relações com países centrais e com vizinhos fronteiriços é uma realidade em qualquer período histórico.

BIBLIOGRAFIA

ASSADOURIAN, C. S.; BEATO, G.; CHIARAMONTE, J. C. **Argentina: de la conquista a la independencia**. Buenos Aires: Paidós, 1986.

CALDUCH, R. **Dinámica de la sociedad internacional**. Madrid: CEURA, 1993.

CERVO, A. L. **Relações internacionais da América Latina: de 1930 aos nossos dias**. São Paulo: Saraiva, 2013.

CISNEROS, A.; ESCUDÉ, C. **Historia general de las relaciones exteriores de Argentina**. Buenos Aires: CARI-CEPE, 2000. Disponível em: <<http://www.argentina-rree.com/historia.htm>>.

MESA, C. D.; MESA, J. D.; GISBERT, T. **Historia de Bolivia**. 8. ed. La Paz: Gisbert y Cia, 2012.

MOREIRA, L. F. V.; QUINTEROS, M. C.; SILVA, A. L. R. **As relações internacionais da América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2010.

PADRÓN, F. M. **Historia de unas relaciones dificiles (EEUU-America Espanhola)**. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1987.

ROCHA, J. **Brasil em três tempos: 1500 a 2000: a história é essa?** São Paulo: FTD, 2000.

ZANATTA, L. **Historia de América Latina: de la colonia al Siglo XXI**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2012.

A CRISE DOS REFUGIADOS VENEZUELANOS SOB A ÓTICA DOS DIREITOS HUMANOS E DA SEGURANÇA INTERNACIONAL ¹

Aurélio Alyson Alves Resende²

Gustavo Olímpio Rocha Leão³

Resumo: Desde 2015 a Venezuela se encontra em grave crise econômica. Uma das principais consequências dessa crise é a geração de um grande número de refugiados e migrantes. O Brasil é um dos principais destinos para os refugiados e migrantes venezuelanos que deixam seu país em busca de melhores condições de vida. De acordo com a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR, 2018), 85 mil refugiados e migrantes entraram no Brasil, desde o início da crise no país vizinho. Este trabalho procura analisar a forma que os refugiados e migrantes venezuelanos são tratados quando chegam no Brasil. Para tanto, procura-se analisar se o tratamento brasileiro dado aos refugiados e migrantes venezuelanos corresponde a uma abordagem dos Direitos Humanos (DH) que respeita os direitos básicos de cada indivíduo, como garantia à liberdade, segurança e bem-estar (HUNT, 2007). Ou, se o tratamento dado a estes refugiados e migrantes está mais relacionado a uma abordagem da Segurança Internacional com foco somente na segurança e no pleno funcionamento dos Estados nacionais que, por muitas vezes, adota práticas que, no plano doméstico, ferem os DH como, por exemplo, perseguições e restrições às liberdades individuais. O argumento central desta pesquisa é que – apesar da existência dos Regimes Internacionais como a Carta das Nações Unidas (1948) e a Convenção de Genebra Relativa aos Refugiados (1949) que possuem grande influência no Sistema Internacional – o Brasil, na maioria das vezes, utiliza a lógica da Segurança Internacional para o tratamento dos refugiados venezuelanos. A metodologia empregada será a qualitativa com pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras-chave: Segurança Internacional, Direitos Humanos, Refugiados, Venezuela, Brasil.

INTRODUÇÃO

A crise venezuelana iniciou em 2015 e tem produzido um número cada vez maior de refugiados e migrantes. O Brasil aparece como um dos principais destinos dos refugiados e migrantes venezuelanos, de acordo com a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR, 2018), o número de refugiados e migrantes provenientes da Venezuela que chegaram ao Brasil é de 85 mil venezuelanos.

¹ Orientador: Prof. Dr. Adriano Pires de Almeida (PUC Goiás), professor do curso de Relações Internacionais da PUC Goiás e coordenador do Grupo de Estudos da América Latina da PUC Goiás.

² Aluno de graduação do curso de Relações Internacionais da PUC Goiás, Diretor Administrativo da Federação Nacional de Estudantes de Relações Internacionais (FENERI) e membro do Grupo de Estudos da América Latina da PUC Goiás.

³ Aluno de graduação do curso de Relações Internacionais da PUC Goiás, membro do Grupo de Estudos da América Latina da PUC Goiás e bolsista de Iniciação Científica da PUC Goiás.

A investigação atual possui como objetivo analisar a forma que o Estado brasileiro lida com o tema dos refugiados e migrantes venezuelanos. Procura-se analisar se o tratamento dado aos refugiados e migrantes venezuelanos corresponde a uma abordagem relacionada aos Direitos Humanos, respeitando os direitos individuais do ser humano ou se a abordagem está mais ligada aos pressupostos da Segurança Internacional, visando garantir, muitas vezes, somente o pleno funcionamento do Estado nacional que recebe os refugiados e migrantes.

A pesquisa atual extrapola diversas áreas do conhecimento, como: Direitos Humanos, Sociologia e Relações Internacionais. Acredita-se que para compreender o tema dos refugiados e migrantes venezuelanos, faz-se necessário um estudo multidisciplinar, visto que a questão estudada transita por diversas áreas do conhecimento, que contribuem com conceitos, conhecimentos e perspectivas significativas para o enriquecimento da atual reflexão.

A investigação atual possui como argumento central a seguinte ideia: apesar da existência dos Regimes Internacionais como o Estatuto dos Refugiados das Nações Unidas (1951) que possuem grande influência no Sistema Internacional – o Brasil, na maioria das vezes, utiliza a lógica da Segurança Internacional para o tratamento dos refugiados e migrantes venezuelanos. A metodologia empregada será a qualitativa com pesquisa bibliográfica e documental.

A CRISE VENEZUELANA

A Venezuela está passando por uma de suas piores crises da história. Para entender a real situação por qual passa o país, faremos uma analogia comparando-a com uma estrada de duas vias que vão para a mesma direção. Uma dessas vias é a economia e a outra é a política. Em um país onde as coisas estão indo bem, essas duas pistas também andam bem. Com um trânsito legal, tudo vai para frente. Mas na Venezuela, não é isso que está acontecendo. Com as duas vias completamente paradas, os venezuelanos não conseguem prosseguir a viagem. O motivo? Tudo tem relação com o Petróleo.

Segundo dados de 2016 do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), a Venezuela, apesar de possuir a maior reserva provada de petróleo do mundo, configura como o 12º maior produtor mundial. A economia do país, por muitos anos, foi dependente dessa commodity que serve como matéria prima para diversos produtos. Com isso, sempre dependeu da exportação do petróleo para importar produtos básicos para a população. Como o preço do barril teve uma grande queda no comércio internacional, começou a iniciar um déficit local gerando a atual crise, pois os recursos não chegam e as contas não param de crescer. Neste cenário não

sobra dinheiro para explorar sua maior riqueza. Tais informações podem ser verificadas nos gráficos 1 e 2 mais a frente.

Voltando a analogia anterior, se a via econômica estiver obstruída, espera-se que a via política esteja livre para fluir o trânsito. Mas não. Em uma América com países de um histórico democrático um pouco duvidoso, a “classe alta” sempre ganha mais direito à voz. No caso da Venezuela, há uma elite econômica, composta por grandes fazendeiros e indústrias, que governaram e mandaram no país por muito tempo. Porém, em 1998, Hugo Chaves vence as eleições e assume o poder num momento conturbado.

Chávez ingressa na política depois de um processo histórico iniciado com protestos populares conhecidos como “Caracazzo”⁴, em 1989, em que a população foi às ruas contra as medidas neoliberais do governo de Carlos Andrés Pérez, manifestações essas que severamente foram reprimidas pelas forças de segurança do Estado. Houve mais de 200 mortos e milhares de feridos, segundo dados oficiais.

Neste contexto, Hugo Chaves, indignado com essa situação, iniciou um movimento para derrubar o governo, que fracassou, mas o lançou no cenário da política nacional. Chávez ficou preso por dois anos e ao sair, em 1994, fundou o Movimento Quinta República, do qual viajou pelo país, defendendo a necessidade de reformar a Constituição e refundar a República.

Em 1999, chega ao poder vencendo sua primeira eleição presidencial ocorrida no ano anterior. Reelegeu-se em 2002, 2006 e 2012, defendendo o que se chamava de socialismo do século XXI, pautado em políticas de inclusão social e transferência de renda. Em 2013 veio a óbito e seu vice, Nicolas Maduro, assume o poder, sendo reeleito em maio deste ano em uma eleição muito controversa, contando com uma popularidade baixíssima.

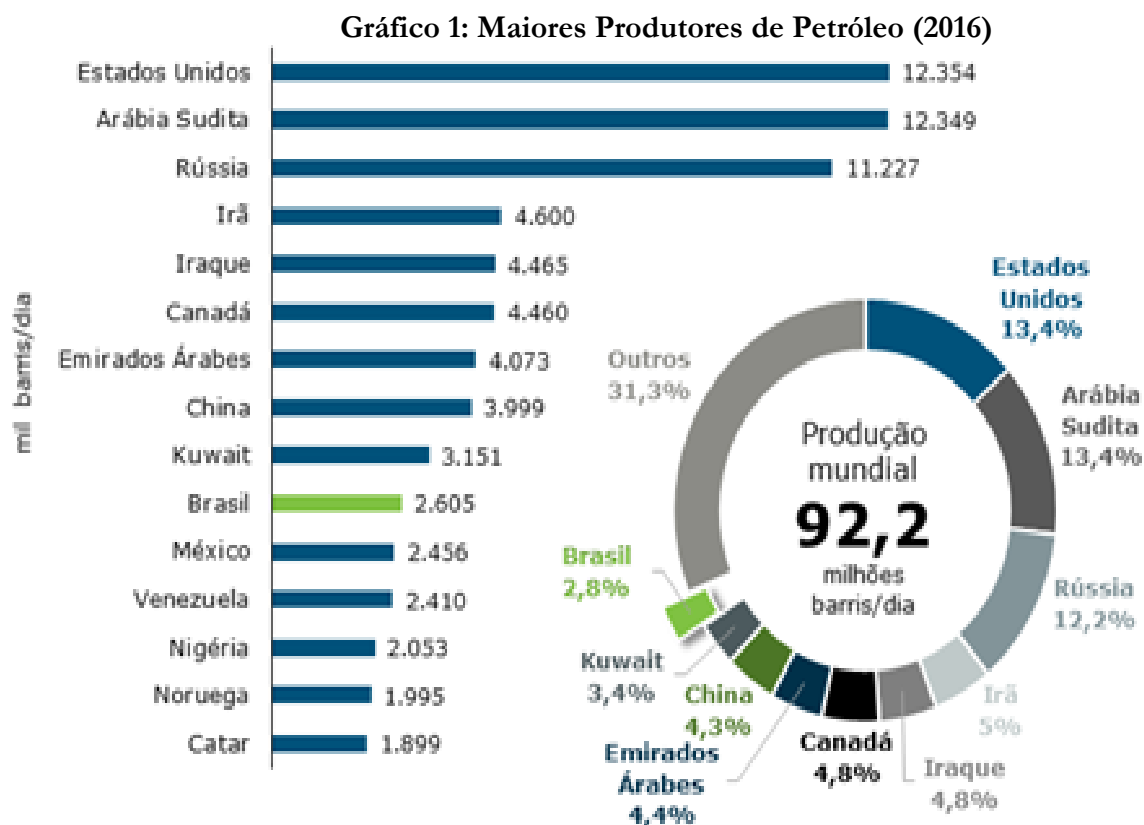
Jácome (2006), ao caracterizar o então momento político venezuelano, já o apresentava em um quadro de crescente debilidade política do Presidente Hugo Chávez e, ao mesmo tempo, a continuação dos processos de centralização e militarização (o que ameaça a democracia). Outra característica perene é o processo de bipolarização política. Para efeito analítico, os dois lados são homogêneos, trocam graves acusações como as de golpistas e de lacaios do imperialismo ditas pela situação, e de ditadura dita pela oposição. O fato é que, na Venezuela, continua o processo centralizador iniciado por Chávez e continuado por Maduro, seja pelo controle das principais instituições republicanas como a Corte Suprema de Justiça, e o esvaziamento da oposicionista Assembleia Nacional.

⁴ Segundo Miola (2006), “A revolta do povo venezuelano de fevereiro de 1989 – batizada como el caracazzo – foi um acontecimento de certo modo inaugural das resistências populares e nacionais à globalização capitalista que exerceu papel hegemônico nas três décadas finais do século passado”.

Como dito, busca-se a construção do socialismo, ou de um modelo político onde o papel desempenhado pelos militares é fundamental, como afirma Jácome (2006, p. 64):

Después del referéndum revocatorio se abre una nueva etapa en la cual se radicaliza el discurso. Los militares pasan a desempeñar un papel mucho más importante en el desarrollo y defensa del proyecto político revolucionario que, a partir de 2005, se define como el “socialismo del siglo XXI”, sustentado en un modelo de desarrollo endógeno.

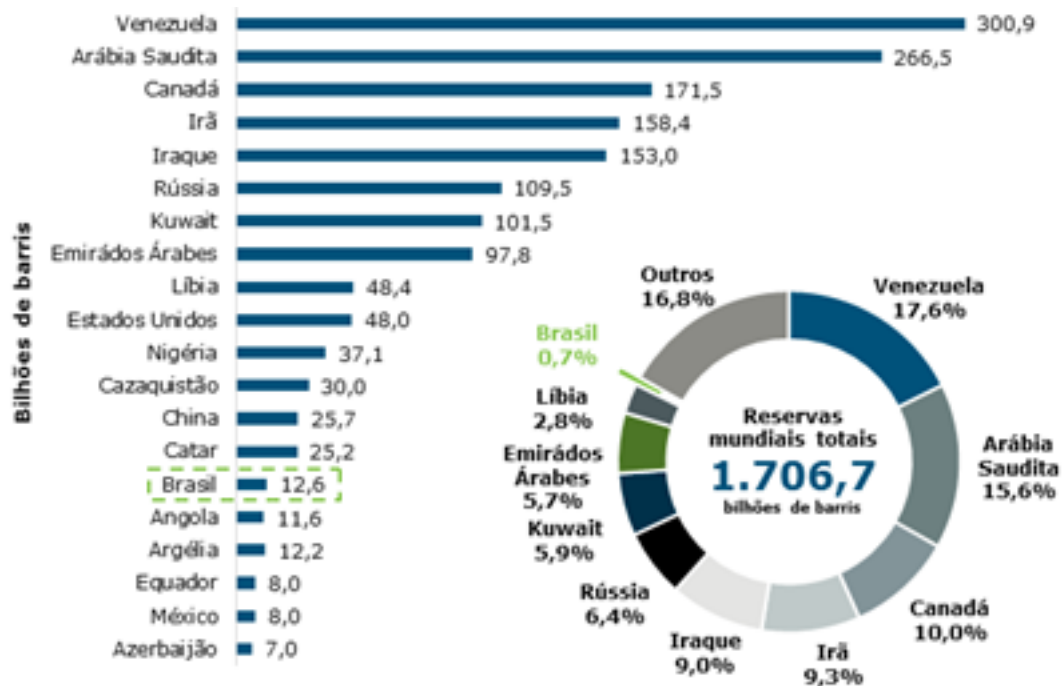
Vinte anos após o ex-presidente Hugo Chaves vencer as primeiras eleições, em 1998, o país passa por novos desafios e o principal deles é “construir” uma Venezuela pós-petroléira, superando a dependência do petróleo, construída historicamente desde o século passado e que seja produtora da maioria dos produtos que se consome no país. Um dos maiores desafios é superar o bloqueio internacional e o isolamento político promovido pelos Estados Unidos da América (EUA) do qual agrava a situação econômica causando a saída de milhares de venezuelanos em busca de uma vida melhor ou saindo de perseguição política. O Gráfico 1, a seguir, retrata os maiores produtores de petróleo do mundo em 2016.



Fonte: IBP (2018).

O Gráfico 2, a seguir, retrata as maiores reservas de petróleo do mundo em 2016.

Gráfico 2: Maiores Reservas Provasdas de Petróleo (2016)



Fonte: IBP (2018).

Como pode-se observar, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP, 2018), a Venezuela possui a maior reserva de petróleo, porém está em 12º entre os produtores mundiais. Fato esse resultante da grave crise do qual o país está passando, impedindo a extração da principal riqueza e gerando a saída de parte dos venezuelanos em busca de uma vida melhor, em especial nos países vizinhos.

DIFERENCIAÇÃO CONCEITUAL

Para um melhor entendimento da problemática dos refugiados e migrantes venezuelanos, faz-se necessária uma diferenciação de alguns conceitos que envolvem a problemática. O primeiro conceito é o de refugiados. De acordo com o ACNUR (2016), refugiados são pessoas que saíram de seus países devido a perseguições políticas, conflitos, violência ou outras circunstâncias que atrapalham o pleno funcionamento de seus Estados. Devido aos problemas internos de seus Estados de origem, os refugiados necessitam da proteção de outros países, sendo que essa proteção recebe o nome de refúgio.

O segundo conceito que torna-se importante definir é o conceito de asilo político. Segundo o ACNUR (2011), o asilo político se refere a um conjunto de normas que protegem o estrangeiro perseguido por motivos políticos, motivos que dificultam o retorno do estrangeiro ao seu país de origem. Existem diversas semelhanças entre os conceitos de asilo político e refúgio.

Primeiramente, ambos os conceitos se referem ao estrangeiro que não pode voltar ao seu local de origem por motivo de ódio. Em segundo lugar, ambas as diferenciações são regulamentadas internacionalmente e nacionalmente. A terceira semelhança é que ambos os conceitos, se aplicados de forma correta, impedem a extradição pelos fatos que geraram a concessão. Em quarto lugar, os dois conceitos podem ser sujeitos à revisão da justiça interna. A última semelhança é que ambos os termos são sujeitos à vigilância internacional dos direitos humanos.

Como foi mostrado anteriormente, ambos os termos possuem semelhanças. Porém, ambos também possuem diferenças. A primeira diferença é que, enquanto o refúgio é regularizado por tratados universais, o asilo é regimentado pelo costume internacional e por tratados pertencentes à América Latina. Outra diferença é que o asilo se refere às pessoas que sofrem perseguição política, já o refúgio está ligado à diversas formas de perseguição, não só a perseguição política. A terceira diferença está relacionada ao fato de que o refúgio pode ser dado quando existe um fundado temor de perseguição, por outro lado, o asilo estabelece que deve haver a “situação de urgência”, ou seja, a perseguição deve ser atual. A quarta diferenciação diz que mesmo que não haja perseguição, a existência de uma grave violação aos Direitos Humanos no país de origem já configura a possibilidade de oferecer refúgio ao indivíduo que o solicitou, sendo que o asilo não prevê essa situação. Em quinto lugar, o refúgio é supervisionado por uma organização internacional, que é o ACNUR, já o asilo não possui essa característica. A sexta diferença se refere ao fato de que na condição de refugiado, quem solicitou refúgio possui direito público subjetivo para adentrar no território nacional, o que não existe no caso do asilo. Por último, conceder refúgio possui natureza declaratória, já a decisão de conceder asilo é constitutiva, em outras palavras, não existe o direito a obter asilo, já no caso de refúgio, o indivíduo que cumprir os requisitos, possui o direito ao refúgio.

O terceiro conceito cuja definição é relevante ao atual estudo é o conceito de migração. Segundo a Organização das Nações Unidas (2016), não existe uma definição geral para o termo “migrante”. Sendo que alguns formuladores de política, organizações internacionais e meios de comunicação, utilizam o termo “migrante” de forma generalizada para definir migrantes e refugiados. Já a “migração”, geralmente é entendida como um processo voluntário de saída do país de origem, diferentemente do caso dos refugiados, que não possuem segurança para voltar a seus países de origem, recebendo a proteção de leis específicas do direito internacional. Entende-se que tratar os termos refugiados e migrantes como se tivessem o mesmo significado tira a atenção da proteção legal que os refugiados precisam. A Tabela 1, a seguir, apresenta os pontos de contato e os pontos de afastamento entre os três termos abordados anteriormente: migrações, refúgio e asilo.

Tabela 1: Pontos de contato e afastamento entre os conceitos de refúgio, asilo e migrante

Conceitos	Pontos de Contato	Pontos de Afastamento
Refugio	<ul style="list-style-type: none"> • Tratam do acolhimento do estrangeiro. • Amparados em normas internacionais e nacionais, para a proteção de direitos essenciais do indivíduo. • Impedem a extradição. • Podem ser sujeitos à revisão judicial interna. • Vigilância internacional dos Direitos Humanos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Não podem voltar para seus Estados de origem com segurança. • Tratados universais. • Destina-se a vários tipos de perseguição. • Fundado temor de perseguição. • Pode ser concedido sem qualquer tipo de perseguição, bastando que exista um caso grave de violação dos Direitos Humanos. • Atuação do ACNUR. • Lei que estabelece o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) como órgão de julgamento. • O solicitante de refúgio possui direito público subjetivo de ingresso no território nacional. • Concessão de refúgio com natureza declaratória.
Asilo	<ul style="list-style-type: none"> • Tratam do acolhimento do estrangeiro. • Amparados em normas internacionais e nacionais, para a proteção de direitos essenciais do indivíduo. • Impedem a extradição. • Podem ser sujeitos à revisão judicial interna. • Vigilância internacional dos Direitos Humanos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Costume internacional. • Acolher o perseguido político. • “Situação de urgência”. • Não possui uma organização internacional que trate desse assunto. • Lei que estabelece a Lei dos Estrangeiros. • Concessão de asilo possui natureza constitutiva.
Migrações	<ul style="list-style-type: none"> • Indivíduos saindo de seu país de origem. 	<ul style="list-style-type: none"> • Não existe definição em nível internacional. • Processo voluntário.

Fontes: ACNUR (2011 e 2016) e ONU (2016).

Dessa forma, como mostrado na tabela anterior, pode-se perceber que existem diferenças e semelhanças entre os três conceitos abordados. Entende-se que é de extrema relevância o uso adequado dos conceitos, pois cada conceito tem suas peculiaridades e seu uso inadequado pode gerar problemas às pessoas que saem de seus Estados em busca de melhores condições de vida, seja de forma voluntária ou devido a perseguições de diversas naturezas.

ABORDAGENS DE DIREITOS HUMANOS E SEGURANÇA INTERNACIONAL

O objetivo central do presente trabalho é analisar a forma que os refugiados e migrantes venezuelanos são tratados no Brasil. Objetiva-se refletir se a lógica de acolhimento dos refugiados e migrantes é pautada nos Direitos Humanos ou se a dinâmica de acolhimento é concentrada na Segurança Internacional. Os Direitos Humanos procuram garantir os direitos básicos de cada indivíduo, garantindo-lhes segurança, educação, bem-estar, saúde, entre outras condições referentes à dignidade humana. Já a Segurança Internacional mantém o foco na segurança dos Estados Nacionais, adotando políticas que muitas vezes são contra os Direitos Humanos, como perseguições, prisões, expulsões e discriminações de diversas formas.

Durante a investigação, utilizaram-se ideias de alguns autores de diversas áreas do conhecimento, como: Silva (2017), Oliveira (2017) e Hunt (2009). De acordo com Hunt (2009), os Direitos Humanos possuem três características centrais: “devem ser naturais (inerentes nos seres humanos), iguais (os mesmos para todo mundo) e universais (aplicáveis por toda parte)” (HUNT, 2009, p. 19). Segundo a autora, para que os direitos sejam Direitos Humanos, todos os seres humanos de qualquer parte do mundo devem possuir os mesmos direitos, por causa de sua condição de ser humano.

Todavia, Hunt (2009, p. 19) destaca que “nem o caráter natural, a igualdade e a universalidade são suficientes. Os Direitos Humanos só se tornam significativos quando ganham conteúdo político. Não são os direitos humanos num estado de natureza: são os direitos humanos em sociedade”. Dessa forma, acredita-se que os Direitos Humanos devem ser aplicados a todos os indivíduos, independentemente do local onde moram ou onde nasceram e independente de fatores como: classe social, gênero, etnia, entre outros fatores. Os direitos devem ser para todos e acredita-se que tanto os Estados, quanto a humanidade, devem lutar para garantir o respeito aos direitos do ser humano.

Segundo Silva (2017, p. 164), a proteção aos refugiados iniciou em 1951 com a criação do Estatuto dos Refugiados das Nações Unidas, porém, esse estatuto tinha uma falha, pois não obrigava os países a receberem refugiados que não fossem europeus. Com o passar dos anos, foram criadas novas leis internacionais para proteger os refugiados. Dessa forma, a partir da regulação internacional, os refugiados passaram a se diferenciar dos migrantes voluntários.

No século XXI, as discussões a respeito dos refugiados tratam sobre desrespeito e vulnerabilidade. O Estatuto dos Refugiados encontra uma posição de destaque, pois ao contrário da lógica de restrições que é muito presente no Sistema Internacional, o Estatuto procura proteger e garantir os direitos dos refugiados, seguindo a lógica dos Direitos Humanos, garantindo aos

refugiados, elementos como: saúde, bem-estar, liberdades civis e segurança. Assim sendo, Silva (2017, p. 164) afirma que “O Estatuto tornou-se, também, um elemento norteador e de esperança, desde a massificação da irregularidade da migração imposta por diferentes países, sofrendo tentativas de restrições e revisões quanto à sua legitimidade”. A autora acredita que faz-se necessária a criação de instrumentos jurídicos, que garantam direitos eficazes a todas as pessoas que realizam a migração, sejam migrantes ou refugiados.

Em 2015, segundo Oliveira (2017), existiam cerca de 244 milhões de migrantes internacionais no mundo, sendo que 19,6 milhões era o número de refugiados, representando 8% do número de migrantes, de acordo com informações da ONU. A distribuição dos refugiados era desigual, pois 1,5 milhões de refugiados residiam na Europa, sendo que a maioria dos refugiados globais moravam em países em desenvolvimento, segundo dados da ONU (2016). De acordo com o ACNUR, somando as deslocamentos internos e as internacionais, o número atingia 65, 3 milhões de pessoas.

Segundo Oliveira, Peixoto e Góis (2017, p. 93), houve um avanço na proteção aos refugiados com o Estatuto dos Refugiados de 1951, entretanto, deve-se haver um fortalecimento das regras nacionais e internacionais, para um melhor acolhimento dos refugiados. Além disso, os autores acreditam que a grande desigualdade econômica tem intensificado os fluxos de refugiados. Outro fator salientado pelos autores são as tentativas ineficientes de integração no que se refere ao tema dos refugiados. Acredita-se que os diferentes Estados devem adotar políticas que integrem seus países e facilitem o recebimento de refugiados.

Por outro lado, a lógica da Segurança Internacional possui como foco o pleno funcionamento dos Estados nacionais. Essa dinâmica pode sim respeitar os direitos básicos dos refugiados e migrantes, entretanto, percebe-se que muitas vezes, a lógica da Segurança Internacional vai em direção contrária às garantias dos refugiados e migrantes. Segundo Huysmans (2000), muitos autores tratam a migração na Europa como temas de segurança, ou seja, segundo esse autor, os governos acreditam que a migração e o refúgio, muitas vezes, representam ameaças à segurança dos Estados nacionais.

De acordo com Huysmans (2000), o temor aos refugiados e migrantes na Europa pode ser explicado por diversos motivos. Existe o receio econômico, ou seja, as nações acreditam que os refugiados e migrantes representam problemas às economias locais. Essa preocupação ocorre bastante em Estados que enfrentam crises econômicas. Os Estados enxergam os refugiados e migrantes como ameaças, pois os mesmos podem roubar trabalhos das populações locais. Além do mais, existe a preocupação relacionada à prestação de serviços. Países em desenvolvimento têm

essa preocupação, devido ao fato de não terem bons serviços para prestar a sua população. Eles acreditam que os refugiados e migrantes vão interferir negativamente na estrutura social.

Huysmans (2000) também acredita que existe um grande temor cultural, acreditando que os refugiados e migrantes possam trazer elementos de suas culturas para os locais de destino. Por exemplo, ao longo do século XX, houve uma grande preocupação por parte de alguns Estados europeus em relação à chegada de refugiados judeus, pois essas nações acreditavam que os judeus poderiam influenciar de forma negativa as suas culturas, trazendo novos hábitos culturais e religiosos. Atualmente, no século XXI, existe muita preocupação por parte de alguns Estados europeus em relação à chegada de refugiados e migrantes provenientes da porção oriental do globo. Segundo essas nações, esses refugiados e migrantes poderiam interferir negativamente nas culturas locais.

Segundo Didier Bigo (2001), a Segurança Internacional é, muitas vezes, um ato de discurso: “A racionalidade de diagrama mostra que a securitização não afeta a sobrevivência, e sim a intolerância com relação às diferenças; que mudanças sociais e históricas são percebidas como ameaça” (BIGO, 2001, p. 100). Dessa forma, muitos Estados utilizam discursos discriminatórios para se referir aos refugiados e migrantes. Esses discursos ocorrem devido ao medo dos refugiados e migrantes influenciarem as sociedades que os estão recebendo, dessa forma, os Estados, muitas vezes, utilizam o discurso da segurança para afastar os refugiados e migrantes.

Segundo Adamson (2006), muitos Estados também possuem o terrorismo como grande preocupação. Dessa forma, muitos Estados utilizam o discurso da ameaça terrorista para dificultar que refugiados e migrantes, especialmente provenientes do Oriente Médio, venham para seus Estados.

VENEZUELANOS NO BRASIL

A partir de 2015, após a derrota eleitoral de Nicolás Maduro, grande parte dos venezuelanos iniciou um processo de migração para alguns países da América Latina. Diante da problemática dos refugiados e migrantes venezuelanos, em fevereiro de 2017 o Conselho Nacional de Imigração modificou a lei Resolução Normativa N° 126, regularizando a migração venezuelana ao Brasil. Na fronteira de Brasil e Venezuela, a cidade de Pacaraima, tem recebido grande parte dos refugiados e migrantes venezuelanos.

A problemática dos refugiados e migrantes venezuelanos é tão grave que se compara à problemática das migrações ao Mediterrâneo. A chegada dos refugiados e migrantes venezuelanos interfere na estrutura de Pacaraima, pois o município não possui uma grande capacidade para

atender as demandas de sua população, dessa forma, ao receber novos moradores, a cidade evidencia a formação de conflitos relacionados à disputa de empregos, utilização dos sistemas públicos de educação e saúde.

De acordo com a FGV DAPP (2018), em julho de 2017, o número de venezuelanos registrados no Brasil era de 5 mil, número bem superior aos anos anteriores: 209 venezuelanos em 2014, 829 em 2015 e 3.375 em 2016, os números mostram que a migração de venezuelanos ao Brasil é um fenômeno que só tem aumentado. De acordo com o ACNUR (2018), o número de solicitações de asilo também aumentou consideravelmente no período de 2014 a 2017, atingindo o número de 22 mil solicitações de refúgio no último ano. Segundo o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), o ano de 2017 representou um crescimento expressivo no número de solicitações de asilo, número que representa a intensificação da crise venezuelana, marcada pela piora da qualidade de vida da população e pelo aumento da inflação. Além do mais, no ano de 2017, a cidade de Boa Vista possuía 40 mil venezuelanos, representando em oito vezes o coletivo dessa nacionalidade registrado no Brasil em 2017. Esses números representam a grande importância da temática para o Brasil, demandando ações que colaborem para a integração dos refugiados e migrantes à sociedade brasileira. A Tabela 2, a seguir, apresenta dados relativos à quantidade de venezuelanos que migraram para diversas partes do globo, especialmente à América Latina.

Tabela 2: Quantidade de venezuelanos que migraram para algumas regiões do globo

	2005	2010	2015	2017/ 2018
Mundo	437.280	556.641	695.551	2.328.949
América Central + México	12.437	21.260	33.065	118.266
Caribe	24.367	19.629	21.074	42.950
América do Sul	54.616	62.240	86.964	1.529.021

Fonte: Adaptado de OIM - ONU MIGRACIÓN (2018, p. 1).

A tabela acima apresentou alguns dados relevantes em relação ao fluxo de refugiados e migrantes venezuelanos que partiram da Venezuela. Pode-se efetuar duas análises em relação à tabela: uma análise geográfica e uma análise temporal. A primeira análise, ou seja, a geográfica, permite identificar que, a América do Sul é o principal destino dos refugiados e migrantes venezuelanos, representando mais de 50 % do total das migrações venezuelanas. Em relação ao tempo, pode-se perceber que entre 2005 e 2015, houve pouca variação da quantidade de migrantes venezuelanos. Entretanto, a partir de 2017, com o agravamento da crise venezuelana,

pode- se entender que o quantitativo de refugiados e migrantes venezuelanos com destino global, aumentou mais de três vezes, passando de quase 700 mil venezuelanos, para pouco mais de 2, 3 milhões.

Grande parte dos venezuelanos passa grandes dificuldades em Roraima. Segundo a Revista Carta Capital (2018), alguns moradores da cidade de Pacaraima expulsaram mais de mil venezuelanos, no dia 19 de agosto, para fora do Brasil, devido a um furto realizado por alguns venezuelanos e a divulgação de informações falsas pela internet. Muitos refugiados e migrantes se encontravam em situações precárias, vivendo em barracas na cidade, mesmo assim, alguns moradores da cidade os agrediram.

Existem também dificuldades com questões trabalhistas. A revista Carta Capital (2018) publicou uma reportagem sobre um rapaz venezuelano chamado Juan Garcia. O jovem, de 35 anos, depois de passar alguns meses morando nas ruas da cidade de Pacaraima, conseguiu encontrar um emprego na cidade, além de finalmente conseguir uma habitação e a possibilidade de fazer duas ou mais refeições por dia. Porém, tanto as condições de trabalho, quanto as condições de moradia oferecidas para Juan Garcia foram péssimas: o venezuelano recebe trezentos reais mensais, entretanto, ele não se diz decepcionado, pois há alguns meses atrás, sua vida no Brasil era muito pior e agora, pelo menos, ele tem um local para dormir, além de se alimentar diariamente e poder mandar dinheiro aos familiares. Também vale ressaltar que por mais que a vida do venezuelano esteja precária, existem muitos venezuelanos, em Roraima, que enfrentam situações mais complicadas.

Segundo a Carta Capital (2018), muitos venezuelanos se sentem extremamente felizes ao deixar o estado de Roraima. De acordo a reportagem de agosto de 2018, os venezuelanos, em grande parte, afirmam que o estado de Roraima está colapsado, pois não consegue atender as demandas de seus locais, nem as demandas dos novos moradores. Dessa forma, ao sair de Roraima, rumo a outros estados brasileiros muitos venezuelanos se sentem esperançosos. A reportagem contou a história de Bianca, que ficou em Roraima por um mês e apresentou grandes dificuldades, como a falta de trabalho, de perspectivas e de água. De acordo com a reportagem, 70% dos venezuelanos que estão em Roraima desejam ir para outros estados, entretanto, a organização afirma que esse número já foi maior, cerca de 90%.

Segundo o periódico EL País (2018), Roraima é o estado brasileiro que mais recebe refugiados venezuelanos, de acordo com a prefeitura de Boa Vista, utilizando dados apurados em fevereiro de 2018, cerca de 40 mil venezuelanos entraram no estado de Boa Vista, número que representa 10% dos habitantes da cidade. Os resultados são negativos para a cidade, pois os abrigos ficam sobrecarregados e milhares de refugiados vivem nas ruas. O fluxo funciona da seguinte

forma; grande parte dos venezuelanos chega pelo pequeno município de Pacaraima e depois vão para Boa Vista.

O governo brasileiro, em 2018, assinou um decreto reconhecendo a “situação de vulnerabilidade” em Roraima. O decreto possui como objetivos promover a distribuição dos refugiados e imigrantes venezuelanos pelo território brasileiro. Esse decreto possui grande relevância, pois faz-se necessária a criação de políticas que auxiliem os venezuelanos a se inserirem na sociedade brasileira. De acordo com o jornal El País (2018), os venezuelanos possuem muitas dificuldades para se integrar nas sociedades brasileiras, essas dificuldades são ocasionadas por diversos fatores como: dificuldades para se integrar no mercado de trabalho, diferenças culturais e problemas de infraestrutura das cidades que recebem os novos moradores.

Foi publicada, no dia 21 de junho de 2018, a Lei Número 13. 684. A Câmara dos Deputados de Brasília afirma: “a Lei 13. 684/ 18 define ações de assistência emergencial para migrantes e imigrantes em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise migratória”. A criação da nova lei foi motivada pelo grande número de venezuelanos que se refugiam e migram no Brasil. Sendo assim, a nova lei determina que o apoio aos refugiados e imigrantes deva ser baseado no orçamento de cada estado brasileiro. Os objetivos principais da nova lei são garantir os direitos básicos aos refugiados: saúde, proteção social, educação de qualidade, respeito aos Direitos Humanos, entre outras garantias. Outro ponto relevante da nova lei é a priorização da mobilidade e distribuição de refugiados e migrantes pelos diferentes estados brasileiros, desde que os refugiados e migrantes manifestam interesse. A partir da criação da seguinte lei, centenas de refugiados e migrantes venezuelanos foram enviados a diversos estados brasileiros, como Rio Grande do Sul, Amazonas e São Paulo.

Entende-se que iniciativas de remanejamento de refugiados e migrantes são úteis tanto ao Brasil, quanto aos refugiados venezuelanos. Em primeiro lugar, o estado de Roraima possui dificuldades para garantir os direitos básicos de sua população, dessa forma, enviar os refugiados e migrantes a outros estados faz com que Roraima sinta-se menos pressionada pelos refugiados e migrantes. Em segundo lugar, os venezuelanos também são beneficiados ao partirem para outros estados, pois os refugiados e migrantes podem ir para estados que possuem mais capacidade de garantir os direitos básicos de sua população. Entretanto, percebe-se que somente o reenvio de refugiados e migrantes a outros Estados não é suficiente. Faz-se necessária à criação de políticas que realmente sejam efetivas e que garantam à integração e inclusão dos refugiados e migrantes as sociedades de destino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, ao longo da atual reflexão, pode-se perceber que o Brasil se esforça para tentar garantir os direitos dos refugiados e migrantes venezuelanos e preservar os seus direitos básicos, como segurança, educação e saúde. Entretanto, notou-se que o Brasil não conseguiu garantir plenas condições de vida aos refugiados e migrantes provenientes da Venezuela, haja visto que o Estado brasileiro possui dificuldades para garantir plenas condições de vida à sua população, tendo ainda mais problemas para assegurar os direitos dos refugiados.

Identificou-se, no decorrer do estudo, que o Brasil deve criar políticas que colaborem para a inserção dos refugiados e migrantes venezuelanos na sociedade brasileira, dando-lhes plenas condições do exercício da cidadania. Acredita-se que a política brasileira de distribuir refugiados e migrantes venezuelanos ao território brasileiro é de extrema importância, tanto para os refugiados venezuelanos, tanto para o estado de Roraima, devido ao fato dos venezuelanos enfrentarem grandes dificuldades para se integrar na sociedade roraimense e também pela razão de que o estado de Roraima não possui plenas capacidades de garantir os direitos de sua população local.

Ao fim da investigação, chegou-se à conclusão de que a problemática dos refugiados e migrantes venezuelanos não deve ser uma preocupação somente de Brasil e Venezuela. Percebeu-se a questão é um grande desafio à toda a América Latina, especialmente no que se refere à integração latino-americana. Acredita-se que os Estados devem se unir e criar políticas de cooperação para resolver a questão dos refugiados venezuelanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACNUR. **Número de Refugiados e Migrantes Venezuelanos chega a 3 milhões.** Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2018/11/09/numero-de-refugiados-e-migrantes-venezuelanos-chega-a-3-milhoes/>. Acesso em: 20 de novembro de 2018.
- ACNUR. **Mais 122 venezuelanos são transferidos nesta quinta-feira para São Paulo e Rio Grande do Sul.** Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/2018/09/14/acnur-oim-e-outras-agencias-da-onu-continuam-a-apoiar-o-governo-brasileiro-na-interiorizacao-de-venezuelanos/>. Acesso em 20 de outubro de 2018.
- ACNUR. **“Refugiados” e “Migrantes” Perguntas Frequentes.** Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2016/03/22/refugiados-e-migrantes-perguntas-frequentes/>. Acesso em: 20 de novembro de 2018.
- ACNUR. **60 Anos de ACNUR: Perspectivas de Futuro.** 1ª Edição. São Paulo: Editora CL- A Cultural, 2011.
- BRANCANTE, P. REIS, R. **A securitização da imigração: um mapa do debate sobre e algumas considerações críticas.** Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, nº 77, 2009.

BRASIL DE FATO. **Hugo Chávez: o homem que mudou a história da Venezuela.** Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/03/05/hugo-chavez/>. Acesso em 20 de outubro de 2018.

BRASIL. **Governo inicia programa de interiorização dos imigrantes venezuelanos.** Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/cidadania-e-inclusao/2018/04/governo-inicia-programa-de-interiorizacao-dos-imigrantes-venezuelanos>. Acesso em 22 de outubro de 2018.

DAPP-FGV. **Desafio Migratório em Roraima: Repensando a Política e Gestão da Migração no Brasil.** Disponível em: <http://dapp.fgv.br/wp-content/uploads/2018/03/Desafio-migrato%CC%81rio-Roraima-policy-paper.pdf>. Acesso em 21 de outubro de 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Publicada lei de assistência a venezuelanos e outros imigrantes no Brasil. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/RELACOES-EXTERIORES/559540-PUBLICADA-LEI-DE-ASSISTENCIA-A-VENEZUELANOS-E-OUTROS-IMIGRANTES-NO-BRASIL.html>. Acesso em 19 de outubro de 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Mil venezuelanos serão distribuídos pelo Brasil após crise na fronteira.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/08/mil-venezuelanos-serao-distribuidos-pelo-brasil-apos-crise-na-fronteira.shtml>. Acesso em 20 de outubro de 2018.

IBP. **Maiores produtores mundiais de petróleo em 2016.** Disponível em: <https://www.ibp.org.br/observatorio-do-setor/maiores-produtores-de-petroleo-e-ign-em-2016/>. Acesso em 18 de outubro de 2018.

IBP. **Maiores reservas de petróleo em 2016.** Disponível em: <https://www.ibp.org.br/observatorio-do-setor/maiores-reservas-provadas-de-petroleo/> Acesso em 18 de outubro de 2018.

JÁCOME, Francine. **Venezuela frente al contexto andino y hemisférico ¿Cambios en la doctrina de seguridad? (1999-2005).** Caracas: ILDIS, 2006.

MIOLA, Jeferson. **Do “el caracazzo” ao 6º Fórum Social.** Disponível em: <http://www.voltairenet.org/article134499.html>. Acesso em 23 de novembro de 2018.

OIM - ONU MIGRACIÓN (2018). **Tendencias Migratorias em las Américas.** Disponível em: http://robuenosaires.iom.int/sites/default/files/Informes/Tendencias_Migratorias_Nacionales_en_Americas_Venezuela_ES_Julio_2018_web.pdf. Acesso em 24 de novembro de 2018.

OLIVEIRA, C. PEIXOTO, J. GÓIS, P. A nova crise dos refugiados na Europa: o modelo de repulsão-atração revisitado e os desafios para as políticas migratórias. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Belo Horizonte, nº 1, 2017.

ONU BRASIL (2016). **Qual a diferença entre ‘refugiados’ e ‘migrantes’?** Disponível em: <https://nacoesunidas.org/qual-a-diferenca-entre-refugiados-migrantes/>. Acesso em 24 de novembro de 2018.

PEREIRA, Gisele. **Xenofobia: os homo sem sapiens.** Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/xenofobia-os-homo-sem-sapiens>. Acesso em 20 de outubro de 2018.

PERON, Isadora. **Brasil apoia ajuda a refugiados venezuelanos.** Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-aprova-ajuda-a-refugiados-venezuelanos,70002348128>. Acesso em 20 de outubro de 2018.

ROSSI, Marina. **A Venezuela separou a nossa família:** a história das famílias de venezuelanos que chegaram a Pernambuco para tentar vida nova como parte do programa que tenta aliviar a crise dos refugiados concentrados em Roraima. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/05/politica/1530817102_751717.html. Acesso em 20 de outubro de 2018.

SILVA, D. O fenômeno dos refugiados no mundo e o atual cenário complexo das migrações forçadas. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Belo Horizonte, n° 1, 2017.

WELLE, Deutsche. **A exploração dos trabalhadores venezuelanos em Roraima.** Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-exploracao-dos-trabalhadores-venezuelanos-em-roraima>. Acesso em: 19 de outubro de 2018.

WELLE, Deutsche. **Venezuelanos sonham em deixar Roraima: ‘Virou um inferno’.** Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/venezuelanos-sonham-em-deixar-roraima-virou-um-inferno>. Acesso em 21 de outubro de 2018.

BRASIL, MÉXICO, COLÔMBIA E O COMBATE AO NARCOTRÁFICO NO PERÍODO DE 2005 A 2017¹

Julia Corina²

Michelly Luz³

Resumo: No combate ao narcotráfico a fragilidade e porosidade das fronteiras geram grandes discussões sobre qual seria a forma mais eficiente a ser empregada no combate ao tráfico de substâncias psicoativas entre os governos do Brasil, do México e da Colômbia. O tema do narcotráfico representa uma das grandes preocupações em termos de estabilidade e segurança interna na América Latina, principalmente para estes três países. Logo, este trabalho pretende investigar se é possível apontar quais foram os efeitos causados pelo narcotráfico na política externa como também sua influência na definição das políticas domésticas de segurança no período de 2005 a 2017. Para tanto, será realizado um estudo qualitativo das políticas de segurança dos três países por meio de uma revisão de literatura de caráter documental.

Palavras-chave: Narcotráfico, Segurança Internacional, Cooperação, América Latina.

INTRODUÇÃO

Dando início ao contexto do narcotráfico, voltamos até 1839, ano em que deu início a guerra entre China e Grã-Bretanha na chamada Primeira Guerra do Ópio. Já a Segunda Guerra do Ópio, em 1850, teve a participação da França. O conflito teve início quando a China, a fim de proteção interna, resolveu estreitar mais ainda as relações com os ingleses, que dependiam fortemente do Porto de Cantão para comercializar com outros países. Ao sofrer medidas protecionistas por parte da China, a Grã-Bretanha viu como alternativa a venda de ópio para a população chinesa. Isso acarretou no vício e dependência desse produto pelos chineses, se tornando uma epidemia.

Assim, em 1839, em forma de protesto, a China confiscou e destruiu toneladas de ópio inglês. Essa ação, considerada uma afronta à soberania britânica e também aos seus interesses comerciais, fez com que os ingleses enviassem tropas armadas até Cantão. Dessa forma, deu-se início à Primeira Guerra do Ópio, com a China sendo derrotada pela Grã-Bretanha.

Já a Segunda Guerra do Ópio, se iniciou como uma resposta ao ataque inglês e suas medidas impostas à China. A França entrou com apoio militar aos ingleses, devido ao assassinato

¹ Orientador: Prof. Dr. Adriano Pires de Almeida – Professor do curso de Relações Internacionais e coordenador do Grupo de Estudos da América Latina da PUC Goiás.

² Aluna de graduação do curso de Relações Internacionais da PUC Goiás e membro do Grupo de Estudos da América Latina da PUC Goiás.

³ Aluna de graduação do curso de Relações Internacionais da PUC Goiás e membro do Grupo de Estudos da América Latina da PUC Goiás.

de um missionário francês em 1850 pelos chineses. Pela segunda vez, a China saiu derrotada, sendo forçada a assinar o Tratado de Tianjin, que impunha medidas à China, tais como abertura de portos para o comércio internacional e pagamento de indenizações.

A partir da Conferência de Haia ou Convenção Internacional do Ópio, de 1912, assinada pela Alemanha, China, Estados Unidos da América (EUA), França, Itália, Japão, Países Baixos, Pérsia, Portugal, Reino Unido, Rússia e Tailândia, o controle às drogas ganhou atenção internacional, passando a ser regulamentadas, inicialmente pelas Liga das Nações e posteriormente pela ONU. A Conferência de Haia foi o primeiro tratado internacional com esse fim, sendo os EUA o membro idealizador, visando abrir discussões sobre a questão das drogas e sua produção em âmbito interno dos países.

Na Conferência de Haia os países acordaram que a questão das drogas era sim um problema, mas que a restrição à exportação traria perdas para todas as economias, uma vez que o comércio de drogas alimentava e ainda alimenta uma indústria multinacional, que também contribui consideravelmente para o crescimento da economia. Dessa forma, como esse campo se tornou efetivamente um problema, ficou estabelecida a proibição à produção e exportação das drogas, mas ao mesmo tempo, ficou aberta aos governos a interpretação sobre essas proibições no âmbito doméstico.

Vemos a partir disso que o tráfico de drogas já existia, mas não sob a terminologia de narcotráfico, termo que passou a ser adotada no contexto do pós-Guerra Fria. Antes disso, não se tinha uma visão do problema das drogas nas proporções que se tem atualmente e é notório o grande impacto que hoje se tem a questão das drogas, principalmente no cenário internacional. Nessa temática, a América Latina desempenha um papel de protagonismo, pois tem os principais polos produtores e fornecedores de droga do mundo, dentre eles o Brasil, a Colômbia e o México.

Na América Latina, os problemas de ordem social e econômica como, por exemplo, o desemprego e a falta de investimentos em educação, proporcionam ambientes propícios para o surgimento e crescimento do tráfico de drogas, desencadeando outros problemas, os quais o Estado enfrenta diariamente. Estes problemas estão estreitamente relacionados ao grande contingente de pessoas que migraram para regiões urbanas em busca de melhores condições de vida. Com isso, os desafios dos Estados aumentaram consideravelmente, gerando assim, a necessidade de criar políticas de manutenção e controle da sociedade.

A complexidade do tema encontra-se nos diversos níveis de atuação em que o narcotráfico atingiu, pois possuem vínculos estreitos com o tráfico de armas e de pessoas, lavagem de dinheiro, corrupção, criminalidade urbana e, em alguns casos, como o terrorismo, constituindo fator de desestabilização política para alguns países. Os problemas que o tráfico de drogas desencadeia são

diversos, tanto em plano doméstico quanto no plano externo. Neste sentido, Herz (2002, p. 22) destaca que:

O mundo, no período após a Guerra Fria, enfrenta diversas mudanças em termos políticos, econômicos, sociais e ambientais. A aparição de novos atores internacionais, com capacidade de influenciar a condução das relações internacionais e o advento de novas ameaças aos Estados, que transcendem os problemas tradicionais de segurança, conforma uma nova realidade sem precedentes.

Logo, sabendo da existência de novos atores, como também de novas ameaças, foi necessária a busca de alianças e ações multilaterais, a fim de confrontá-las.

Com o fim da Guerra Fria, em 1989, os EUA, considerados a maior potência mundial, viram a necessidade de criar “novos inimigos”. O narcotráfico foi, neste contexto, considerado, em alusão aos Estados socialistas do período de Guerra Fria, um novo símbolo do “mal” adotado pelos EUA, criando assim um discurso ou uma justificativa para poder intervir na América Latina, o maior produtor e fornecedor de substâncias psicoativas para a população estadunidense. Assim, esse “novo inimigo” passou a ocupar o lugar que até então pertencia aos Estados socialistas.

É importante mencionar que mesmo antes da Guerra Fria, os EUA já utilizavam de um discurso xenófobo, para conter a entrada de mexicanos e afrodescendentes que chegavam ao seu território. O argumento empregado por eles incriminava os imigrantes, sob a perspectiva que os mesmos se tornassem agressivos com o consumo de drogas, e, por consequência, colocaria a vida de sua população em risco. Sendo assim, os EUA aproveitaram do seu poderio no cenário internacional para poder interferir de forma coercitiva nas políticas adotadas por outros Estados.

Os EUA passaram a dedicar na criação de políticas no combate ao narcotráfico, não só em política doméstica, mas também nos maiores países produtores de drogas, com foco na América Latina, pois segundo o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODOC), é ainda hoje o principal fornecedor para os estadunidenses. O objetivo era acompanhar o crescimento do narcotráfico para contê-lo, assim como conter crimes transnacionais, além de ameaças a comunidade internacional, que serão abordadas mais a frente. Esses crimes de fronteira afetam o meio internacional como um todo, porque transcendem questões internas, e as políticas estadunidenses, como a criação do Plano Colômbia⁴, conseguiram realizar avanços nesse sentido.

⁴ De acordo com Silva (2018, p. 125), “O Plano Colômbia foi elaborado em conjunto pelos governos colombiano e americano. Projetado para contar com 7,5 bilhões de dólares, foi aprovado pelo Congresso norte-americano e tinha três componentes principais: I. quatro bilhões de dólares desembolsados pelo governo colombiano para investimentos sociais e substituição de plantios de coca para a população afetada pela violência; II. 1,3 bilhão de dólares desembolsados pelo governo americano para a assistência técnica, militar e financeira para o combate ao tráfico na Colômbia; III. 1,7 bilhão de dólares desembolsados por países europeus para a paz. O Congresso americano aprovou o desembolso de 1,3 bilhão, sendo 860,3 milhões destinados à Colômbia e outros 329 milhões divididos entre Bolívia, Peru e Equador”.

Ao contrário do que é muitas vezes divulgado pela mídia, o narcotráfico não é e nem tem uma estrutura padrão e organizada. Não possui normas precisas ou definidas, tendo caráter flutuante e flexível, variando de acordo com a transição de facção para facção. Deste modo, o narcotráfico se mantém devido ao avanço da tecnologia e à globalização, que são alicerces fundamentais para sua manutenção, expansão e faturamento.

O CASO DO BRASIL

O primeiro relato de maconha no solo brasileiro se deu com a chegada dos escravos africanos. A maconha era a droga usada nas favelas pelos mais pobres. Já a droga consumida pelas elites era a cocaína. O primeiro traficante brasileiro, conhecido como “rei da maconha”, foi registrado em 1950. O “rei da maconha” distribuiu drogas no eixo Rio de Janeiro-São Paulo por aproximadamente de 11 anos. Desse modo, com o passar do tempo o uso da maconha se “popularizou” de modo que ela se tornou a droga mais comum em todas as classes sociais.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, o uso de anfetamina e entorpecentes se disseminou por todas as camadas sociais. Havia facilidade no acesso a essas drogas, pois eram vendidas em laboratórios farmacêuticos. Com o crescente número de usuários vieram às restrições a sua comercialização dessas drogas o que provocou o início de uma série de furtos aos laboratórios farmacêuticos produtores de anfetamina e as importações ilegais.

As condições em que o país se encontrava há alguns anos, com altos índices de desemprego, propiciou melhores condições para que o narcotráfico se instalasse na sociedade brasileira, de maneira que mais pessoas aderissem ao tráfico de drogas. Dessa forma, o Brasil teve que enfrentar o aumento da marginalização de grupos sociais, principalmente os de classe social média e baixa, o que favoreceu o crescimento da criminalidade em torno do tráfico de drogas.

Ao longo do século XX o Brasil apresentou resistência ao tema das drogas. De modo que, a Lei dos Tóxicos, a primeira lei brasileira que criminalizava o tráfico de drogas foi criada somente em 1976. Essa Lei tornou o tráfico de drogas um crime inafiançável. Como o tema das drogas passou a integrar as relações internacionais e para facilitar os planos de contenção foi necessário distinguir os países entre produtores e consumidores daqueles que realizavam o seu transporte. Em função disso, em meados dos anos 1980 o governo brasileiro passou a prestar mais atenção ao problema do tráfico de drogas.

Neste sentido, é importante mencionar que a preocupação do Brasil com o tráfico de drogas se deu pela criação a Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas da OEA (CICAD), em 1986. Os objetivos da CICAD eram: prevenir o abuso de drogas ilícitas e a

lavagem de dinheiro, auxiliar os Estados a melhorar as leis e o combate às drogas. Além disso, Procópio Filho e Costa Vaz (1997, p. 38) ressaltam que:

O documento também ressalta a importância da cooperação internacional no intercâmbio de informações, arrecadação de provas e evidências, visando o dismantelamento das organizações criminosas e de suas redes de apoio, o processamento e condenação de seus líderes. Também se refere à necessidade de estabelecer mecanismos de controle interno e regional de precursores e substâncias químicas, segundo a Convenção de Viena de 1988 e o regulamento da própria CICAD, além do controle de armas e explosivos. O Brasil assinou o referido documento em janeiro de 1997.

No início de 2004 o Brasil ratificou a Convenção contra o Crime Transnacional Organizado, aprovada pela ONU no final dos anos 2000. Deste modo, ficou determinado que qualquer grupo organizado com três pessoas ou mais, que tiverem objetivos de obter lucros deveria ser classificado como crime organizado. Em 2001 ocorreu o lançamento da Política Nacional Antidrogas no Brasil e a criação da Coordenação-Geral de Combate a Ilícitos Transnacionais (COCIT) no Itamaraty. Em 2005 o Brasil e a OEA assinaram um acordo para a implantação de projetos de cooperação horizontal. A Lei de Drogas de 2006, não considera crime que usuários e dependentes plantem e portem drogas desde que para o seu consumo, já a pessoa que compra ou produz visando lucros prescreve crime.

Entre 2011 e 2014, o governo brasileiro investiu cerca de R\$ 3,6 bilhões em ações do Programa de Políticas sobre Drogas. Os investimentos foram destinados a prevenção, tratamento e desenvolvimento de pesquisas alternativas para lidar com usuários e pela conscientização da população sobre os problemas causados pelo uso de drogas. Neste sentido, pode-se dizer que o governo deu passos importantes no combate ao narcotráfico. O tema passou a ser pauta da agenda interna e externa, além de ser uma questão recorrente em reuniões do Brasil e seus países vizinhos, principalmente pela dificuldade dos governos para conter o tráfico em suas fronteiras.

O Brasil é dos países que tenta combater o narcotráfico e o crime organizado, pois além de ter uma localização estratégica para a rota do tráfico, existe uma indústria de crime organizado que atua no país e que envolve o tráfico de armas, de pessoas, etc. que afeta diretamente a sua segurança pública e que acarreta graves complicações internas para os países vizinhos.

Como dito anteriormente, as proporções que o narcotráfico atingiu são enormes. No Brasil, isso não se difere, uma vez que o tráfico de substâncias psicoativas se tornou relevante no âmbito de sua política e economia interna e externa. E por ser rota privilegiada para o tráfico, o governo brasileiro se viu na responsabilidade de mostrar maiores interesses, aos parceiros europeus e aos Estados Unidos, seu engajamento no combate ao narcotráfico, uma vez que este poderia ser prejudicial para manutenção dessas relações.

O Brasil hoje é um dos maiores centros que produz, consome, importa e exporta drogas para diversos países, principalmente por estar em posição geográfica estratégica. Por essas razões, outros Estados pressionam o governo brasileiro nessa questão, para que o país se posicione de forma mais dura no combate ao tráfico de drogas, criando políticas e medidas que atinjam resultados satisfatórios. No entanto, ao longo dos últimos anos, percebe-se a inoperância do governo brasileiro, em âmbito doméstico, nessa questão.

O governo brasileiro procura desenvolver estratégias de apoio a Colômbia no combate ao narcotráfico. Mas, o apoio às iniciativas colombianas é baseado no princípio de não intervenção, pois o combate ao narcotráfico é um assunto interno e a menos que o governo colombiano solicite, não é autorizada nenhuma intervenção externa no país.

O Brasil e a Colômbia firmaram um acordo para combater o narcotráfico nos territórios de ambos os países no início de 2017. O reforço na segurança na fronteira entre os países visava impedir a ação das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) de modo que foram adotadas medidas de cooperação para combater crimes transfronteiriços como o tráfico de pessoas e o garimpo ilegal que são considerados mecanismos utilizados no tráfico de drogas.

O CASO DO MÉXICO

O narcotráfico no México teve início no estado de Sinaloa, que ficou conhecido como “Cartel de Sinaloa”, por meio de imigrantes chineses que cultivavam a papoula e repassaram o modo de produção aos camponeses. Nesse período, os EUA e o México realizaram um tratado, sobre a produção da papoula em lugares específicos no território mexicano, uma vez que o interesse estadunidense em seu cultivo era para fins medicinais, no período da Segunda Guerra Mundial.

O Cartel de Sinaloa surgiu em 1980 e foi criado por um dos traficantes mais poderosos do mundo, El Chapo. Depois de sua passagem pelo Cartel de Guadalajara e com conhecimento sobre rotas, transporte e produção de drogas, El Chapo empreendeu o seu próprio “negócio”. Atuando em mais de 50 países, sua estrutura conta com a participação da polícia e membros da segurança mexicana.

Segundo o UNODOC, a disputa entre Cartéis pelo domínio da rota de drogas para os EUA causou um banho de sangue, no início de 2005 foram registrados mais de cem mortos. Essa é considerada a rota de drogas mais lucrativa do mundo. Esse conflito causou tensão nas relações do México com os EUA.

Naquela ocasião, o México pediu para que os EUA assumissem parte da responsabilidade no problema já que era ele o maior mercado consumidor de drogas na região de fronteira, além de fornecer armas para grupos e milícias. Em resposta, o Departamento Americano Antidrogas afirmou que os conflitos e problemas internos relacionados ao narcotráfico, são consequências da ineficácia das autoridades mexicanas que estão ligados à corrupção.

Devido a pressões do governo dos EUA o governo mexicano lançou a operação “México Seguro”, o objetivo era capturar os chefes dos Cartéis mexicanos que iniciaram uma guerra contra o Estado. Porém, essa operação teve efeito contrário de modo que o número de violência contra a população aumentou consideravelmente.

Assim que assumiu o governo do México em 2006, o presidente Calderón declarou, conforme aponta Aguilar (2012) e Castañeda (2010), guerra ao narcotráfico para conseguir apoio popular. Suas alegações tinham cunho político, os números do consumo não tinham aumento nos últimos 10 anos.

Um dos principais objetivos era desmembrar grupos de traficantes e reforçar o exército nas fronteiras. Com efeito, 25 líderes do tráfico foram mortos ou capturados. Desse modo, Rodrigues (2012) destaca que a participação do México na guerra as drogas não é uma “mera sujeição à agenda de segurança hemisférica estadunidense”, e a adesão ao “proibicionismo” só deu por terem ideias convergentes.

No ano de 2007, o presidente Calderón decidiu aceitar ajuda externa e juntamente com o presidente dos EUA, George W. Bush. O presidente mexicano buscou apoio em uma cooperação bilateral com o objetivo de fortalecer o combate ao narcotráfico e aumentar a segurança no país. Em 2008, foi anunciada a “Iniciativa Mérida”, voltada para combater o narcotráfico, crimes transnacionais e o tráfico de armas e pessoas no México. Essa Iniciativa contava com o apoio estadunidense por meio dos serviços de inteligência e treinamentos.

De acordo com Velázquez e Schiavon (2009), como um há um oligopólio de organizações que controlam o tráfico de drogas nas fronteiras mexicanas, expandindo sua atuação para o mercado estadunidense. Essas organizações simbolizam uma ameaça à segurança nacional do México e dos EUA. A Iniciativa Mérida busca atender interesses de ambos os países em torno do combate ao narcotráfico.

Com a posse de Calderón no final de 2006, foram registrados 62 homicídios, em 2007, 2 mil em 2008, 6 mil, em 2009, 9 mil. A média da taxa de homicídios é de 25 mortes para cada 100 mil habitantes. O aumento da violência decorrente do narcotráfico e crescente participação da mídia possibilitou uma maior percepção do cenário de insegurança que predominava no país. Porém, no norte do país, área mais afetada pela violência, onde está localizada a Ciudad Juárez na

região norte é a cidade mais perigosa de todo o mundo. No Estado de Chihuahua a taxa de homicídios atingiu a marca alarmante de 143 mortes para cada 100 mil habitantes.

Existem dificuldades para demarcar os efeitos da violência causada pelo narcotráfico por ser um país em que os civis sofrem diariamente com a violência, com casos de assassinatos, sequestro, extorsão, ameaças a população, e rupturas na estrutura social, isso acaba gerando outros problemas como violência doméstica, suicídio e disfunção familiar. Com o estabelecimento dos cartéis mexicanos de drogas, o país registrou impactos na economia e no aumento nos índices de violência nas periferias.

De acordo com Robles, Calderón e Magaloni (2013), as consequências do narcotráfico na economia mexicana devem ser analisadas a partir dos índices de emprego, de desemprego e de investimentos. Como consequência disso, o Produto Interno Bruto (PIB), que é calculado pela soma de bens e serviços de um país, acaba sendo afetado negativamente. Além disso, é importante ponderar que se os níveis de violência não são tão altos, os gastos econômicos com segurança diminuem refletindo no mercado de trabalho. Por outro lado, se os níveis de violência aumentam seus impactos refletem nos agentes econômicos e na oferta de trabalho.

A cooperação EUA-México conseguiu ter avanços mínimos diante da proporção do narcotráfico, principalmente quando os números de violência continuam a crescer. A Iniciativa Mérida, o suporte oferecido pelo governo norte americano e a guerra contra as drogas não entregaram os resultados esperados mais uma vez.

Todavia, os recursos destinados à supressão da oferta dentro e fora dos Estados Unidos são ainda mais de três vezes superiores aos dos programas de redução da demanda, enquanto que do lado mexicano o governo mexicano insiste no seu foco de combate militarizado. Uma reavaliação das estratégias em curso parece necessária em face dos desafios, mas de nenhum lado da fronteira há sinais encorajadores de que isso venha a ocorrer.

UMA ANÁLISE DO NARCOTRÁFICO NA COLÔMBIA E SUA INFLUÊNCIA NO CENÁRIO INTERNACIONAL

Trazendo a temática do tráfico de drogas para a América do Sul, pode-se analisar a questão do narcotráfico na Colômbia, mostrando o papel do Estado colombiano, como também dos EUA na tentativa de combatê-lo. Para isso, será abordado principalmente o Plano Colômbia, uma das principais medidas adotadas para combater o narcotráfico no país. Medida essa idealizada e iniciada pelos EUA, que retrata a relação bilateral entre os países.

Para falar do narcotráfico na Colômbia, é necessário identificar alguns pontos que mostram como se deu o processo do tráfico de drogas. Primeiramente, desde o princípio, a Colômbia presenciou relações de diversos segmentos, sendo político, geográfico, como também religioso. Segmentos estes que apresentavam oposição entre eles e também com o Estado. Segundo Pecaut (1997), houve ao longo dos anos certa negligência do governo colombiano quanto ao processo de tornar a Colômbia uma nação. Em seu trabalho, Pecaut (1997) afirma que devido a esse desinteresse, o Estado foi se revelando despreparado de cumprir com seu papel, criando assim uma cultura da ilegalidade e hostilidade. Em razão disso, pode-se ver a ação de grupos paramilitares e narcotraficantes.

Alguns fenômenos da sociedade colombiana, a princípio, se mantinham separados antes do narcotráfico tomar as proporções que tomou nas últimas décadas. O narcotráfico potencializou fenômenos como a violência das guerrilhas e dos paramilitares, a corrupção, e a desinstitucionalização do país. Houve, no entanto, o que Santos (2011) aponta como um período de relativa paz e prosperidade na Colômbia. Isso se deu início nas primeiras décadas do século XX até meados dos anos de 1940, período em que sua economia era impulsionada pela exportação de café e também dependente de investimentos norte-americanos no setor petrolífero e mineiro.

Todavia, essa prosperidade econômica não conseguiu atingir a todos. O acirramento entre liberais e conservadores quanto à proposta de descentralização política do Estado, provocou uma revolta nas classes popular e média. Assim, Santos (2011) confirma que essa revolta levou a conflitos sangrentos e também ao rompimento entre liberais e conservadores.

Devido a estes acontecimentos, foram se formando grupos armados de esquerda. Neste sentido, Dario (2010 p. 40) destaca que:

A datar de 1960, no apogeu da Guerra Fria e da Doutrina de Segurança Nacional dos EUA, o país viu surgir grupos guerrilheiros de esquerda, seguidos do aparecimento de organizações paramilitares de direita que passaram a estabelecer combates entre si e com o Estado.

A partir disso, pode-se dizer que as FARC como um dos maiores atores dentro do conflito em território colombiano, sendo um grupo fundamental para entender a guerra civil na Colômbia. Devido aos conflitos armados, a concorrência (entre liberais e conservadores) ao poder na Colômbia foi, naquele período, fator principal que potencializou o surgimento de economias ilícitas do narcotráfico e também do contrabando. Apesar do narcotráfico gerar violência, corrupção, lavagem de dinheiro, formação de crime organizado, há certo interesse do governo colombiano na “economia da droga”, pois proporciona maior movimento econômico interno do país. Dessa forma, o governo colombiano se omitiu no combate do tráfico de drogas. Em função

disso, o enorme crescimento do narcotráfico permitiu a ascensão dos cartéis colombianos de drogas que posteriormente se tornaram ameaças violentas para a sociedade civil, o governo e para a economia do país.

De acordo com Valencia (2005, p.79), “No final da década de 1980, a Colômbia transforma-se em um caso único no mundo, onde eram cultivadas, dentre outras, a coca, a maconha e a papoula”. Entretanto, Rojas (2006, p. 41) destaca que:

Ainda que as FARC sejam criadas oficialmente em 1966, suas origens remontam ao final da década de 1940, quando se organizam ao longo do país, especialmente no departamento de Tolima, as primeiras autodefesas camponesas liberais e comunistas para conter a expansão territorial armada, liderada pelos latifundiários durante a Violência Famosa.

Além disso, Leongómez (2005, p. 41) pontua que:

E em 1964, em um ataque do exército colombiano, com o apoio do governo estadunidense, ao território de Marquetalia, uma zona de autodefesa, levou à transformação dos grupos de autodefesa em grupos guerrilheiros móveis que se dispersaram pela região de Riochiquito.

No entanto, por volta nos anos de 1980, as FARC passaram a adquirir outras características e outras finalidades. As FARC na busca por lucros dos setores da agricultura, petróleo, ouro, pecuária e narcotráfico agiam de forma violenta. Com isso, as FARC expandiram e desenvolveram seu território, mudando assim a dinâmica do conflito.

Ao perceber o desenvolvimento dos narcotraficantes, os Estados Unidos viram necessidade de alterar sua política em relação à intervenção na Colômbia. A compra ilegal de votos e o clientelismo foram fatores pontuais para esse desenvolvimento, vistos pelos EUA do quão a situação da vida colombiana se encontrava frágil. Segundo Santos (2011, p.25),

Na segunda metade da década de 1990, as FARC passaram a contar com a economia da droga como principal fonte de recursos, possibilitando a manutenção de uma poderosa estrutura militar que passou de 3500 homens no final da década de 1980 para 18 mil no ano de 2000.

Diferente de outros grupos guerrilheiros ficou evidente, então, que as FARC não fariam qualquer tipo de acordo com o governo da Colômbia.

O PLANO COLÔMBIA

No início do século XXI, houve um aumento considerado na produção de coca na Colômbia, o que se tornou uma ameaça para os EUA como também para a Europa, pois crescem as chances da chegada de drogas nos países. Assim, o Plano Colômbia a princípio tinha o objetivo de promover a paz através do diálogo diplomático com os grupos guerrilheiros, principalmente as FARC. Logo, as forças colombianas se juntaram com o governo estadunidense para confrontar o narcotráfico. A finalidade era reduzindo a produção da coca em território colombiano, para que dessa forma diminuísse a distribuição para os EUA, principalmente.

No entanto, dados mostram que o Plano Colômbia resultou apenas no enfraquecimento das FARC e não cessou o narcotráfico. De acordo com Felipe (2018), mesmo com a adoção do Plano Colômbia, 95% da cocaína consumida ainda tem origem no país sul-americano. E, segundo o Departamento de Defesa, isso pode ter ajudado a ter diminuído a ação das FARC.

De acordo com Villa e Ostos (2005, p. 9), o alinhamento do governo colombiano à doutrina estadunidense, permitiu ao país atuar de maneira intervencionista na Colômbia, uma vez que:

O problema do narcotráfico na região foi elevado à agenda de segurança, deixando a esfera política, tornando-se um assunto securitizado pelos Estados Unidos da América a partir do momento em que considerou que o narcotráfico se equiparava ao terrorismo, dando ao problema feições de terrorismo e passando a identificá-lo como narcoterrorismo.

Dessa forma, o exposto acima é fundamental para melhor entender a noção do narcotráfico dentro da perspectiva geopolítica, como também da segurança internacional. Através disso, é possível compreender o funcionamento do tráfico de drogas dentro e fora da Colômbia, como também dos grupos guerrilheiros colombianos.

O Plano Colômbia, por sua vez, apresentou algumas dificuldades, devido ao surgimento desses grupos. Desse modo, em longo prazo, o Plano Colômbia pode não ter êxito. Logo, o narcotráfico não deve ser uma questão tratada de forma isolada, sem apresentar sua composição histórica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou analisar como se deu o processo do narcotráfico no plano interno, assim como no âmbito da agenda internacional, com foco no Brasil, México e Colômbia. Foram abordados temas e reflexões fundamentais para a compreensão das relações internacionais, tais

como, cooperação internacional, agenda, segurança internacional. O México por sua vez sempre assistiu sangrentos conflitos causados pelos cartéis em decorrência do narcotráfico. Sua proximidade com os Estados Unidos fez com que se tornasse um dos maiores produtores e fornecedores de drogas de mundo.

Em consequência, o mercado norte americano se tornou o maior e o mais rentável. Após declarada a Guerra às drogas pelo presidente Calderón, o governo mexicano buscou apoio nos Estados Unidos e juntos lançaram a iniciativa Mérida, mas esse apoio não envolvia apoio militar, diferente do Plano Colômbia, voltado a capacitação, treinamento e serviço de inteligência. Essas iniciativas não tiveram êxito, mas sim o resultado oposto, os números de violência só cresciam acompanhando a repressão ao narcotráfico. Essa falta de controle e a desordem interna comprovam a ineficácia do governo de conter o problema no âmbito doméstico e externo.

Contrário ao México e da Colômbia, a tardia preocupação do Brasil com o tema do narcotráfico, após aderir a CICAD nos anos 1980, foram iniciadas as primeiras medidas de contenção. Posteriormente, a ONU criou a Convenção contra o Crime Transnacional Organizado para combater crime organizado e o narcotráfico. As iniciativas do Brasil para combater o narcotráfico internacional, a princípio, partiram de convenções e tratados internacionais com influência norte-americana.

A criação da lei das drogas em 2006 e nos anos seguintes os investimentos na prevenção e recuperação de usuários se mostra muito pequena diante do problema. Outro fator que dificulta o controle nas fronteiras é a posição estratégica do Brasil na rota do tráfico internacional, essa questão acaba sendo um obstáculo para que o governo cumpra metas internas, porque a droga perpassa por vários pontos do território que é extenso e nas regiões de fronteiras, os países vizinhos como a Colômbia, um dos mais importantes produtores e fornecedores de drogas da América latina. Na tentativa de combater crimes nas fronteiras, no ano passado esses países firmaram um acordo bilateral, mas, o mesmo ainda não foi ratificado.

Também foi exposta a noção geopolítica dentro da perspectiva do tráfico de drogas, para melhor compreender como foi e como é o funcionamento dos grupos guerrilheiros colombianos. A relação entre o que moral e o que é político foram, historicamente, estreitamente ligados através dos ideais estadunidenses. Por influência do seu poderio, os EUA conseguiam influenciar outros países por meio de medidas duras e também da diplomacia. Dentre essas medidas, teve a criação do Plano Colômbia, que visava interromper o tráfico de drogas, da cocaína principalmente, para território estadunidense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILAR V, Rubén; CASTAÑEDA, Jorge G. **Los saldos del narco**: el fracaso de una guerra. Punto de Lectura, México, 2012.

ARBEX Jr., José. **Narcotráfico**: um jogo de poder nas Américas. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2005.

BERNADI, Bruno Boti. A Guerra Mexicana contra o Narcotráfico e a Iniciativa Mérida: Desafios e Perspectivas. Disponível em: <http://www.ibri-rbpi.org/?p=2583>. Acesso em 19 de outubro de 2018.

CASTAÑEDA, Rafael Rodríguez (coord.). *Los Generales*. **Temas de Hoy**. Cidade do México, 2010.

FELIPE, Leandra. **Plano Colômbia não interrompeu narcotráfico, mas “enfraqueceu as Farc”**. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/04/120411_plano_colombia_1f. Acesso em 21 de outubro de 2018.

HERZ, Monica. *Política de Segurança dos EUA para a América Latina após o final da Guerra Fria*. **Estudos Avançados**. Set./Dez. 2002, v.16, n. 46, p. 80 e 88.

LEONGÓMEZ, E. P. *Las FARC-EP: ¿Repliegue estratégico, debilitamiento o punto de inflexión?* In: **Nuestra guerra sin nombre**. Bogotá, Grupo Editorial Norma, 2005.

POLANSKA, Malgorzata. *Homicides and organized violence in Mexico, 1990-2008*, **Voices of Mexico**, n. 87, Spring-Summer, México: CISAN-UNAM, pp. 95-100, 2010.

PROCOPIO FILHO, Argemiro; VAZ, Alcides Costa. *O Brasil no contexto do narcotráfico internacional*. **Rev. bras. polít. int.** 1997, vol.40, n.1, pp. 75-122. ISSN 0034-7329.

RICHARD, Ivan. **Governo investiu em quatro anos R\$ 3,6 bilhões no combate às drogas**. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-04/governo-investiu-em-quatro-anos-r-36-bilhoes-no-combate-drogas-diz-senad>. Acesso em 19 de outubro de 2018.

RIVAS, Caio. **Ascensão do Tráfico e das Drogas no Brasil**. Disponível em: <https://caiorivas.jusbrasil.com.br/artigos/320444306/ascensao-do-traffic-e-das-drogas-no-brasil>. Acesso em 20 de outubro de 2018.

ROBLES, Gustavo; CALDERÓN, Gabriela; MAGALONI, Beatriz (2013). **Las consecuencias económicas de la violencia del narcotráfico en México**. Disponível em: <https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/4679/Las%20consecuencias%20econ%C3%B3micas%20de%20la%20violencia%20del%20narcotr%C3%A1fico%20en%20M%C3%A9xico.pdf?sequence=1>. Acesso em 22 de novembro de 2018.

RODRIGUES, Thiago. **Narcotráfico e Militarização nas Américas**: Vício de Guerra. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, vol. 34, n° 1, pp 9-11, 2012.

SANTOS, Marcelo. **O conflito colombiano e o plano Colômbia**/ Elói Martins Senhoras, Julia Faria Camargo (organizadores). Boa Vista: Editora da UFRR, 2011.

SILVA, Caroline Cordeiro Viana. **Plano Colômbia:** securitização do narcotráfico pelos Estados Unidos da América. Disponível em:

<http://www.humanas.ufpr.br/portal/conjunturaglobal/files/2016/02/1-Plano-Col%C3%B4mbia-securitiza%C3%A7%C3%A3o-do-narcotr%C3%A1fico-pelos-Estados-Unidos-da-Am%C3%A9rica.pdf>. Acesso em 20 de outubro de 2018.

SILVA, Luiza Lopes da. **A Questão das Drogas nas Relações Internacionais:** Uma Perspectiva Brasileira. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/1028-Questao-das-Drogas-nas-Relacoes-Internacionais-A.pdf>. Acesso em 20 de outubro de 2018.

VALENCIA, León. *Drogas, conflito e os Estados Unidos: a Colômbia no princípio do século.* **Diplomacia, Estratégia e Política.** Brasília, v. 1, n. 2, jan./mar. 2013.

VELÁZQUEZ, Rafael; SCHIAVON, Jorge. *La Iniciativa Mérida en el marco de la relación México-Estados Unidos.* **Centro de Investigación y Docencia Económicas (CIDE)**, Documento de Trabajo n. 186, julio de 2009.

VILLA, Rafael Duarte; OSTOS, Maria Del Pilar. *As relações Colômbia, países vizinhos e Estados Unidos: visões em torno da agenda de segurança.* **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, ano 48, n 2, 2005.

LÍBANO: UM DOS MAIORES RECEPTORES DE REFUGIADOS DO MUNDO

Issam Rabih Menem¹

RESUMO: O artigo tem por objetivo analisar quais fatores fizeram do Líbano, um dos maiores receptores de refugiados do mundo, nos últimos dois séculos. Para isso, analisou-se três grandes ondas de refúgio, a armênic, a palestina e a síria. Defende-se que o Líbano é um importante destino de refúgio por alguns fatores determinantes, sua localização estratégica, estar situado em uma região "caótica" que convive com muitos conflitos armados, sua grande diversidade religiosa, a falta de políticas de imigração rigorosas para adentrar o país e seu sistema político interno que ampara a participação de grupos minoritários na vida política do país.

Palavras-chave: Líbano, Refúgio, Oriente Médio.

INTRODUÇÃO

O Líbano situa-se no Oriente Médio, região que tem se caracterizado como um polo de transtornos mundiais, em função da sua posição estratégica no contato de três continentes: Europa, Ásia e África, berço de quatro religiões monoteístas, assim como pela presença de 70% das reservas de petróleo mundiais, elemento vital ao desenvolvimento econômico industrial (MILESI, 2003). O país dos cedros destaca-se numa zona de confrontações estratégicas entre potências regionais e internacionais por apresentar uma fragmentação social rígida e um poder central débil, servindo seu território para disputas de poder, entre potências regionais, reduzindo o país a condição de Estado-tampão (MAALOUF, 2011). Variáveis externas e internas contemplam a República do Líbano como um dos países que mais abrigaram refugiados desde a Primeira Guerra Mundial.

Como variável interna, é preciso entender o sistema político do país para compreender como foi feita a inclusão de vários grupos minoritários na vida política do país. Os três povos (armênio, palestino e sírio) que são abordados no artigo, conseguiram ter um espaço reservado e impermeável no sistema político libanês.

A colonização francesa desperta a história do Líbano moderno. A "Declaração do Mandato" que foi adotada pelo Conselho da Liga das Nações em 24 de julho de 1922, exigiu do governo francês a implementação de uma lei orgânica para o Líbano. A potência colonizadora irá proceder à elaboração de um sistema confessional que em partes, foi inspirado na antiga potência dominante otomana. O sistema político adotado, alvo de muita polêmica, baseia-se na separação religiosa que resultará na fixação de fronteiras identitárias que compartimentam as comunidades religiosas em esferas específicas e impermeáveis umas às outras. "Este sistema opera em duas

¹ Aluno do Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina (UNILA). Endereço: issam_menem@hotmail.com

formas: o sectarismo envolvendo o estatuto pessoal e o sectarismo político relacionado a distribuição de cargos políticos e administrativos” (SFEIR, 2013). Inspirado em um sistema de "Pacto nacional", destinado a estabelecer um equilíbrio entre muçulmanos e cristãos. A nação então repousa sobre um "pacto" com um compromisso de um "modo de vida coletiva".

No cenário atual, pode-se destacar três grandes guerras na região do Grande Oriente Médio, a do Iêmen, da Líbia, e a que mais se destaca na mídia mundial, a guerra da Síria. Milhões de refugiados partiram destas zonas de conflito rumo a países que assegurassem uma melhor qualidade de vida. Até o momento atual, mais de cinco milhões de refugiados são resultantes apenas da guerra na Síria. Destes, três milhões estão em território turco, entre um e dois milhões em território libanês e outros milhões espalhados pelos países do Oriente Médio (WELLE, 2017). Dados da ACNUR (2017) demonstram que dos 66 milhões de deslocados no mundo, 39% se encontram no Oriente Médio, 29% na África, 14% na Ásia e no Pacífico, 12% nas Américas e 6% na Europa.

Para a ACNUR, qualquer pessoa que foge de um conflito armado ou de qualquer outra situação relacionada onde é vista a necessidade de proteção internacional, deve ser considerada refugiada.

Entende-se como refugiado:

De acordo com a Convenção de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados (de 1951), são refugiadas as pessoas que se encontram fora do seu país por causa de fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, opinião política ou participação em grupos sociais, e que não possa (ou não queira) voltar para casa. Posteriormente, definições mais amplas passaram a considerar como refugiados as pessoas obrigadas a deixar seu país devido a conflitos armados, violência generalizada e violação massiva dos direitos humanos. (ACNUR, 2017).

Geralmente, os refugiados não encontram cenários receptivos nos países que desejam se acolher, em maior ou menor grau, muitas vezes são tratados como indesejados. Em muitos casos, principalmente em momentos de crises socioeconômicas, a população local entende que estes recém-chegados representam um perigo imediato a manutenção de seus próprios empregos, conseqüentemente acabam por fomentar o surgimento de sentimentos cruéis se manifestando por ações xenofóbicas (MILESI, 2003).

O principal instrumento internacional do direito dos refugiados é a Convenção das Nações Unidas de 1951 e o Protocolo de 1967. Desde então, as causas dos fluxos de refugiados alteraram-se e, nos últimos anos, têm-se caracterizado principalmente por conflitos armados, guerras civis e violência étnica, tribal ou religiosa (ACNUR, 2017).

Dada uma breve introdução, o artigo tem como objetivo explorar brevemente o histórico da República do Líbano como receptora de milhões de refugiados durante sua história. Neste artigo se destacará três grandes ondas de refugiados que tiveram o Líbano como destino, a dos armênios; dos palestinos e principalmente, dos sírios.

Primeira Onda: Refugiados Armênios

Os anos entre a década de 1890 e a Primeira Guerra Mundial marcam uma fase trágica e crucial na história do povo armênio. Nestes vinte e cinco anos, a posição dos armênios no Império Otomano, na época, a maior concentração armênia do mundo, progressivamente foi diminuindo após sucessivas perseguições e mortes. Pesquisas apontam que cerca de 1.500.000 armênios foram mortos pelo então Império Turco-Otomano (MIGLIORINO, 2008).

Este Fato encorajou um grande número de armênios a buscarem um novo destino. Em 1926 já havia cerca de 75.000 armênios no Líbano, protegidos por uma constituição que lhes outorgava direitos civis e futuramente, cargos políticos. A localização geográfica libanesa, seus políticos cristãos, e a segurança oferecida pelo governo francês, foram fatores determinantes para a escolha do Líbano como destino (ARMENIO, 2012).

Com auxílio da França, que até então administrava o Líbano e a Síria, foram negociadas terras na região do Vale do Bekaa para abrigar armênios perseguidos e expulsos de suas terras. Um grande número de armênios se estabeleceu na região de Anjar e foram acompanhados por um processo de construção de uma comunidade étnica ativa, com o objetivo de preservar suas tradições culturais e linguísticas, mantendo uma fronteira simbólica em relação aos libaneses e outros grupos (AYUPE, 2016).

Em 1974, havia mais de 200.000 refugiados armênios no Líbano, com mais de vinte igrejas, setenta escolas, incluindo faculdades. A grande maioria destes refugiados armênios são da região de Cilícia, atualmente na Turquia, e não da atual Armênia. Assim, o Líbano não foi apenas uma terra de refúgio depois do genocídio, mas também a capital da Diáspora Armênia entre os anos de 1955 e 1975 (ARMENIO, 2012).

Segunda Onda: Refugiados Palestinos

Constituída como uma das maiores crises políticas nos séculos XX e XXI, a questão dos refugiados palestinos foi resultante do conflito que levou a criação do Estado de Israel e a

destruição da unidade territorial e social da Palestina. Cerca de 70% de sua população se refugiou em países limítrofes, tais como Líbano, Jordânia, Síria e Egito (PINTO, 2014).

O Líbano e a Palestina fizeram parte do grande Império Otomano por mais de 500 anos. Os territórios eram na época divididos em distritos os quais faziam partes de províncias. A população residente na região destas províncias não conhecia fronteiras e circulava livremente entre as áreas. Com o estabelecimento dos mandatos britânico na Palestina e o Francês no Líbano, uma ruptura na conexão entre ambas as regiões seria inevitável. Com a assinatura do acordo de *Sykes-picot*, a fronteira é desenhada. A relação do sul do Líbano com a Galiléia é ancestral, baseada em relações históricas, sociais, familiares, políticas, econômicas e especialmente linguísticas. Somente com a criação do Estado de Israel que essas regiões foram rigorosamente separadas (SFEIR, 2013).

O fechamento total das fronteiras entre Líbano e Israel consolidou-se 1949 com a assinatura do armistício, após o engajamento do Líbano na guerra dos países árabes contra Israel. Assim, rompendo uma tradição histórica de trocas e de relações com um território vizinho amigável e estabelecendo uma situação de guerra com o Estado nascente. A entrada do Líbano na guerra tinha como objetivo reforçar a posição do regime no poder em assuntos regionais, mas a derrota libanesa na guerra ao lado dos regimes árabes, a fuga dos Palestinos e a criação do Estado de Israel produziram um efeito contrário.

No outono de 1948, cerca de 750.000 palestinos atravessaram a fronteira antes do armistício ser assinado. Assim, com a assinatura do armistício em 1949, o retorno é impedido de ambos os lados da fronteira. Neste momento, mais de 130.000 palestinos se refugiavam em solo libanês, que desembarcavam num país abalado, em busca de estabilidade e coesão nacional.

"Os primeiros anos da chegada dos palestinos são marcados por urgência, provisoriidade, humilhação e consciência da perda do território. Todos estes elementos contribuem, de uma maneira ou de outra, à emergência e modelamento da imagem dos palestinos. Desde então, ser palestino remeterá mais fortemente à uma construção social e mental em constante transformação." (SFEIR, 2013).

Existe, desde 1948, doze campos oficiais de refugiados no Líbano. O problema de moradia é o que mais afeta esta população devido à superlotação, pobreza, desemprego e a falta de manutenção dos campos por parte do governo libanês e de organizações internacionais.

A inclusão dos palestinos na sociedade libanesa teve e ainda têm uma forte rejeição tanto pela classe política como pela população libanesa, por toda a conjuntura política, social e econômica instável em que o Líbano vivia e ainda vive, um país que naquele momento ainda sofria

com os efeitos da guerra com Israel e lida com a tensão interna constante de seu sistema político sectário.

Terceira Onda: Refugiados Sírios

Desde março de 2011, o mundo testemunha a Guerra Civil síria, um conflito armado que já custou a vida de mais de 400.000 pessoas entre militares, insurgentes e civis. O conflito tem raízes nos movimentos reformistas pró-democráticos no Grande Oriente Médio, movimento conhecido como "Primavera Árabe", ocorrendo em países como Egito, Tunísia, Líbia, Iêmen e se desdobrando em regimes "intocáveis" como em alguns países da Península Arábica (Arábia Saudita e Bahrein) como no Irã.

A Síria passava até então por um momento de "estabilidade" numa região caótica, mas com o início das manifestações no sul do país, os manifestantes foram duramente reprimidos e silenciados pelo governo por medo dos protestos se expandirem pelo país algo parecido com as experiências Líbia e egípcia.

Com a intensificação das manifestações, o governo reagiu com firmeza, levando opositores a luta armada contra o regime. Como resultado disso, surge vários grupos armados na oposição com ideias diferentes, alguns seculares com ideias liberais-democráticos, mas outros com profundas raízes islâmicas conservadoras e extremistas, e ainda outros com ideias separatistas, como no caso do povo curdo (PEREIRA, 2016). Com a tamanha fragmentação da oposição ao regime, com diferentes ideologias, um segundo conflito armado floresce, entre os próprios grupos da oposição, enfraquecendo o objetivo principal das manifestações.

A atual situação da Síria é muito complexa, por se tratar de uma guerra onde diversas potências bélicas, a exemplo dos cinco membros do Conselho de Segurança da ONU estarem diretamente ou indiretamente envolvidos no conflito. Potências locais não ficam de fora, participam ativamente do conflito, a exemplo dos países do Golfo, que apoiam os rebeldes, de um lado, como o Irã e o governo iraquiano apoiando ativamente o governo sírio de Bashar Al-Assad (BERNARDES, 2016). Visto o cenário caótico, mais de um milhão de pessoas viram no país vizinho, o Líbano, um local "menos problemático" para se refugiarem.

Atualmente, o Líbano faz um caminho contrário a países da península arábica que fecham suas fronteiras a refugiados. O país que tem pouco menos de cinco milhões de habitantes, possui cerca de 1,1 milhão de refugiados (aproximadamente 25% de sua população), seria equivalente ao Brasil ter 50 milhões de refugiados em seu território. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) o Líbano, em números proporcionais, recebe 183 refugiados por mil habitantes

(CHACRA, 2017). Hoje, o país árabe, é o que, proporcionalmente, mais abriga refugiados no mundo.

Porém, visto o gigantesco número de refugiados no país, crises sociais são inevitáveis. O país está vivendo uma situação que está "beirando o colapso" segundo seu ex-primeiro ministro Tammam Salam, na sede da ONU, e acrescentou: "É impensável que o Líbano possa por si mesmo fazer frente a um desafio desta proporção. Isso não pode continuar. São necessários maciços esforços da comunidade internacional" (EXAME, 2016).

O Líbano não estava preparado para alojar essa gigante onda de refugiados, o que resultou em um péssimo e ineficiente atendimento a essa população. Os que conseguiram adentrar o país, se espalharam sem nenhuma forma de controle. Sem querer, agora os libaneses passaram a disputar não só com os sírios, mas entre eles, questões como moradia e trabalho (MORAES, 2017).

Pelo fato de os dois países compartilharem uma grande fronteira, onde a maioria da extensão não é monitorada, um grande número de refugiados atravessa as montanhas da fronteira todos os dias sem nenhum tipo de monitoramento e fiscalização. Depois de sete anos, o conflito se mostra desgastado e menos confuso, as variáveis se alteraram e muitos sírios já se sentem mais seguros para retornar ao seu país. Em uma pesquisa recente, a *Agence France-Presse* (AFP), publicou dados interessantes em que, pela primeira vez, desde 2014, o número de refugiados sírios fica abaixo da marca de um milhão.

CONCLUSÃO

As três grandes ondas de refúgio exploradas no artigo tiveram e ainda tem um papel fundamental na criação da identidade, cultura e política libanesa. Diferentemente da onda de armênios que foi em um número menor, os palestinos e os sírios foram e ainda vem sendo recebidos com uma parcela de rejeição. Enquanto a comunidade armênia se vê totalmente integrada a sociedade libanesa.

Considerando fatores como: dimensão territorial rigorosamente restrita; alto índice de desemprego; frágil economia exportadora de produtos primários, cenário político instável; grande diversidade étnica e religiosa junto à traumas da guerra civil, fazem deste país ser altamente vulnerável a qualquer movimentação na região.

Conclui-se que o Líbano é um importante destino de refúgio por alguns fatores determinantes, dentre estes, destaca-se a sua localização estratégica (próximo a atual Turquia, compartilha fronteira com a Síria ao norte e oeste, e fronteira com Israel ao sul) situado em uma região "caótica" que convive com muitos conflitos armados, outros dois fatores importantes são:

a sua grande diversidade religiosa e a falta de políticas de imigração rigorosas. Estes três elementos fazem do Líbano um dos maiores receptores de refugiados do mundo contemporâneo.

BIBLIOGRAFIA

ACNUR. Perguntas e Respostas. 2017. Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/index.php?id=252>>.

ACNUR. Perfil de las operaciones regionales 2016 - Oriente Medio y Norte de África. 2016. Disponível em: <<http://www.acnur.org/donde-trabaja/oriente-medio-y-norte-de-africa/>>.

ARMENIO, Soy. Los armênios em el Líbano. 2012. Disponível em: <<http://www.soyarmenio.com.ar/2012/10/los-armenios-en-el-libano.html>>.

AYUPE, Rodrigo, ABDENUR, Adriana. CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA NO LÍBANO: A COMUNIDADE ARMÊNIA DE ANJAR. Revista Diaspora. 2016.

BERNARDES, Olavo. Imigração no Mundo Contemporâneo e Estados Falidos: Guerra e Crise Humanitária na Síria. 2016.

CHACRA, Guga. Quais países recebem mais refugiados no mundo. Estadão. 2017. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/blogs/gustavo-chacra/quais-paises-recebem-mais-refugiados-no-mundo/>>.

DA ROCHA PINTO, Paulo Gabriel; CHAGAS, Gisele Fonseca. DOSSIÊ: Exílios: Etnografias de campos de Refugiados Palestinos no Líbano. Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia, n. 35, 2014.

EXAME. Situação de refugiados no Líbano beira o colapso, diz premiê. 2016. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/libano-pede-ajuda-na-onu-por-excesso-de-refugiados/>>.

MAALOUF, Ramez. GEOESTRATÉGICAS EM CONFRONTO NO LÍBANO EM GUERRA (1975-90). São Paulo. 2011.

MIGLIORINO, Nicola. (Re) constructing Armenia in Lebanon and Syria: Ethno-cultural Diversity and the State in the Aftermath of a Refugee Crisis. Berghahn Books, 2008.

MILESI, Rosita. REFUGIADOS: REALIDADE E PERSPECTIVAS. Edições Loyola. 232. 2003.

MORAES, Herbert. Como os refugiados sírios mudaram a paisagem do Líbano e se tornaram o maior problema do país. 2017. Disponível em: <<https://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/direto-do-oriente-medio/como-os-refugiados-sirios-mudaram-paisagem-libano-e-se-tornaram-o-maior-problema-pais-26295/>>.

PEREIRA, Tito Lívio Barcellos. Os Guardiães da Pátria: O Exército Árabe da Síria e sua relação com o Povo e o Estado. Revista de Geopolítica, v. 5, n. 1, p. 44-58, 2016.

SFEIR, Jihane. Fronteiras do “Outro” e a construção de “si”: o caso dos palestinos no Líbano, 1947-1952. ANTROPOLÍTICA Niterói, n. 35, p. 17-48, 2. sem. 2013.

WELLE, Deutsche. Syrians in Lebanon: 'They treat us like we are dirty'. 2017. Disponível em: <<http://www.dw.com/en/syrians-in-lebanon-they-treat-us-like-we-are-dirty/a-39065640>>.

RETROSPECTIVA Y PERSPECTIVA DEL TURISMO EN PARAGUAY

Fátima Elizabeth Morinigo Martínez¹

RESUMEN: El presente artículo es una investigación exploratoria de aproximación al tema Turismo en Paraguay, cuyo fin es la realización de inferencias sobre el tema en cuestión basado en datos cualitativos y cuantitativos sobre el fenómeno turístico en Paraguay. Inferencias, según (KING, O. KEOHANE e VERBA, 2011) son interpretaciones o explicaciones dadas referente a un fenómeno previamente observado, estas a su vez pueden ser justificadas con nuevas observaciones de comprobación. La importancia del estudio del turismo radica a que tradicionalmente fue inadvertido por las distintas disciplinas científicas, particularmente la Ciencia Política y las Relaciones Internacionales y es un tema que en la actualidad debe ser abordado más fehacientemente debido a su impacto en las relaciones internacionales. Las fuentes de la investigación son datos cualitativos y cuantitativos obtenidos de la Secretaria Nacional de Turismo y de la Dirección General de Migraciones. El objetivo es analizar estos datos para realizar inferencias de aproximación al fenómeno turístico que permitan llegar a conclusiones más certeras.

PALABRAS LLAVE: Turismo, Paraguay, Senatur,

ABSTRACT: This article is an exploratory investigation of an approach to tourism in Paraguay, whose purpose is to make inferences about this subject based on qualitative and quantitative data on the tourism phenomenon in Paraguay. Inferences, according to Keohane, King and Verba (2011) are interpretations or explanations given regarding a previously observed phenomenon, these in turn can be justified with new observations. The importance of the study of tourism is that it has traditionally been unnoticed by the different scientific disciplines, particularly Political Science and International Relations and is an issue that must now be addressed more reliably due to its impact on international relations. The sources of the research are qualitative and quantitative data obtained from the Secretaria Nacional de Turismo and Direccion Nacional de Migraciones. The objective is to analyze these data to make inferences of approximation to the tourist phenomenon that allow to reach more accurate conclusions.

KEY WORDS: Tourism, Paraguay, Senatur

INTRODUCCION

El presente artículo, aborda como tema principal la actividad turística en Paraguay, aborda los resultados de un trabajo exploratorio sobre inferencias respecto a los datos recabados referente al turismo. Este texto, es producto de un estudio de datos cualitativos y cuantitativos recuperados del principal organismo regulador del turismo en Paraguay, juntamente con otros organismos internacionales como la OMT.

Los datos apuntan a que, Paraguay ha crecido exponencialmente en los últimos años, bajo los mandatos presidenciales, los cuales fueron Nicanor Duarte Frutos, Fernando Lugo, Federico Franco y Horacio Cartes, el avance registrado más pronunciadamente se da entre los años 2016 y 2017, con un aumento del 32% según los registros de la Secretaria Nacional del Turismo. Además, dichas estadísticas arrojan resultados sobre la proveniencia de los turistas, dando a conocer que el mayor flujo de turistas es de origen argentino.

Paraguay cuenta con una privilegiada geografía la cual la ha convertido al país en un referente turístico importante en la región en los últimos años, a pesar de no contar con costas al mar. Ante esta insuficiencia, las autoridades han apelado en buena forma a explotar otro tipo de

¹ Graduanda en Relaciones Internacionales e Integración por la Universidad de la Integración Latinoamericana. Email: fatimorinigo_95@hotmail.com

atractivos y de esa manera han diversificado la propuesta: desde el turismo rural, el de convenciones, pasando por la eco aventura o la ruta jesuítica, son algunas muestras de esta diversidad que exhibe el país.

Hace menos de 20 años que el turismo fue tomado como una política de Estado, que trasciende a un período presidencial de 5 años, y la misma ya muestra promisorios resultados. Se sabe, el turismo es la actividad que proporciona rentas a más sectores económicos, ya que no solo se trata de conocer atractivos físicos, sino también toda la infraestructura asociada a ella, así como sus rubros: hotelería, gastronomía, alquileres, entre otros. En este sentido, no solo se beneficia el que realizó una gran inversión, sino también a locales. Y en el Paraguay, los distintos gobiernos han entendido que una apuesta decidida por este rubro no solo trae ganancias para nuestra economía, sino también mejora la imagen del país.

A través de una responsable, pero a la vez continua ejecución del Plan Maestro de Desarrollo Sostenible del Turismo y la continuidad de las políticas públicas en turismo por parte del Gobierno, Paraguay ha logrado incrementar 150% la llegada de turistas internacionales entre el 2011 y el 2016.

En Paraguay el organismo competente para la regulación y el desarrollo del sector turístico es la Secretaría Nacional de Turismo (SENATUR), una dependencia de la Presidencia de la República, con rango ministerial, creada por la Ley N° 1388/98². La ley 2828 es aquella creada para la regulación de la actividad turística en el Paraguay.

Desde la creación de la SENATUR, sucedieron varias Ministras de Turismo, entre ellas se destacan María Evangelista Troche de Gallegos, Liz Cramer, Marcela Bacigalupo y la recién electa Sofía Montiel de Afara.

El “Plan Maestro de Desarrollo Sostenible del Sector Turístico del Paraguay” parte de un marco conceptual sectorial; analiza el contexto territorial y socioeconómico incluyendo variables e indicadores globales con incidencia en el Sector; realiza el diagnóstico estratégico del sector turístico a nivel general, departamental y de la Capital. Asimismo, contiene el análisis de demanda, de mercados potenciales, de mercados meta y el análisis FODA sectorial³. (PLAN MAESTRO, 2008)

² Su misión es la de ejecutar la Política Nacional en materia de Turismo, promoviendo, difundiendo y desarrollando el turismo interno y receptivo. Así, le compete planificar, dirigir, administrar y fiscalizar todos los emprendimientos de su competencia, como instrumento de crecimiento económico, de generación de empleos, de reducción de la pobreza y de mejora de la calidad de vida de la población.

³ El Plan Maestro define la Imagen objetivo; la visión y misión; la definición de estrategias, metas, objetivos y programas de acción que deberán implementarse en el período 2012-2018 para lograr el desarrollo del Sector Turismo. Puntualiza como objetivo general el de “dotar a Paraguay de una visión de largo plazo sobre su desarrollo y posicionamiento turístico” y “estructurar la gestión y la promoción de la actividad turística en Paraguay”.

El texto presenta la siguiente estructura: primeramente, se presenta los conceptos a ser abordados, el contenido del Plan Maestro con una descripción de este, posteriormente se analiza los datos estadísticos recabados de la SENATUR, y finalmente una conclusión sobre el tema estudiado.

CONCEPTUALIZACIONES

Es importante presentar con antelación, los conceptos que se abordaran durante el desarrollo del presente artículo, como bien se expuso más arriba, el turismo como objeto de estudio de las Relaciones Internacionales es un tema poco abordado pero muy importante en el campo de las Relaciones Internacionales, como bien lo define (CALDUCH, 1993), se puede decir que la realidad social que debe ser abordada desde la ciencia de las Relaciones Internacionales viene definida por «todas aquellas relaciones sociales y los actores que las generan, que gozan de la cualidad de la internacionalidad por contribuir de modo eficaz y relevante a la formación, dinámica y desaparición de una sociedad internacional considerada como una sociedad diferenciada». En otras palabras, las relaciones internacionales no se limitan a las relaciones de los Estados, sino que van más allá, incluyen, sobre todo, la relación entre los pueblos, grupos sociales de países diferentes, por ello el Turismo Internacional debe ser abordado y estudiado por la disciplina de las Relaciones Internacionales.

Durante gran parte de la historia de los estudios internacionales (siglo XVII hasta la década de 1970), el paradigma metodológico estatocéntrico fue de la mano del enfoque teórico realista. Así, el actor estatal y la idea del poder como dominación determinaron los análisis del plano transnacional. Pero en la década del setenta, sobrevinieron y fueron percibidos diversos y novedosos fenómenos y actores mundiales (integración, corporaciones) que no lograban ser comprendidos desde las clásicas perspectivas científicas (SODUPE CORCUERA, 1992).

Sodupe, a principios de los noventa, refiere al turismo también en el marco del paradigma globalista. El autor observa una sociedad global en construcción con base en la “revolución de los medios de comunicación y transporte ha provocado un fabuloso incremento de los contactos personales a través del turismo, la correspondencia, las conferencias internacionales, etc.” (SODUPE CORCUERA, 1992, p. 197).

Las relaciones internacionales no se limitan solamente a relaciones entre estados, sino va más allá de ello, son las relaciones entre personas, culturas, donde la sociedad internacional se ve envuelta y no precisamente el Estado define el curso de las relaciones internacionales.

El concepto de fronteras, al hablar del turismo internacional es muy propicio, ya que es un concepto que indefectiblemente debe ser abordado al hablar de turismo, pues por medio del turismo se dan corrientes o flujos turísticos que posibilitan dicho fenómeno de desplazamientos masivos de un lugar a otro y en especial de fronteras.

Con el Tratado de Westfalia en 1648, que puso fin a la Guerra de los Treinta Años, se establecen las primeras bases de los contornos geográficos de los estados europeos puesto que “se reconoce el principio de la integridad territorial de los Estados signatarios”. Sin embargo, dicho tratado no soluciona del todo los conflictos existentes en la región occidental de Europa debido a la “multiplicidad de regímenes de posesión”, una de las características fundamentales del feudalismo que consistía en que un rey podía tener distintos dominios que a su vez eran enclaves de otros dominios; es decir, la multiplicidad determinaba “las soberanías feudales combinadas” (VELASCO HERNANDEZ, 2005, p. 23). Esta situación será clave en la posterior conceptualización de la frontera y el límite territorial, pero no será hasta después de la Revolución Francesa y las guerras napoleónicas que se le dé el sentido político que actualmente tiene la noción de frontera.

Las fronteras como actualmente las conocemos responden a la transición del estado absolutista al Estado-nación, aunque este tránsito tomó varias décadas más en algunos países de Europa Occidental, como en Alemania, donde a finales del siglo XIX se conforma como Estado bajo el imperio alemán (1871-1918). A partir de la derrota de Napoleón (1815) las fronteras en la mayor parte del mundo occidental empiezan a ser consideradas como líneas de delimitación estratégica, diplomática y política (UACM, 2015).

La aproximación al concepto de frontera puede denominarse como la tradicional o la clásica, puesto que concibe las fronteras como delimitaciones físicas y geográficas entre países, las cuales tienen la misión de preservar la soberanía estatal y la seguridad nacional; la segunda corriente teórica puede catalogarse como la liberal y entiende los espacios fronterizos como escenarios de cooperación e integración entre los Estados, más que como áreas de tensión y conflicto (BORDA, 2014, p. 58).

En el análisis de este texto, serán conjugadas la metodología cualitativa puesto que se utilizaron referencias bibliográficas para el estudio además de la cuantitativa. La metodología cuantitativa utiliza la recolección y el análisis de datos para contestar preguntas de investigación y probar hipótesis establecidas previamente, y confía en la medición numérica, el conteo y frecuentemente el uso de estadística para establecer con exactitud patrones de comportamiento en una población.

En este sentido, el método cuantitativo de acuerdo con (HERNANDEZ SAMPIERI, FERNANDEZ COLLADO e BAPTISTA LUCIO, 2010) manifiestan que usan la recolección de datos para probar hipótesis, con base en la medición numérica y el análisis estadístico, para establecer patrones de comportamiento y probar teorías, además señalan que este enfoque es secuencial y probatorio, cada etapa precede a la siguiente y no podemos “brincar o eludir” pasos, el orden es riguroso, aunque desde luego, podemos redefinir alguna fase y parte de una idea, que va acotándose y, una delimitada, se derivan objetivos y preguntas de investigación, se revisa la literatura y se construye un marco o una perspectiva teórica.

El Primer Congreso Internacional de Organismos Nacionales de Turismo reunidos en Londres, decide la creación de una nueva organización internacional de carácter no gubernamental y de ámbito universal para reemplazar la antigua UIOOPT establecida en 1934³.

El turismo agrupa al conjunto de actividades de producción y consumo, a las que dan lugar determinados desplazamientos seguidos de una noche, al menos, pasada fuera del domicilio habitual, siendo el motivo del viaje el recreo, los negocios, la salud o la participación en una reunión profesional, deportiva o religiosa (MARTÍNEZ, 2015). La OMT (NACIONES UNIDAS) define al Turismo como aquello que comprende las actividades que realizan las personas (turistas) durante sus viajes y estadías en lugares distintos al de su entorno habitual, por un periodo de tiempo consecutivo inferior a un año, con fines de ocio, por negocios y otros motivos.

El Paraguay, como miembro de la Organización Mundial del Turismo (OMT) ratificó los estatutos del órgano rector del turismo a nivel mundial, por medio de la Ley N° 02/92 «Que aprueba los estatutos de la Organización Mundial del Turismo» y la Ley N° 5439/2015 «Que aprueba las enmiendas al estatuto de la Organización Mundial del Turismo» por medio de las cuales el país se compromete a adoptar las medidas globales para la sensibilización sobre la importancia del Turismo

Las llegadas internacionales a América del Sur aumentaron un 6% en 2015, pero con resultados bastante diferentes en todos los destinos. Paraguay casi duplicó sus llegadas, según los datos de la OMT. (UNWTO, 2016)⁴.

³ El 27 de septiembre de 1970, la Asamblea General Extraordinaria de la UIOOT, convocada en México D.F. (México), adopta los Estatutos de la Organización Mundial del Turismo (OMT). En 1976 Se firma el Acuerdo entre el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) y la OMT que actuará como organismo de ejecución del PNUD para realizar actividades de cooperación técnica en cooperación con los Gobiernos.

⁴ Datos recuperados de la OMT 2016: <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284418145>

El turismo en Paraguay sufrió un gran incremento en los últimos años, según las estadísticas obtenidas, se puede visualizar que hubo un aumento pronunciado en los años 2016 y 2017, debido a la gran cantidad de flujo turístico en las fronteras con Argentina.

De acuerdo con cifras de la Organización Mundial del Turismo, para el período del 2013-2014 Paraguay fue el país menos visitado de América del Sur después de Guyana y Surinam, con sólo 610 mil turistas internacionales. Aunque esto remitió en el 2015, cuando se registró más de un millón de turistas, lo que representaría un 97 por ciento de crecimiento, lo cual colocó a Paraguay como el país con mayor crecimiento turístico en el 2015 y el octavo más visitado de Sudamérica⁵ (UNWTO, 2014).

El control del flujo turístico en Paraguay se da por medio de una herramienta de la SENATUR llamado Observatur. El Observatorio Turístico del Paraguay es responsable de elaborar, compilar y publicar las estadísticas, datos, documentos e investigaciones concernientes al turismo nacional.

PLAN MAESTRO

Para hablar del origen del Plan Maestro del Sector Turístico en Paraguay es necesario hacer referencia a la Ley 2828/05 del Turismo que en su Artículo 19 establece que “El Plan Director Nacional del Turismo es el instrumento técnico operativo para el desarrollo sustentable del turismo. Su formulación estará a cargo de la SENATUR, en consulta con el Consejo Nacional de Turismo y los demás componentes del Sistema Turístico Nacional”. Paraguay presenta un gran potencial de crecimiento desde el punto de vista del Turismo, para cuya materialización se planificaron un conjunto de actuaciones enfocadas a conseguir objetivos concretos, en lo que se denomina Plan Maestro del Desarrollo Sostenible del Sector Turístico del Paraguay. (PLAN MAESTRO, p. 12,13).

El Plan Maestro se elaboró en base a 5 ejes estratégicos de acción, los cuales van orientados a promocionar y catapultar al Paraguay como un destino turístico, vender la Marca Paraguay internacionalmente y potenciar los atractivos turísticos del mismo. La estrategia se define como el conjunto de acciones que nos lleva a un fin determinado, también podemos decir que la estrategia es el proceso seleccionado mediante el cual se espera lograr alcanzar un estado futuro.

⁵ Recuperado de <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284416226>

Bajo estas premisas y habiendo definido en el apartado anterior las características pretendidas para el modelo futuro o imagen objetivo del sector turístico de Paraguay, se plantean los ejes estratégicos actualizados del Plan Maestro de Turismo en Paraguay:

- Eje 1 Accesibilidad y Facilitación Turística.
- Eje 2 Sector Empresarial.
- Eje 3 Recursos Humanos.
- Eje 4 Productos Turísticos.
- Eje 5 Promoción Turística.

Todos los ejes estratégicos de acción se subdividen en programas y subprogramas más específicos para el logro de los objetivos.

FLUJO TURISTICO EN PARAGUAY

Paraguay es un país mestizo, los guaraníes y los colonizadores españoles se mezclaron como en pocas partes de Latinoamérica, haciendo que no se tengan en la actualidad grandes diferencias raciales que motiven conflictos de clase.

Paraguay ha sido históricamente, como otros países de América, pero en menor medida, destino de inmigrantes europeos, sobre todo a fines del Siglo XIX y principios del XX, españoles e italianos en mayor número.

Ya en el Siglo XX se dio una corriente migratoria de colonos provenientes de Alemania en el año 1917, en la zona del Guairá; y en el año 1927 por motivaciones religiosas, los menonitas que se instalaron en el Chaco Central; posteriormente (1948) se dieron otros contingentes también de menonitas que se asentaron en la Región Oriental (en San Pedro y Caaguazú).

Otros grupos de inmigrantes japoneses, alemanes, ucranianos y polacos se asentaron en el Departamento de Itapúa en la primera mitad del Siglo XX y una inmigración relativamente más reciente la constituyen los grupos de coreanos, chinos y árabes, estos últimos sobre todo en Ciudad del Este (Departamento de Alto Paraná) (PLAN MAESTRO, 2008, p. 24).

Como fue detallado más arriba, la herramienta que la Secretaria Nacional de Turismo utiliza para medir el flujo turístico receptivo de Paraguay es el Observatorio Nacional de Turismo, de la cual se obtuvo los datos estadísticos para la presente investigación.

Algunas variables estadísticas que se analizan en el presente artículo son: el ranking de nacionalidades que ingresaron al país como turistas y excursionistas de los últimos 7 años, las vías

de acceso que utilizaron para entrar al país, los gastos turísticos y el motivo de visita que los llevaron a visitar el país.

El primer punto por analizar es el país de origen de los excursionistas y turistas que llegan a territorio paraguayo. En el siguiente gráfico se puede observar que el porcentaje de argentinos que llega al país lidera la tabla, convirtiéndose a través de los últimos 7 años la nacionalidad con mayores entradas al país realizada, con el 61,23% de ingresos registrados seguida por los de nacionalidad brasileña. Es importante destacar la diferencia entre excursionistas y turistas, pues los excursionistas son aquellos que no pernoctan en el país y los turistas tienen una permanencia mínima de 24 horas en el país y pernoctan en el mismo. Si bien el porcentaje de turistas lo lideran los argentinos, el mayor porcentaje de excursionistas también son de procedencia argentina. Especialmente se puede destacar el peso de los argentinos tanto en el perfil de turistas como de excursionistas.

Si se analiza el gráfico a continuación, se puede ver el pronunciado incremento de turistas ingresados al país en el año 2015, una diferencia del 131% respecto al año anterior. Se puede inferir que dicho comportamiento se dio por causa de la caída en los precios de los productos en Paraguay y la visita del Sumo Pontífice a Paraguay, idea sustentada en base a las noticias de dicho año publicadas por el diario Clarín de Argentina (AZARKEVICH, 2017).

Puede ser entendido entonces, a partir del presente dato, que el boom de Paraguay como destino turístico y de excursión se da en esos años más notoriamente, pudiendo evaluarlo como el año con mayor ingreso económico del rubro turístico, según datos encuestados. El gasto de los excursionistas es superior al del turista debido en gran medida a la importancia de los gastos en compras que realiza el excursionista en el país (PANAMERICANA, 2017). Según informe del Ministerio de Hacienda, el ingreso económico del rubro turístico el año 2016 ascendió a USD 11.377.665 mientras que en 2017 la cifra fue de USD 15.068.781 (HACIENDA, 2017).

Figura 1: Llegadas de turistas según nacionalidad 2007-2017

LLEGADAS DE TURISTAS A PARAGUAY POR NACIONALIDAD
AÑOS 2010 - 2017

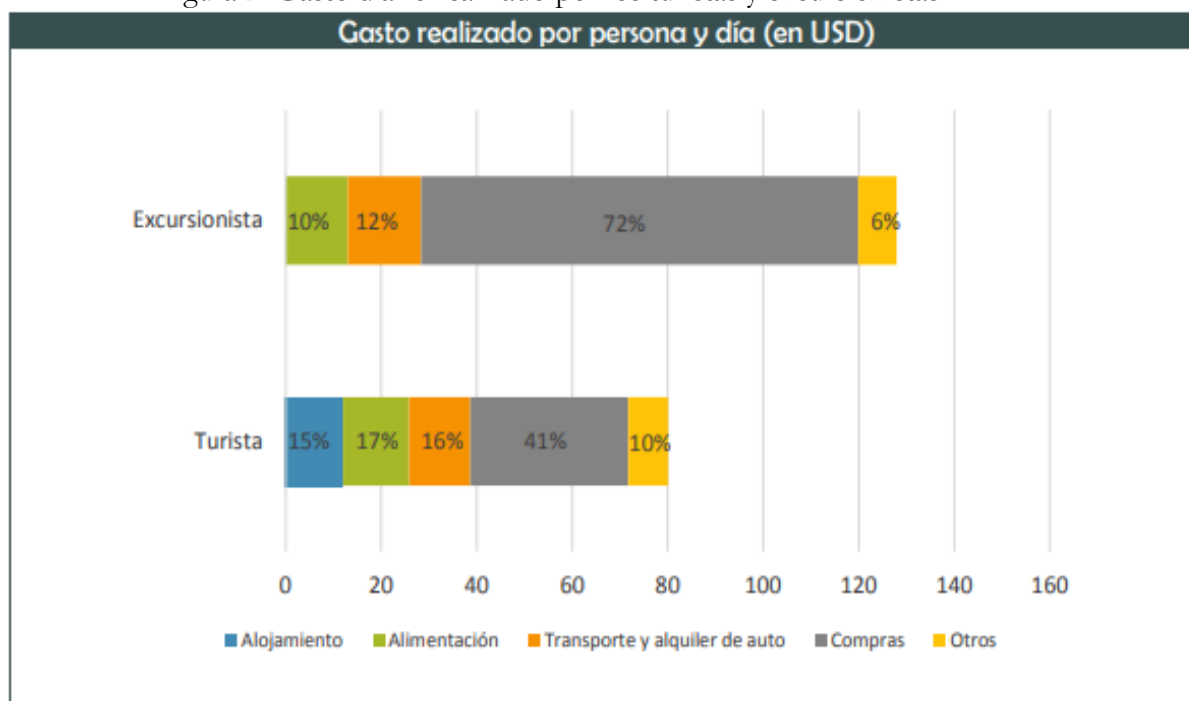
PAIS DE NACIONALIDAD	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL	%
ARGENTINA	218.418	222.901	254.328	271.897	308.367	848.387	932.373	1.189.074	4.245.745	61,23%
BRASIL	159.280	176.440	171.925	191.451	183.127	190.003	202.946	229.352	1.504.524	21,70%
URUGUAY	11.216	14.154	15.448	12.801	14.606	18.896	20.747	20.916	128.784	1,86%
CHILE	9.829	11.706	11.780	11.042	14.403	17.946	18.010	14.758	109.474	1,58%
COLOMBIA	2.482	4.177	7.129	7.279	9.986	10.419	12.035	13.407	66.914	0,97%
VENEZUELA	694	1.789	2.611	2.119	2.291	2.753	2.689	3.230	18.176	0,26%
ECUADOR	779	1.815	2.369	2.184	2.186	2.817	3.268	3.642	19.060	0,27%
PERU	4.141	6.219	7.909	6.394	6.447	9.003	9.565	9.102	58.780	0,85%
BOLIVIA	11.646	23.256	18.202	18.674	14.322	15.911	11.011	15.175	128.197	1,85%
E.E.U.U	10.142	11.285	17.280	18.677	19.204	19.479	16.840	15.424	128.331	1,85%
CANADA	1.647	1.606	2.292	2.223	2.530	2.430	1.946	1.948	16.622	0,24%
MEXICO	1.501	2.563	3.950	3.986	4.631	5.008	5.026	4.466	31.131	0,45%
ALEMANIA	7.173	9.057	11.486	10.105	9.962	9.636	6.591	8.873	72.783	1,05%
ESPAÑA	4.929	8.364	11.800	12.070	11.740	15.582	17.292	14.405	96.182	1,39%
ITALIA	2.568	3.632	4.185	4.148	4.531	5.232	5.449	4.787	34.532	0,50%
FRANCIA	2.376	3.008	4.512	4.272	4.269	5.157	6.100	4.566	34.260	0,49%
JAPON	3.134	2.666	3.947	4.435	4.798	4.324	4.657	3.761	31.722	0,46%
OTROS PAISES	13.309	19.102	28.152	26.144	31.662	31.630	31.653	27.051	208.703	3,01%
TOTAL	465.264	523.740	579.305	609.901	648.962	1.214.613	1.308.198	1.583.937	6.933.920	100,00%

DIRECCIÓN GENERAL DE MIGRACIONES - POLICÍA NACIONAL - SENATUR

FUENTES: SENATUR - DIRECCIÓN GENERAL DE MIGRACIONES - POLICÍA NACIONAL

Fuente: Senatur y Dirección Nacional de Migraciones.

Figura 2: Gasto diario realizado por los turistas y excursionistas



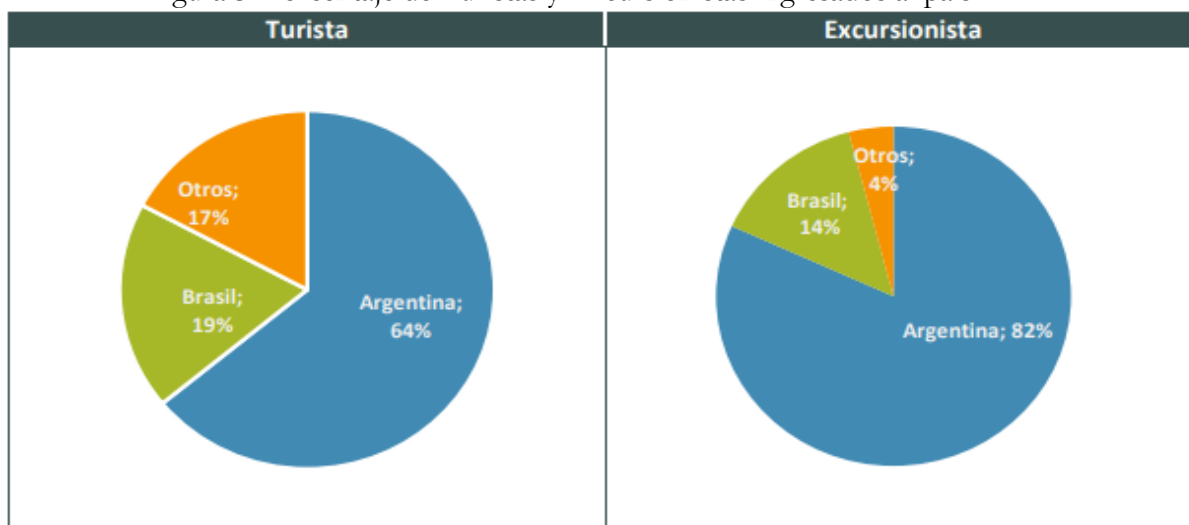
* Tipo de cambio establecido por el Banco Central de Paraguay al cierre mensual de Abril de 2017

Fuente: Banco Central del Paraguay y SENATUR 2017

En el siguiente gráfico, se puede visualizar el porcentaje diferenciado entre excursionistas y turistas, la discrepancia entre ambas radica en la permanencia en el país de destino. Según estas

estadísticas muestran que hay un mayor porcentaje de excursionistas que turistas, es decir que la motivación de ambos sería distintas ya que los excursionistas no permanecen por más de 24 hrs en el país de destino ni pernoctan en el mismo, mientras que los turistas sí.

Figura 3: Porcentaje de Turistas y Excursionistas ingresados al país.

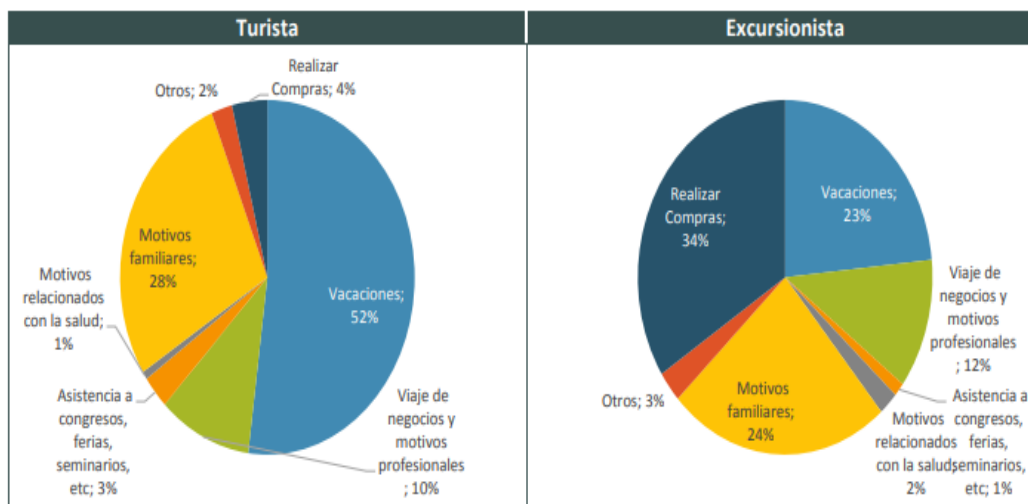


PAÍS DE RESIDENCIA	Turista		Excursionista	
	Número	Porcentaje	Número	Porcentaje
Argentina	1754	64%	723	82%
Brasil	514	19%	125	14%
Otros	470	17%	36	4%
Total	2738	100%	884	100%

Fuente: SENATUR 2017

A continuación, el siguiente gráfico apunta a las distintas motivaciones que poseen los turistas al visitar Paraguay, el gráfico de turistas indica que la motivación principal es el turismo vacacional, que representa más de la mitad de los turistas ingresados al país, seguidamente por los motivos familiares en menor porcentaje, se puede inferir que Paraguay representa un destino turístico para el público internacional, es decir que si bien el Paraguay es un país mediterráneo se va posicionando a nivel regional como un referente turístico y como una opción vacacional debido a diversos factores que la hace atractiva. A diferencia de los excursionistas, el mayor porcentaje se ve motivado por el turismo de compras, pudiendo ultimar que los motivos que llevan tanto al turista como al excursionista decidir visitar Paraguay son distintos, en su mayoría estos excursionistas se ven atraídos por el costo ventajoso que representa hacer las compras en Paraguay por la moneda y el cambio, teniendo en cuenta que la moneda es el guaraní, una de las monedas más estables de la región vigente desde 1943.

Figura 4: Estadística sobre motivación de los turistas de visitar el Paraguay



MOTIVO DE VIAJE	Turista		Excursionista	
	Número	Porcentaje	Número	Porcentaje
Vacaciones	1426	52%	207	23%
Viaje de negocios y motivos profesionales	279	10%	105	12%
Asistencia a congresos, ferias, seminarios, etc.	83	3%	11	1%
Motivos relacionados con la salud	20	1%	19	2%
Motivos familiares	761	28%	215	24%
Otros	63	2%	25	3%
Realizar Compras	106	4%	302	34%

Fuente: SENATUR

Otro factor por analizar son las vías de acceso a Paraguay, es decir, las fronteras. Paraguay limita con tres países: Brasil, Argentina y Bolivia, de acuerdo con la tabla de abajo, cabe destacar que el mayor flujo de turistas ingresa por la frontera con Argentina, específicamente vía terrestre por el Puerto Falcon, que limita con la ciudad de Clorinda del lado argentino y en menor medida por Encarnación, frontera con la ciudad de Posadas.

Seguidamente la mayor actividad turística se registra en la frontera con Brasil, Ciudad del Este que limita con la ciudad de Foz de Iguazú. Evidentemente, se aprecia que la mayor cantidad de turistas que visitan el Paraguay utilizan la vía de acceso terrestre, siendo en menor medida las entradas aéreas por.

Es importante mencionar además que Paraguay cuenta con dos aeropuertos internacionales, el aeropuerto con mayor actividad es el Aeropuerto Internacional Silvio Pettrossi, ubicada en la ciudad de Luque y el Aeropuerto Internacional Guaraní es el segundo más importante del Paraguay, está ubicado en el distrito de Mínga Guazú y brinda servicios a Ciudad del Este, es el más importante en lo que respecta a transporte de cargas.

TURISTAS INGRESADOS A PARAGUAY SEGUN VIA DE ACCESO

Año								
VIA DE INGRESOS	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
VIA AEREA								
AEROP. SILVIO PETTIROSSI	118.563	163.385	200.780	196.569	232.013	231.842	221.144	194.056
AEROPUERTO GUARANI	14.549	9.330	12.116	13.741	5.194	837	776	273
TOTAL	133.112	172.715	212.896	210.310	237.207	232.679	221.920	194.329
VIA TERRESTRE								
CIUDAD DEL ESTE	63.767	106.833	105.120	122.440	114.744	136.186	163.120	184.258
ENCARNACION	104.802	63.900	70.830	80.674	72.190	393.396	218.428	199.238
PUERTO FALCON	106.494	97.872	109.753	111.533	151.569	349.409	447.432	592.210
CONCEPCION					412	202	435	427
PEDRO JUAN CABALLERO	19.157	23.171	23.006	21.394	24.795	23.144	17.552	23.284
SALTO DEL GUAIRÁ	13.806	13.942	13.206	15.762	13.496	19.822	31.693	35.371
INFANTE RIVAROLA	6.983	19.332	14.500	15.896	7.512	8.202	-	9.025
KM 7							2.577	3.095
MCAL ESTIGARRIBIA							958	
20 DE SETIEMBRE							166	1.069
PASO DE TRENES POSADAS							165	140
TOTAL	315.009	325.050	336.415	367.699	384.718	930.361	882.526	1.048.117
VIA FLUVIAL (BALSA)								
ITA ENRAMADA	7.723	16.670	21.087	22.371	17.065	36.276	45.681	78.085
NANAWA	1.565	1.351	721	962	150	-	-	-
PTE. FRANCO							14.719	27.204
ALBERDI							129.805	214.776
PILAR	7.855	7.954	8.186	8.559	9.822	15.297	13.547	21.426
TOTAL	17.143	25.975	29.994	31.892	27.037	51.573	203.752	341.491
TOTALES	465.264	523.740	579.305	609.901	648.962	1.214.613	1.308.198	1.583.937

Fuente: Secretaría Nacional de Turismo y la Dirección General de Migraciones

CONSIDERACIONES FINALES

Teniendo en cuenta el objetivo principal de este artículo, de analizar los datos disponibles para realizar inferencias de aproximación al tema Turismo en Paraguay, se llega a las siguientes conclusiones.

Indudablemente, el fenómeno turístico como objeto de las Relaciones Internacionales representa de gran valor puesto que el mismo tiene un impacto no solamente económico, sino social y cultural. Por medio del turismo hay grandes desplazamientos de personas, atravesando fronteras y límites, traficando cultura, ideas, entre otros.

Las relaciones internacionales no se limitan a la visión realista cuyo eje fundamental gira en torno a los Estados y que afirma una relación entre estados fundamentalmente conflictiva y problemática, lo cual podemos verlo materializado en las acciones de gobierno respecto al control en el ingreso y egreso de turistas en los países, como por ejemplo los requisitos de visa para visitar algunos países como Estados Unidos.

La realidad en la que vivimos es un mundo totalmente globalizado y cambiante que requiere el análisis de las Relaciones Internacionales desde otras perspectivas que logren explicar la realidad actual, puesto que las relaciones internacionales no encuentra límite en las relaciones entre entes

oficiales, sino entre grupo de personas e individuos de distintas nacionalidades, ya que los mismos pueden influir en la vida internacional, la profusión de turistas pueden eliminar fronteras mentales entre los hombres de distintos países.

El turismo desde otra perspectiva es visto generalmente como un instrumento pacificador entre las naciones dentro del sistema internacional, podemos decir que, si proliferamos el turismo en las relaciones internacionales, esto podría desencadenar la reducción en las tensiones de los conflictos entre Estados.

La multiplicidad y la heterogeneidad de actores en el Turismo Internacional son características de las relaciones interdependientes, dentro del rubro turístico se ven envueltos muchos actores de diversas áreas, además de los actores turísticos como los miembros de la sociedad turística transnacional, las organizaciones turísticas internacionales y regionales, entre las empresa del sector turístico también encontramos al Estado y a sus órganos de gobierno específicos o vinculados: entes nacionales de turismo, representaciones nacionales o provinciales de turismo en el extranjero, servicio exterior nacional, entes de marca-país, etc.

En Paraguay, es notorio el crecimiento acentuado que se ha dado en el turismo, los resultados del turismo receptor en el país representan un avance significativo posicionándose como referente turístico internacional. Cabe destacar que el turismo regional es la que gana protagonismo en las estadísticas analizadas, la mayor concentración de visitantes es provenientes de los países del bloque Mercosur.

Si bien los datos fueron analizados muy superficialmente, se puede indagar que el turismo es un factor positivo en las relaciones internacionales, puesto que afianza las buenas relaciones entre Estados y permite un desarrollo económico del país receptor.

Este artículo fue un texto más exploratorio que analítico, pues hay otros factores que pueden ser analizados y los cuales pueden ser objetos de nuevas investigaciones.

Las limitaciones de este trabajo se dieron por causa de la falta de información disponible al público, falta de bibliografía de origen paraguayo que ayudase a la interpretación de los datos cuantitativos.

Finalmente, este trabajo permitió identificar las variables que se tienen en cuenta para medir y controlar la actividad turística y de ese modo hacer estudios más profundos que permitan al lector tener un panorama más amplio de la realidad turística en Paraguay. Si bien las variables analizadas no son suficientes para determinar el impacto del turismo en las relaciones internacionales, sirven como punto de partida para nuevas interrogantes a investigar.

BIBLIOGRAFIA

- AZARKEVICH, E. Auge de compras en Paraguay: los viajes se triplicaron y hay récord histórico. **Clarín**, 07 Septiembre 2017.
- BORDA, S. **Relaciones Internacionales y Fronteras**. [S.l.]. 2014.
- CALDUCH, R. «Concepto y método de las relaciones internacionales». In: _____ **capítulo 1**. [S.l.]: Editorial de Ciencias Sociales, 1991. p. 1-21.
- HACIENDA, M. D. Ingresos estimado en USD. **Ministerio de Hacienda**, 2017.
- HERNANDEZ SAMPIERI, R.; FERNANDEZ COLLADO, C.; BAPTISTA LUCIO, P. Metodología de la Investigación, 2010.
- KING, G.; O. KEOHANE, R.; VERBA, S. La inferencia científica en los estudios cualitativos. In: KING, G.; O. KEOHANE, R.; VERBA, S. **El diseño de la investigación social**. [S.l.]: Alianza Editorial, 2011. p. 13-19.
- MARTÍNEZ, E. S. B. Una Geografía del Turismo para la comprensión de la territorialización turística. **Corporación Universitaria UNITEC**, 2015.
- NACIONES UNIDAS. Organización Mundial del Turismo.
- PANAMERICANA, E. **Mejora del Sistema Nacional de Estadística de la Senatur**. Asunción. 2017.
- PLAN MAESTRO. **Plan Maestro**. Asunción: [s.n.], 2008.
- SODUPE CORCUERA, P. ¿Crisis o pluralismo paradigmático? In: _____ **El estado actual de las Relaciones Internacionales como ciencia social**. [S.l.]: Revista de Estudios Políticos, 1992. p. 75.
- UACM, E. F. G. D. I. Conceptualización actual de la frontera. **UACM**, 2015.
- UNWTO. Tourism Highlights. **UNWTO Tourism Highlights**, p. 7, 2014.
- UNWTO. Tourism Highlights. **UNWTO Highlights**, MADRID, p. 6-7, 2016.
- VELASCO HERNANDEZ, A. **México en el ámbito geopolítico estadounidense**. Ciudad de Mexico : Facultad de Filosofía, UNAM, 2005.

O IMPACTO DA GUERRA DA ÁGUA NOS MOVIMENTOS SOCIAIS DA BOLÍVIA¹

Gabriela dos Santos Alves²
Raquel Nascimento de Oliveira³

Resumo: Por décadas na cidade de Cochabamba na Bolívia a população por conta do posicionamento geográfico já propício para escassez de água sofria por conta de uma má distribuição de água deixando as pessoas já acostumadas em buscar soluções autonomamente, como irrigações comunitárias para melhorar a escassez. Em 2000 a população lutou e venceu a privatização da empresa que era responsável pelo abastecimento de água, a SEMAPA, o governo de Cochabamba aprovou lei que determinava a exploração da água sendo um direito privado. Com muita luta sangrenta e manifestações a população rural e da cidade com apoio e liderança da Coordenadora de Águas de Cochabamba, conseguiram revigorar essa nova lei, um fato nunca antes acontecido nos países da América Latina.

Palavras-chave: Guerra da Água; Cochabamba; Privatização; Movimento social na Bolívia; América do Sul.

INTRODUÇÃO

Desde a antiguidade a água é considerada um recurso fundamental para a manutenção da vida humana e, conseqüentemente, constituindo um fator de muitas tensões para as civilizações ao longo da história. No processo de desenvolvimento humano, a exploração da água possibilitou que muitas empresas obtivessem lucros – deixando parcelas da população em diversas regiões reféns da exploração comercial desse bem vital para a humanidade.

Nesse sentido, o presente artigo pretende contribuir com as discussões referentes a privatização dos recursos naturais com foco na privatização da água, tomando como exemplo a Guerra da Água ocorrida na cidade boliviana de Cochabamba, entre janeiro e novembro de 2000, e analisando sob o ponto de vista histórico o impacto que esse conflito teve na sociedade boliviana. Em função disso, será realizada uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfica e documental orientada pela teoria dos movimentos sociais. Foi realizada uma pesquisa nas áreas de Direitos Humanos, História, Ciência Política e das Relações Internacionais.

O argumento central desta pesquisa parte do pressuposto de que apesar da existência histórica de diferentes tensões sociais na região, a privatização das águas foi o fio condutor que

¹ Orientador: Prof. Dr. Adriano Pires de Almeida – Professor do curso de Relações Internacionais e coordenador do Grupo de Estudos da América Latina da PUC Goiás.

² Aluna de graduação do curso de Relações Internacionais da PUC Goiás e membro do Grupo de Estudos da América Latina da PUC Goiás

³ Aluna de graduação do curso de Relações Internacionais da PUC Goiás e membro do Grupo de Estudos da América Latina da PUC Goiás

tornou a cidade de Cochabamba uma referência em movimentos sociais na América do Sul. Foi feita uma pesquisa utilizando vídeos, dissertações de mestrados, teses de doutorados, artigos do *Le Monde Diplomatique* Brasil, livros e sites como A Folha de São Paulo e BBC. Desde modo, o trabalho busca compreender os motivos que levaram ao estabelecimento daquele conflito como a adoção do modelo econômico neoliberal que beneficiam as grandes empresas que exploram os recursos naturais e buscam dominá-lo para aumentar seus patrimônios.

O PREMATURO NEOLIBERALISMO NA BOLÍVIA

Para se entender a Guerra da Água, é preciso analisar a situação na qual a Bolívia se encontrava na governança de Hugo Banzer em 1997, de acordo com Camargo (2006), essa época correspondeu a um grande sentimento de descrença da população, que viam na implantação da política econômica neoliberal em 1895, única solução encontrada na época para a crise que vinha assolando a Bolívia, o grande fator da fragilidade econômica e uma estagnação como nunca antes vista. O país sofria de crises que se sucediam regularmente afetando a qualidade de vida da população e alimentando o sentimento de descontentamento.

De acordo com Pfrimer (2009), essa crise contribuiu para a intensificação da escassez de água em Cochabamba, cidade com clima semiárido já propenso a escassez, quando a falta de recursos financeiros prejudicou a infraestrutura, tanto a captação de água subterrânea e superficial foram dificultadas, além disso, o armazenamento que acontecia no verão, única estação onde ocorriam chuvas regulares, foi prejudicado por falta de recursos técnicos. A água encontrada no subterrâneo era suficiente para suprir as necessidades da população, mas o povo não tinha acesso a ela pela má distribuição da água.

A PRIVATIZAÇÃO E O AUMENTO DAS TAXAS DA ÁGUA

De acordo com Drumond (2015), o ano de 2000, Hugo Banzer assinou um documento para privatizar as águas de Cochabamba, dentre os motivos estava o Banco Monetário Internacional (FMI), que exigia a privatização da água para a quitação das dívidas da Bolívia,

frutos da crise, através de um consórcio estrangeiro com uma empresa norte Americana chamada Bechtel Holdings especializada em construção civil, o previsto era uma duração de 40 anos. A Guerra da Água ajudou a evidenciar os novos mecanismos de acumulação capitalista e sua capacidade destrutiva.

A empresa de captação e tratamento de água, antes feito pelo *Servicio municipal de agua potable y alcantarillado* SEMAPA passou a ser feito pela *Aguas de Tunari*. A situação da população de

Cochabamba piorou, a escassez era contínua, aliás, as taxas do uso da água aumentaram primeiramente em 35%, mas após inúmeras denúncias feitas pelos moradores que tiveram uma cobrança muito mais alta do que a normal, uma pesquisa mostrou aumento de até 200% no preço da água, o que fez a população se revoltar.

Drumond (2015) também fala que para lutar contra o grande aumento das taxas, a população começou a fazer protestos nas ruas e passeatas, além disso, foi criada uma organização chama *La coordinadora*, ou *Coordinadora del Agua* para auxiliar os moradores a buscarem sua voz, no total essa organização teve mais de 600 mil seguidores que compartilhavam de um único objetivo: expulsar a empresa *Águas de Tunari* acabando com o contrato do consórcio.

O líder da *Coordinadora del Agua*, Oscar oliveira, afirmava que o neoliberalismo é o culpado da má gestão hídrica na qual a Bolívia se encontrava, ele dizia que as transnacionais e o governo neoliberal tinham trazido danos a Bolívia e no final, as empresa Betchel foi responsabilizada pela situação crítica.

Do ponto de vista clássico das teorias de análise, pode-se vincular um nome representativo dos movimentos sociais, Alain Touraine (2004) o autor enfatiza as noções de conflitos, controle do sistema histórico e classes sociais. Touraine baseia-se na ideia de conflito de luta, movimento de oposição coletiva sendo conceito de classe social como princípio para uma transformação histórica social, que o coletivo organizado investe na tomada de controle no lugar preexistente.

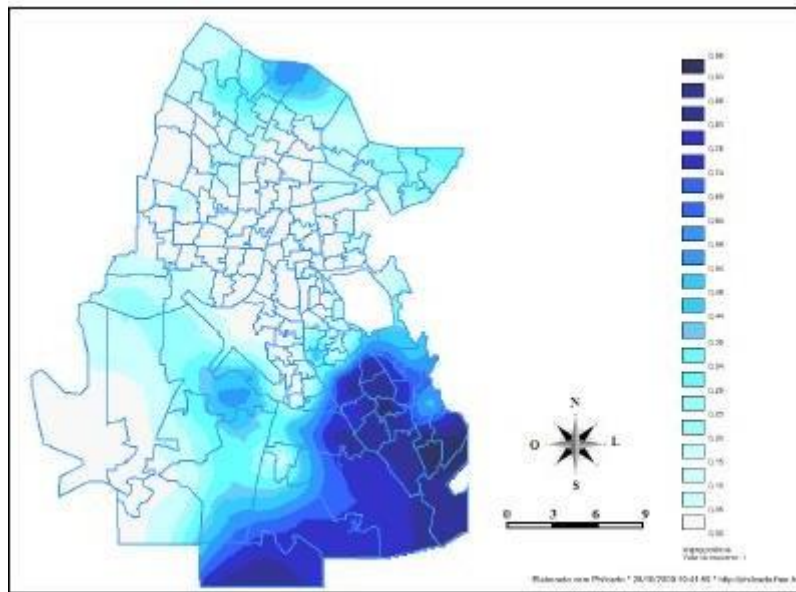
O povo resistiu nas ruas de janeiro até abril de 2000, foram meses tão violentos que poderiam facilmente ser comparados aos de uma ditadura, o governo respondeu violentamente as investidas da população, que sofreram ataques desproporcionais em termos de forças, porém isso não fez os moradores desistirem, em 20 de abril daquele ano a esperança nasceu, os protestos estavam no seu auge, a *Coordinadora* auxiliou o bloqueio de duas rodovias principais que davam acesso a cidade e o fechamento do aeroporto, além disso, foram construídas barricadas que bloqueavam as ruas da cidade (FREITAS e BORGES, 2018).

De acordo com Drumond (2015) uma negociação foi feita com o objetivo de revogar o contrato do consórcio, porém o governo de Hugo Banzer prende os membros da *Coordinadora* que faziam parte da negociação, isso causou mais revolta da população e mais confrontos com a polícia, o que resultou na morte do jovem Victor Hugo Daza. Depois do ocorrido, o prefeito de Cochabamba reúne uma coletiva de imprensa e decreta a revogação do contrato com as *Águas de Tunari*. Isso resultou na transferência da responsabilidade da gestão da água para a SEMAPA com supervisão dos cochabambinos, que acompanhavam todo o processo da água. A *Coordinadora* ficou conhecida como a maior porta voz do povo, que depois da guerra da água passou a lutar pelos seus interesses com muito mais força e determinação.

De acordo com Pfrimer (2009), pouco antes da Guerra da Água a SEMAPA encontrava-se com muitos problemas operacionais de distribuição, outra questão era o abastecimento ineficiente, pois 54% da água distribuída eram perdidas, o sistema de capacitação tinha capacidade de produzir 645 L/s enquanto isso produzia apenas 500 L/s para uma população na época de 517.024 pessoas, ofertando para cada habitante 68 L/dia uma quantidade muito insuficiente, e uma dívida de 30 milhões que impossibilitou de receber investimentos do Banco Mundial.

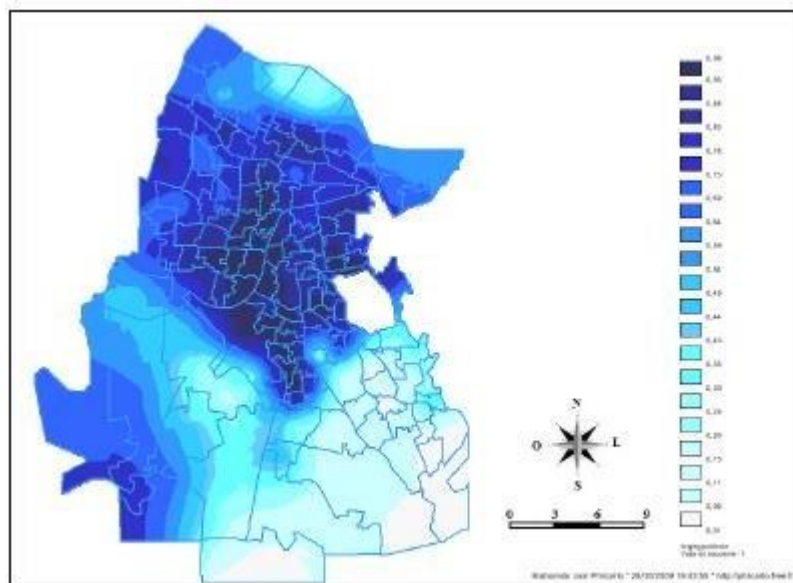
Devido a essa distribuição ineficiente da SEMAPA a região sul da cidade não era bem atendida com os serviços em 2001, enquanto o centro da cidade tinha uma organização mais eficiente por conta dos serviços básicos, fazendo com que boa parte das periferias da cidade tomasse providências para suprir essa má distribuição, como a perfuração de poços, no entanto na zona sul da cidade a situação era ainda mais delicada, pois a posição geográfica não favorecia a perfuração de poços, era onde era feita a distribuição por meio de caminhões pipas e o armazenamento da água era em péssimas condições. No requisito enquanto a falta de esgoto muitas pessoas faziam suas necessidades ao ar livre, muitas vezes contaminando as águas subterrâneas.

Figura 1: Habitações abastecidas com água de caminhões pipa nos diferentes distritos do município da região metropolitana de Cochabamba em 2000.



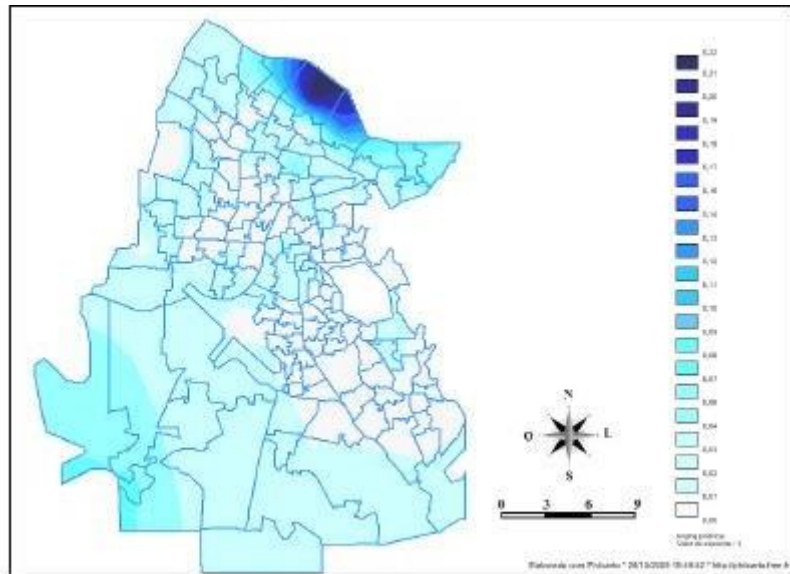
Fonte: Pfrimer (2009, p. 248).

Figura 2: Habitações abastecidas com água pela rede da SEMAPA nos diferentes distritos do município da região metropolitana de Cochabamba em 2000.



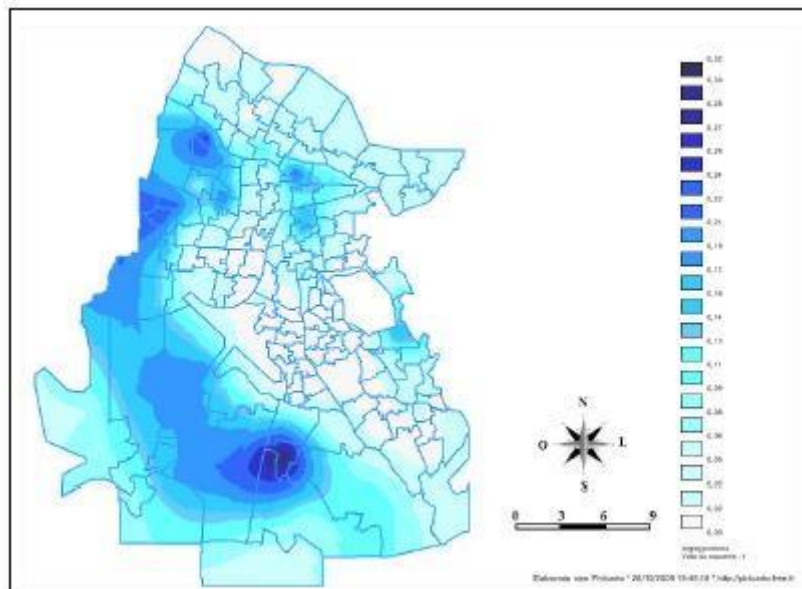
Fonte: Pfrimer (2009, p. 248).

Figura 3: Habitações abastecidas com água de rio, lago ou vertente nos diferentes distritos do município da região metropolitana de Cochabamba em 2000.



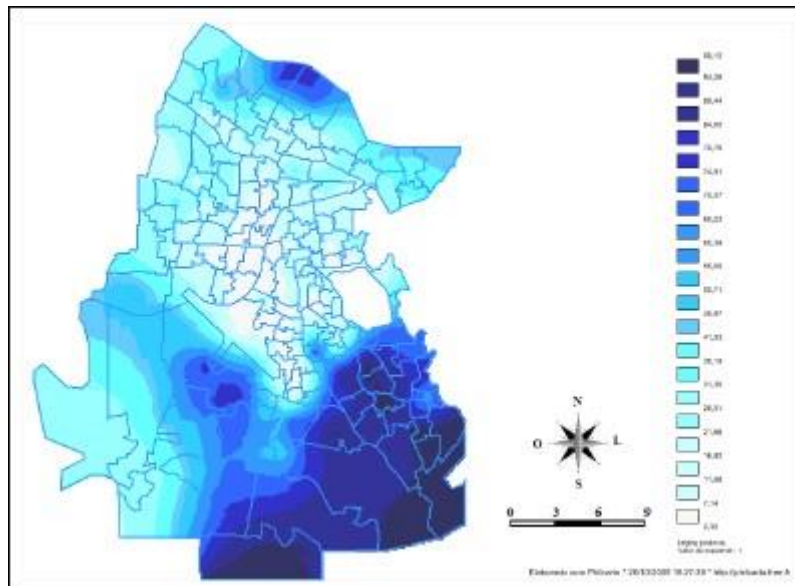
Fonte: Pfrimer (2009, p. 249).

Figura 4: Habitações abastecidas com água de poço nos diferentes distritos do município da região metropolitana de Cochabamba em 2000.



Fonte: Pfrimer (2009, p. 249).

Figura 5: Habitações não servidas pela rede de água da SEMAPA nos diferentes distritos do município da região metropolitana de Cochabamba em 2000.



Fonte: Pfrimer (2009, p. 251).

Por meio das figuras 1, 2, 3, 4 e 5, acima, percebe-se que a crise da água não foi apenas causada pelos fatores físicos, pois a falta de segurança e estrutura ali presente era evidente, a maior parte dos problemas está ligada a gestão dos recursos hídricos e o ordenamento territorial. É uma questão política, pois um bem vital retirado ali e bastante utilizado para manipulação de massas. A SEMAPA teve suas tarifas congeladas desde que a empresa estava em falência, e a politização da água produzia efeitos desastrosos para áreas mais pobres da cidade.

De acordo com Pfrimer (2009), a quantidade de água total captada era totalmente menor do que o previsto no projeto, a superfície irrigada também era mais reduzida, e em relação às tarifas ainda não se sabe ao certo o aumento certo, mas alguns autores consideram um aumento de 200% a 400%, algumas pessoas da *Coordinadora del Agua* menciona de 600% a 800% e um aumento ainda maior para os mais pobres. Para o autor, não se pode afirmar que à escassez absoluta da água foi o que causou a crise, mas sim a escassez criada por uma distribuição desigual com orientação política.

O IMPACTO DA GUERRA DA ÁGUA NAS MOBILIZAÇÕES SOCIAIS

No decorrer do estudo foi discutido ideias do sociólogo Manuel Castell (1972), em *A Questão Urbana* o processo gira em torno de uma transformação que modifica algo até ela se tornar outra coisa.

Se se considera que uma estrutura de poder é um conjunto de pessoas, entendemos que o jeito de encontrar diferentes pessoas comprometidas em diferentes projetos levam a conclusão de que existe uma estrutura pluralista de poder.

Segundo o mesmo, é visto que a estrutura de poder é vista como um conjunto de pessoas comprometidas em projetos que levam a conclusão desejada. A população se mostra interessada e a fim de mudar o sistema ali presente a partir da união. Essa iniciativa da população só ressalta que o poder de decisão vem integrando cada vez mais as pessoas que moram no país, e não somente o governo, isso foi importante em Cochabamba pois esse poder pluralista foi percebido com mais força durante a guerra da água, onde o governo se viu sem escolhas e teve que ouvir e garantir o desejo da população.

Tendo em vista os aspectos observados, pode-se notar que a crise e as dificuldades advindas dela, como a privatização da água, trouxeram a tona o lado nacionalista dos moradores, que eram contra uma empresa estrangeira explorando um recurso da Bolívia e tendo lucros enquanto os moradores nativos eram prejudicados e pagavam caro para ter acesso a sua própria água. É visto que o descontentamento da população com o modelo neoliberal antes citado agora é visto de forma aguda, onde as empresas começaram a lucrar com a exploração de recursos naturais da região de Cochabamba. Esse nacionalismo também foi defendido, como visto anteriormente, pelo líder da Coordenadora, Oscar Oliveira, que culpou o neoliberalismo, ou seja, a exploração por parte de empresas transnacionais o agravamento da crise na Bolívia (CAMARGO, 2006, p. 188).

Neste sentido, Romero (2007, p. 2) destaca que:

Diante dessa situação, a partir do ano 2000 essa população deu um BASTA às elites da oligarquia, ao saqueio das suas riquezas naturais, ao genocídio e à corrupção institucionalizada. Assim, emergiram os movimentos sociais, para que desde as ruas e estradas do país pudessem ouvir a sua voz e iniciar o caminho da articulação de novas alternativas inclusivas, soberanas e libertárias, na perspectiva da construção de um futuro com dignidade, trabalho e soberania nacional.

Em especial, os Indígenas tiveram seu levantamento, ou ressurgimento nos movimentos sociais a partir de 2000, onde vários movimentos foram feitos contra a segregação e a exclusão dos índios na Bolívia, que são população majoritária (62,2%), mas são privadas de recursos e desprovidas de poder. Essa luta se estende até os dias atuais, onde as mulheres indígenas lutam por sofrerem descaso e discriminação ao procurarem trabalhos. (ROMERO, 2007, p. 34).

A juventude de hoje é herdeira desse sentimento de luta e relevância na política, os jovens estudantes veem como obrigação a defesa do povo, por isso, é natural observar grupos estudantis em movimentos na cobrança de mudanças em políticas públicas e garantia dos direitos humanos, como a *Universidad Nacional Ecológica* UNE, faculdade de medicina na Bolívia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A recuperação da SEMAPA (serviço de água que precedeu a empresa *Agua de Tunari*) só foi possível pela guerra da água, por isso, evidência a solução como continuação desses movimentos, para o maior controle social em assuntos públicos, além da busca de uma melhor qualidade de vida. Hoje, os cidadãos sabem o seu poder, e frequentemente estudantes e trabalhadores são foco das notícias na Bolívia, onde lutam por melhorias na educação e no trabalho, como também na segurança.

No estudo dirigido, foi discutida principalmente a questão do poder da população em situações de insatisfação política. A Guerra da Água foi o início para que a população de Cochabamba pudesse expandir com movimentos e paralisações atuais, pois é possível concluir a lição de que um bem tão vital como a água não pode ser mercantilizada, e a única maneira de tirar esse bem das mãos de organismo gananciosos é através dos movimentos sociais, onde todos se unem para conseguir o objetivo.

Revigorar a luta organizada com total clareza política sendo capaz de restaurar o presente da revolução em nosso continente. Trazer para a atualidade história e memória da luta social ocorrida durante um período histórico fruto da força da população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEATRIZ, Cíntia. **Teoria dos Movimentos Sociais**. Curitiba: InterSaberes, 2017.

CAMARGO, Alfredo José Cavalcanti Jordão de. **Bolívia: A Criação de um Novo País a Ascensão do Poder Político Autóctone das Civilizações pré-Colombianas a Evo Morales**. Brasília: FUNAG, 2006.

CARMO, Marcia. **Governador de oposição a Morales teme “banho de sangue” na Bolívia**. Disponível em:

https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/01/070116_cochabamba_dg.shtml.

Acesso em 06 de setembro de 2018.

DRUMMOND, Nathalie. *A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural*. **Revista Nera**, Ano 18, n.º. 28, Dossiê 2015, ISSN: 1806- 6755.

ECODEBATE. **Cochabamba**: Guerra da Água completa 10 anos. Disponível em:

FOLHA DE SÃO PAULO. **Cochabamba faz greve contra corte orçamentário**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1905200707.htm>. Acesso em 06 de setembro de 2018.

FREITAS, Luna; BORGES, Júlia. **O direito à água conquistada por meio da luta**:

Guerrada água em Cochabamba. Disponível em:

<http://aninter.com.br/Anais%20CONINTER%203/GT%2009/13.%20BORGES%20FREITAS.pdf>. Acesso em 10 de setembro de 2018.

GALLANO, Henry. La Situación actual de los movimientos sociales urbanos. Autonomía, Pluralidad y territorialización múltipleo.2010

YOUTUBE. **La Guerra Del Agua**. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=Of3K5H3U83k>. Acesso em 05 de setembro de 2018.

JM NOTÍCIA. **Consulado em Cochabamba pede a brasileiros que não participem de manifestações**. Disponível em: <https://www.jmnoticia.com.br/2018/01/17/consulado-em-cochabamba-pede-brasileiros-que-nao-participem-de-manifestacoes/>.

Acesso em 06 de setembro de 2018.

MALFATTI, Selvino Antonio. Os Movimentos Sociais em Alain Touraine. Disponível em:

https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistaestudosfilosoficos/art13_rev6.pdf.

Acesso em Acesso em 10 de setembro de 2018.

PFRIMER, Matheus Hoffmann. **A Guerra da Água em Cochabamba, Bolívia**: desmistificando os conflitos por água à luz da geopolítica. Tese de doutorado. USP-Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (Departamento de Geografia). São Paulo, 2009.

ROMERO, Carlos Cortez. *Movimentos sociais da Bolívia*. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá/MT, v. 16, n. 31, p. 29-47, maio-ago. 2007.

SANTOS, Tânia Maria dos. **O sujeito nos movimentos sociais: algumas contribuições de Alain Toraine e Immanuel Kant**. Disponível em:

<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=1b8df7db8a335c90>. Acesso em 10 de setembro de 2018.

TRASPADINI, Roberta. **As lutas sociais da América Latina nas encruzilhadas do neoliberalismo**.

Disponível em: <https://diplomatique.org.br/as-lutas-sociais-da-america-latina-nas-encruzilhadas-do-neoliberalismo/>. Acesso em 07 de setembro de 2018.

A OEA E A QUESTÃO DEMOCRÁTICA NA VENEZUELA DE CHÁVEZ¹

Amanda O. Silva²

Resumo: A Organização dos Estados Americanos tem sua origem da Primeira Conferência Internacional Americana, realizada em Washington, D.C., entre 1889 e 1890, o que resultou na criação da União Internacional das Repúblicas Americanas. Iniciando o “Sistema Interamericano” e, entre seus princípios fundamentais, a democracia é considerada pedra angular desta organização internacional, respeitando o direito internacional e interamericano. O objetivo do presente trabalho é análise da democracia na América Latina, com ênfase na Venezuela e os pouco mais de 13 anos de governo chavista. Em tese, o regime venezuelano, no período chavista, não se consolidava como democracia e isso será explicado na atuação da OEA na utilização da Carta Democrática Interamericana.

Introdução

Fundada em 1948, a Organização dos Estados Americanos (OEA) tem como origem a União Internacional das Repúblicas Americanas e ao que ficou conhecido como “Sistema Interamericano”. Dentre os princípios fundamentais desse Sistema, o princípio da democracia era considerado um de seus principais pilares de sustentação. No entanto, observa-se que a aplicação desse governo se deu apenas em questões relacionadas à defesa do Estado Democrático de Direito e que somente a partir de 2001 ele passou a figurar como principal mecanismo de integração entre os países da OEA ficando conhecido como “Carta Democrática Interamericana”.

Em 1999 o então presidente Hugo Chávez realizou uma alteração na Constituição venezuelana de 1961 e fundou a República Bolivariana da Venezuela. O projeto de desenvolvimento econômico do governo venezuelano era focado na exploração e exportação de petróleo para os Estados Unidos da América (EUA). Entretanto, este trabalho acredita que esse projeto de desenvolvimento apresentou graves falhas em sua implantação no início de seu governo e acabou provocando um aumento nas desigualdades sociais, principalmente por causa da captação de investimentos da iniciativa privada, o que provocou, em várias ocasiões, a venda de itens de necessidades básicas a preço de custo muito inferiores aos custos de produção real e comprometeu o processo de desenvolvimento econômico do país aprofundando ainda mais as assimetrias existentes entre a sua população.

¹ Orientador: Prof. Dr. Adriano Pires de Almeida – Professor do curso de Relações Internacionais e coordenador do Grupo de Estudos da América Latina da PUC Goiás

² Aluna de graduação do curso de Relações Internacionais da PUC Goiás e membro do Grupo de Estudos da América Latina da PUC Goiás

Além disso, observa-se que a permanência de Chávez por pouco mais de 13 anos à frente da Venezuela ascendeu diversas questões sobre a observância dos princípios presentes na Carta Democrática Interamericana por parte do governo venezuelano. Deste modo, este trabalho procura examinar se houve respeito ao princípio democrático durante o governo Chávez. Neste sentido, o trabalho adotou a perspectiva qualitativa meio do desenvolvimento de uma pesquisa bibliográfica e documental enquanto recursos metodológicos.

A Organização dos Estados Americanos (OEA)

A OEA tem como origem a Primeira Conferência Internacional Americana³, realizada entre os meses de outubro de 1889 e abril de 1890 na capital dos EUA, Washington, D.C. Desta Conferência resultou, entre dezoito Estados americanos, a criação da União Internacional das Repúblicas Americanas cuja finalidade era promover a “coleta e distribuição de informações comerciais” (EUA, 1889) além de fortalecerem “a recomendação de que a conquista não criaria direitos; bem como se produziu orientações para a redação de um tratado sobre arbitragem que evitasse o recurso da guerra como meio lícito para a resolução de controvérsias entre as nações americanas” (EUA, 1889), dando início assim ao chamado “Sistema Interamericano”.

O Sistema Interamericano foi direcionado para cobrir interesses comerciais para a integração entre seus membros com o intuito de promover uma cooperação no setor privado e na segurança regional em favor da criação de um ambiente pacífico. Em 1948, esse Sistema foi substituído, conforme mencionado anteriormente, pela Organização dos Estados Americanos que tinha como missão integrar os Estados americanos e, como estipula o art. 1º de sua Carta Constitutiva, estabelecer “uma ordem de paz e de justiça, para promover sua solidariedade, intensificar sua colaboração e defender sua soberania, sua integridade territorial e sua independência” (COLÔMBIA, 1948).

Entre seus princípios fundamentais, em respeito ao direito internacional e ao direito interamericano, a democracia é considerada a pedra angular da Organização que além de reconhecer a separação, a independência e a soberania entre os poderes internos de cada Estado membro procura,

³ Até 1948, quando foi criada a OEA, foram realizadas as seguintes: I Conferência Internacional Americana (1889) – Washington; II Conferência Internacional Americana (1901) – Cidade do México; III Conferência Internacional Americana (1906) – Rio de Janeiro; IV Conferência Internacional Americana – Buenos Aires (1910); V Conferência Internacional Americana (1923) – Santiago do Chile; VI Conferência Internacional Americana (1928) – Havana; VII Conferência Internacional Americana (1933) – Montevideú; VIII Conferência Internacional Americana (1938) – Lima; e, IX Conferência Internacional Americana – Bogotá (1948). Houve ainda, nesse período, inúmeras reuniões especializadas de ordem jurídica, econômica, financeira, jurídica, saúde, social e profissional

também, fortalecer a economia, a política e cultura de seus membros, como afirmado na “Primeira Reunião de Cúpula das Américas: Declaração de Princípios”⁴:

Reiteramos a nossa firme adesão aos princípios do Direito Internacional e aos propósitos e princípios consagrados na Carta das Nações Unidas e na Carta da Organização dos Estados Americanos, inclusive os princípios de igualdade soberana dos Estados, de não intervenção, de autodeterminação e de solução pacífica de controvérsias. Reconhecemos a heterogeneidade e diversidade dos nossos recursos e culturas, assim como estamos convencidos de que, mediante a formação de sólidos vínculos associativos, podemos fazer avançar nossos interesses e valores comuns (USA, 1994, p. 1).

Além disso, é importante mencionar que na Primeira Reunião de Cúpulas das Américas ainda se afirmou que:

A Carta da OEA estipula que a democracia representativa é indispensável para a estabilidade, paz e desenvolvimento da região. É o único sistema político que garante o respeito aos direitos humanos e o estado de direito e salvaguarda a diversidade cultural, o pluralismo, o respeito pelos direitos das minorias e a paz nas nações e entre elas. A democracia baseia-se, entre outros fundamentos, em eleições livres e transparentes e inclui o direito de todos os cidadãos de participar do governo. A democracia e o desenvolvimento reforçam-se mutuamente (USA, 1994, p. 1).

Conforme o exposto nas citações acima, é possível concluir a importância da democracia para estimular a integração e o desenvolvimento entre os Estados americanos. Além disso, o respeito aos princípios democráticos é considerado um elemento fundamental para garantir a paz na região. O próximo tópico versará a aplicação da Carta da OEA na Venezuela de Chávez.

A Venezuela de Chávez

A Venezuela sofreu profundamente com impactos do reordenamento mundial, principalmente quando se trata de aspectos relacionados com a democracia participativa, o que entregou para sua população como medidas de fiscalização, a possibilidade de sugerir aprovação ou revogação de leis nacionais, o que posteriormente, refletiu a permanência de Hugo Chávez no poder.

⁴ Primera Reunião de Cúpula das Américas (Washington, D.C, 1994) Declaração de Princípios: Pacto para o Desenvolvimento e a Prosperidade: Democracia, Livre Comércio e Desenvolvimento Sustentável nas Américas; Segunda Cumbre de las Américas (Santiago de Chile, Chile, 1998) “Preservación y fortalecimiento de la democracia, justicia y derechos humanos, integración económica y libre comercio; erradicación de la pobreza y discriminación”; Tercera Cumbre de las Américas: Ciudad de Quebec (Canadá, 2001) “La preparación de la Carta Democrática Interamericana”; Cuarta Cumbre de las Américas (Mar del Plata, Argentina, 2005) “adoptó un enfoque más concentrado en los principales desafíos que enfrenta la región, en materia de creación de empleos y fortalecimiento de la gobernabilidad democrática”; Quinta Cumbre de las Américas (Puerto España, Trinidad y Tobago, 2009) “Declaración de Compromiso de Puerto España”; Sexta Cumbre de las Américas (2012) “Conectando las Américas: Socios para la Prosperidad”; Séptima Cumbre de las Américas (Ciudad de Panamá, Panamá; 2015

A profunda crise socioeconômica da Venezuela, no início de 1998, onde o PIB *per capita* do país registrou um índice de apenas 1,8%, afetou o país de tal modo que produziu uma crise de governabilidade o que ficou mais visível depois de diversas alterações na Constituição venezuelana por Hugo Chávez a fim de estabilizar a população, defendendo assim “uma nova era de paz, democracia e de prosperidade” (SILVA, 2003, p. 12). Adoção dessa política permitiu que a Venezuela tentasse uma nova forma de inserção internacional que posteriormente provocaram consequências negativas.

Este trabalho parte de pressuposto de que a OEA foi criada para defender os interesses dos EUA na região. Neste particular, Silva (2018, p. 31) que o surgimento do conceito de “‘democracia coletiva’ [que consiste] ‘na intervenção armada, apoio a golpes militares, incentivo a guerras civis’” foi elaborado com o intuito de impedir a difusão de ideologias políticas soviéticas na América Latina.

A Carta Democrática Interamericana é considerada o principal mecanismo de integração em favor da promoção e defesa dos princípios democráticos nas Américas. Neste sentido, o preâmbulo da Carta determina,

CONSIDERANDO que a solidariedade e a cooperação dos Estados americanos requerem a sua organização política com base no exercício efetivo da democracia representativa e que o crescimento econômico e o desenvolvimento social baseados na justiça e na equidade e a democracia são interdependentes e se reforçam mutuamente (Carta Democrática Interamericana, 2001).

Na prática, a aplicação da Carta se deu logo após a sua publicação e coincidiu com as mudanças no regime de governo venezuelano introduzidas por Chávez em 2001. Chávez assumiu o governo da Venezuela com a promessa de realizar profundas mudanças na estrutura social do país. Estas mudanças foram introduzidas na Constituição da Venezuela por meio do “Plan de Desarrollo 2001-2007” - formado pela Lei Habilitante que era composta pelas chamadas “49 Leis” - considerado um “conjunto muito importante de leis, principalmente para o desenvolvimento econômico, social e socioeconômico” (Todo Chávez, 2001), que posteriormente foram condenadas pela OEA em função do caráter assertivo.

A aplicação do “Plan de Desarrollo 2001-2007”, impulsionou, por meio das “49 Leis”, o desenvolvimento de diversos setores de produção venezuelano. Dentre estas, este trabalho destaca as Leis, a seguir, como sendo as mais importantes.

No plano econômico são citadas a Lei de Mensagens de Dados e Firmas Eletrônicas - que deu início ao comércio de produtos eletrônicos na Venezuela o que permitiu a entrada do país no conhecido “mundo desenvolvido” - e a Lei de Reforma Parcial da Lei Especial de Associações

Corporativas - que propiciou um novo regime socioeconômico que permitiu adequar novas estratégias de desenvolvimento e favoreceu, posteriormente, na elevação do PIB *per capita* venezuelano -; no plano do desenvolvimento social, cita-se a Lei de Coordenação da Segurança Cidadã, a Lei de criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social Venezuelano e a Lei de Ciência, Tecnologia e Inovação - que fomentou a interação afetiva entre os órgãos, o que os mesmos dedicam à investigação científica e tecnológica com o setor produtivo nacional (Art. 41. FONACIT) -; no plano do desenvolvimento da infraestrutura da Venezuela destaca-se a Lei de Sistema Nacional de Transporte Ferroviário - que visava obter investimentos privados internacionais (Venezuela, 2001) - e a Lei de Transporte Terrestre - que traz como finalidade organizar, transformar e orientar o setor de transporte para atividades de interesse social, público, além de econômico e estratégico de Governo (Caracas, 2008)

No entanto, no Plano de Desenvolvimento se destacou sobretudo a Lei da Terra, esta que legitima a taxaço ou confisco de propriedades sem uso, levando assim a grandes latifundiários e opositores dessa medida a acusarem o governo de “invasão da propriedade privada” e de adoção de “medidas comunistas”. No entanto, o governo de Hugo Chávez afirmava que “as devidas propriedades “privadas” pertenciam ao governo, mantidas por setores privados sem poder mostrar a titularidade das mesmas”⁵. Ademais, ele afirmava que, “quem tiver terras (fazendas) produtivas não deve ter nenhum temor” (Alô Presidente, 25/03).

Ademais, a Lei do Hidrocarboneto, provocou uma grande insatisfação entre setores empresariais. Esta lei visou intensificar o controle da indústria nacional de petróleo e de gás com a finalidade de aumentar o número de empresas mistas, em sua maioria estatal, e aumentar os impostos, conforme a aplicação do art. 33 desta mesma lei. Como consequências da formulação e aplicação dessas leis, a população venezuelana se dividiu, principalmente elites políticas, representadas como membros dos poderes Executivos e o Legislativo.

A Lei do Hidrocarboneto gerou uma grande repercussão nas questões petrolíferas da Venezuela, entre as observações mais notáveis, a criação de imposto à extração elevou a cerca de 33,3% que seriam pagos ao governo pelas operadoras, empresários, empresas mistas, sócias estratégicas e a empresa estatal Petróleos de Venezuela (PDVSA)

Considerações Finais

⁵ Agencia Bolivariana de Notícias, 27/03

Considerando o exposto nesta pesquisa, no governo de Hugo Chávez ocorreram grandes mudanças no ordenamento institucional da Venezuela. Em tocantes econômicos, a mudança considerável no PIB *per capita* que ocorreu neste período elevou esses dados de 1,8% em 1998, a 20% em 2004, o que, mesmo ainda sendo relativamente baixo para os padrões da Venezuela, é considerado um valor que incentivou a permanência, de forma democrática, do presidente Hugo Chávez. Ainda no ano de 2004, a repercussão do Referendo, que decidiu, com o apoio de 59% da população venezuelana, pela permanência de Chávez no poder, o que afirma o grande respaldo eleitoral, com destaque para os setores populares, mesmo depois de ter enfrentado obstáculos impostos por empresas de comunicação privadas e o sistemático apoio dos Estados Unidos em prol da oposição ao governo chavista.

Ademais, é importante mencionar que, por ocasião da realização da VII Cumbre de las Américas - que teve lugar na Cidade do Panamá, Panamá, entre os dias 10 e 15 de abril de 2015 - decidiu-se pelo fortalecimento institucional e pela modernização de órgãos eleitorais de modo a garantir a integridade nos processos eleitorais livres, justos, democráticos e com dispositivos regulatórios aplicados ao financiamento de atividades políticas. O que, no entender deste trabalho, permite concluir que seguindo a aplicação da Carta da OEA e demais reuniões de Cúpulas das Américas, a democracia foi exercida de forma coerente e efetiva durante o governo de Hugo Rafael Chávez Frías.

Referências Bibliográficas

SÉPTIMA CUMBRE DE LAS AMÉRICAS. “**Prosperidad con Equidad: El Desafío de la Cooperación en las Américas**”. Disponível em: http://www.summit-americas.org/vii/docs/mandates_es.pdf. Acesso em 19 de Outubro de 2018.

GUEDES, Maria. **Conferências Pan-Americanas**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/24/conferencias-pan-americanas>. Acesso em 17 de Outubro de 2018.

SILVA, Jorge. **Paz e guerra em tempos de desordem**. EDIPUCRS, 2003: Acesso em 28 de Setembro de 2018.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Departamento de Direito Internacional: Carta da OEA**. Disponível em: http://www.oas.org/dil/port/tratados_A-41_Carta_da_Organiza%C3%A7%C3%A3o_do_s_Estados_Americanos.pdf. Acesso em 21 de Outubro de 2018.

BETHELL, Leslie. **Conferências Pan-Americanas**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CONFER%C3%8ANCIAS%20PAN-AMERICANAS.pdf>. Acesso em 14 de Outubro de 2018.

DULCI, Tereza. **As Conferência Pan-Americanas: Identidades, União Aduaneira e Arbitragem (1889 a 1928)**. Disponível em:

http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-30112009-110850/publico/TEREZ_A_MARIA_SPYER_DUCI.pdf. Acesso em 14 de Outubro de 2018.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Disponível em:

<http://www.oas.org/pt/>. Acesso em 21 de Outubro de 2018. Fundación Polar, Diccionario de la Historia de Venezuela.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Carta Democrática Interamericana**.

Disponível em: http://www.oas.org/OASpage/port/Documents/Democratic_Charter.htm. Acesso em 19 de Outubro de 2018.

GOLDONI, Eduardo. Venezuela: **O Socialismo que Deu Certo**. Disponível em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/237785-7> (Referendo na Venezuela em 2004). Acesso em 22 de Outubro de 2018.

D'LEÓN, Milton. **O que são as “Expropriações” de Terras de Chávez?** Disponível em:

http://www.estrategiainternacional.org/O-que-sao-as-expropriacoes-de-terras-de-Chavez?lang=pt_br (Lei de terras). Acesso em 19 de Outubro de 2018.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO INTERNACIONAL. **O Referendo Revogatório na**

Venezuela. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/internacional-o-referendo-revogatorio-na-ve> . Acesso em 22 de Outubro de 2018.

Todo Chávez. Disponível em: <http://www.todochavez.gob.ve/todochavez/2138-hugo-chavez-frias-presidente-de-la-republica-bolivariana-de-venezuela-conclusion-conjunto-de-leyes-en-la-ley-habilitante>. Acesso em 23 de Novembro de 2018.